



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DO CEARÁ
IFCE CAMPUS FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
PROFEPT**

Maria Josemeire Evangelista Lima

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO INTEGRADO DA REDE DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CEARÁ**

**Fortaleza - CE
2025**

Maria Josemeire Evangelista Lima

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO INTEGRADO DA REDE DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica – EPT

Orientadora: Prof^ª. Dra Antonia Abreu Sousa

Fortaleza - CE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L732t Lima, Maria Josemeire Evangelista.
Trabalho e Educação : o Currículo Integrado das Escolas Profissionais do Ceará / Maria Josemeire Evangelista Lima. - 2025.
188 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Antonia de Abreu Sousa.
1. Currículo Integrado. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Educação Profissional e Politécnica.. I. Título.
CDD 378.013
-



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. 13 de maio, 2081 - Bairro Benfica - CEP 60040-531 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Processo: 23256.010941/2024-31

Interessado: Maria Josemeire Evangelista Lima

MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO INTEGRADO DA REDE DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus* de Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 30/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antonia de Abreu Sousa – Orientadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE/ProfEPT

Profa. Dra. Isabel Magda Said Pierr Carneiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/DEBT

Prof. Dr. Manoelito Costa Gurgel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE/CAM

Profa. Dra. Aparecida Carneiro Pires

Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Educação (UAEd-UFCG)

Prof. Dr. Webster Guerreiro Belmino

Secretaria de Educação do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **Antonia de Abreu Sousa, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 11/11/2024, às 21:24, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoelito Costa Gurgel, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 12/11/2024, às 21:04, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Magda Said Pierre Carneiro, Pedagoga**, em 12/12/2024, às 09:33, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Webster Guerreiro Belmino, Usuário Externo**, em 15/12/2024, às 00:40, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Carneiro Pires, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 10:05, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6731448** e o código CRC **63583FF4**.

Ao Senhor, por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis de minha vida.

A professora Antonia, por me acolher, quando tudo parecia desabar.

À minha família e amigos que, verdadeiramente, torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não teria sido concluída com êxito sem o valioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Antonia de Abreu Sousa, por toda a paciência e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me corrigir quando necessário sem nunca me desmotivar.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, especialmente ao João Paulo, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

Agradeço ao professor Solonildo, pelos cafés, e ao professor Samuel por me apresentar o conhecimento no mais alto nível.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente aos meus pais, meus irmãos e meu ex-marido Everland, pelas vezes que me esperou na madrugada, organizou meus lanches e minhas passagens durante o meu primeiro ano do mestrado.

Obrigada!

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.
Manuel Bandeira

RESUMO

O trabalho é uma atividade essencialmente humana, concebido pela união entre o trabalho manual e intelectual, conferindo a este um caráter produtivo e emancipador. Essa combinação, tem possibilitado ao homem constituir uma base científica para o processo de produção. O estudo sobre o projeto formação da classe trabalha, em específico, o do Ceará, consiste em levantarmos uma discussão sobre a política curricular traçada para a Educação Profissional integrada ao ensino médio, e sobre a aproximação dos conceitos de formação integral e politécnica retratada nos documentos curriculares. Para isso, o estudo visa a descrever, de forma analítica, a construção do currículo integrado da rede de escolas profissionais do Ceará, com foco na concepção de formação integral e politécnica. Ademias, especificamente, irá identificar os princípios e fundamentos teóricos da formação integral e politécnica, no contexto do ensino médio, a fim de relacioná-los com as bases conceituais que orientam a elaboração do currículo integrado; caracterizar o currículo integrado da rede de Escolas Profissionais do Ceará, por meio de uma análise documental, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Curso do Curso Técnico em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista; examinar, a estrutura do currículo integrado das EEEP's e suas transformações ao longo dos anos, analisando como a integração entre formação geral e técnica é retratada nos documentos que orientam o currículo. Foi utilizada a metodologia bibliográfica com uma abordagem qualitativa, ao analisar o currículo integrado da Educação Profissional do Ceará. Assim, o estudo descreve de forma crítica e interpretativa o Curso Técnico Integrado em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista, com foco no currículo e sua integração com a formação geral. Embora essas políticas proponham uma formação integral, são profundamente influenciadas pela concepção burguesa de formação humana, que entende o indivíduo como um ser desprovido de história, orientado ao individualismo e à competição. Esse modelo encontrou terreno fértil no final dos anos 2000, impulsionado por reformas educacionais que reestruturaram o ensino médio após a redemocratização do País. Como consequência, a educação, em vez de ser um direito emancipatório, passa a ser um mecanismo de adaptação do trabalhador às exigências do mercado, restringindo o potencial crítico e transformador da formação educacional.

Palavras-chave: *Currículo Integrado Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Politecnicia.*

ABSTRACT

Work is an essentially human activity, conceived by the union between manual and intellectual work, giving it a productive and emancipating character. This combination has enabled man to form a scientific basis for the production process. The study on the class formation project, specifically the one in Ceará, consists of raising a discussion about the curricular policy outlined for Professional Education integrated into secondary education, and about the approximation of the concepts of integral and polytechnic training portrayed in the documents curricular. To this end, the study aims to describe, in an analytical way, the construction of the integrated curriculum of the network of professional schools in Ceará, focusing on the conception of integral and polytechnic training. Ademas, specifically, will identify the principles and theoretical foundations of comprehensive and polytechnic training, in the context of secondary education, in order to relate them to the conceptual bases that guide the development of the integrated curriculum; characterize the integrated curriculum of the network of Professional Schools in Ceará, through a documentary analysis, using as reference the Political Pedagogical Project and the Course Plan of the Technical Course in IT at EEEP Manuel Abdias Evangelista; examine the structure of the EEEP's integrated curriculum and its transformations over the years, analyzing how the integration between general and technical training is portrayed in the documents that guide the curriculum. The bibliographic methodology was used with a qualitative approach, when analyzing the integrated curriculum of Professional Education in Ceará. Thus, the study describes in a critical and interpretative way the Integrated Technical Course in Informatics at EEEP Manuel Abdias Evangelista, focusing on the curriculum and its integration with general training. Although these policies propose comprehensive training, they are deeply influenced by the bourgeois conception of human formation, which understands the individual as a being devoid of history, oriented towards individualism and competition. This model found fertile ground in the late 2000s, driven by educational reforms that restructured secondary education after the country's redemocratization. As a consequence, education, instead of being an emancipatory right, becomes a mechanism for adapting workers to market demands, restricting the critical and transformative potential of educational training.

Keywords: Integrated Curriculum. Integrated High School. Professional Education and Polytechnics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expressão de busca	21
Quadro 2 – Classificação dos documentos	23
Quadro 3 – Sinopse das características dos documentos	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CTS	Ciência-Tecnologia-Sociedade
EEEPMAE	Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
HTML	HyperText Markup Language
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MEC/SEF	Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAR	Plano de Ações Articuladas

PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDF	Portable Document Format -Formato Portátil de Documento.
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional da Educação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFEPT	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC/CE	Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TESE	Tecnologia Empresarial Socio Educacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
USA	United States of America

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O Estado da Questão Sobre o Currículo Integrado da Educação Profissional	20
2	OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	26
2.1	O Produto Educacional	29
3	TRABALHO E EDUCAÇÃO	32
3.1	A Relação Trabalho e Educação na Constituição Humana	34
3.2	O Trabalho como Princípio Educativo e a Politecnia como Fundamento Pedagógico	37
4	CURRÍCULO INTEGRADO: VÁRIOS CAMINHOS	40
4.1	As Bases Legais do Currículo Integrado no Brasil: injunções econômicas, políticas e sociais	42
4.2	As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: avanços e desafios	46
5	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O CON- TEXTO DO CEARÁ	51
5.1	As Escolas Estaduais de Educação Profissional do CEARÁ (EEEP'S) . .	54
5.2	O Projeto Pedagógico da Rede de Educação Profissional do Ceará: conhecendo a Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista por dentro	59
5.3	O Marco Teórico	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

O currículo, como o conhecemos hoje, é uma construção social, o qual é organizado intencionalmente, sistematizado e centrado no projeto formativo que se intenta construir. O currículo integrado amplia o conceito de currículo com a ideia de formação integral dos sujeitos.

Para darmos início a esta pesquisa, consideramos que as transformações na educação, impulsionadas pelas reformas implementadas no Brasil¹, especialmente a partir da década de 1990, foram promovidas por organismos internacionais e locais em resposta a uma nova demanda educacional. Essa demanda visava a formar um novo perfil de trabalhador, equipado com diversas competências para atender às exigências tecnológicas do processo produtivo. O mundo do trabalho passa por uma reestruturação produtiva, caracterizada por um mercado cada vez mais competitivo e seletivo. De acordo com Gomes (2002), essa transformação gerou insegurança para os trabalhadores devido ao aumento do desemprego, consequência da transição do modelo fordista para um sistema de produção flexível. Essa reestruturação simboliza a retomada da acumulação de capital, agora em um contexto de economia globalizada e de políticas neoliberais

O Brasil, assim como o restante do mundo capitalista, buscava expandir sua economia seguindo os padrões internacionais com o advento das novas tecnologias que permeavam o mercado. Nesse contexto, surge uma educação para todos, apoiada pela tecnologia, visando a atender às novas demandas do mercado por formação de trabalhadores. As reformas educacionais implementadas no Brasil, à época, visavam à manutenção de uma sociedade progressista, por meio da exploração da força de trabalho. Essas reformas não consideraram as demandas populacionais, tampouco os princípios da Constituição recém-aprovada. Atendiam aos interesses de organizações internacionais, as quais se infiltraram no sistema educacional brasileiro, travestidas de investidoras, com o intuito de implantar modelos neoliberais de educação. “[. . .] nessa contramão das reformas é que o Brasil se apoiou formulando para si planos de educação transplantados” (Guimarães, 2015, p. 103).

Com um modelo de educação desenvolvimentista e neotecnicista, financiado pelo capital estrangeiro, o País, cobrado por resultados pelos seus financiadores, cria diversos programas educacionais com vistas a melhorar a educação brasileira. Após muitos programas e reformas, em 1996, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação², com princípios básicos, como permanência, acesso e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. A nova lei amplia a relação entre trabalho e educação, contudo, mantém a histórica dualidade estrutural entre educação e trabalho, constante no Art. 5º do Decreto n.º 2208/97, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96: “A *educação Profissional de nível técnico*

¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB-1990);
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-1996);
Programa Brasil Profissionalizada (2007);
Plano Nacional de Educação (PNE - 2014);
Reforma do Ensino Médio (2017);
Base Nacional Comum Curricular (2018).

² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este “(Brasil, 1997).

Somente em 2004, com a revogação do Decreto n.º 2208/97, e a promulgação de um novo decreto, pôde-se pensar a construção de uma educação voltada para a superação da divisão social do trabalho. Mudar por um decreto, ainda que diverso na concepção, no conteúdo e no método, mantém, na forma, uma contradição. “Por isso, no plano político da correlação de interesses, é preciso avançar. Disto se deriva a importância de se compreender o conteúdo do novo decreto como uma orientação muito mais indicativa do que imperativa” (Ramos; Frigotto; Caivatta, 2005/12, 3). O novo decreto manteve a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, estabelecidos pelo Decreto n.º 2.208/97, e reintroduziu a modalidade integrada se comprometendo com uma formação integral do trabalhador, que vai além da dimensão intelectual, integrando trabalho, ciência e tecnologia, e promovendo o pleno exercício da cidadania. O Decreto n.º 5154/2004 apresenta cada uma das ofertas de forma específica, definindo-as no seu Art. 4º, § 1o. “A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:”

Integrada, ofertada para os que já tenham concluído o ensino fundamental, em que o curso proporciona a habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, com matrícula única para cada aluno;

Concomitante, ofertada para os que já tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, existindo uma relação de complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso;

Subsequente, ofertada para aqueles que tenham concluído o ensino médio (Brasil, 2004).

A forma integrada ao ensino médio permite a ruptura da dualidade histórica entre trabalho e educação, abrindo espaço para uma formação humana integral. O Decreto n.º 5154/2004 foi regulamentado pelo Parecer CNE/CEB n.º 39/2004, e, conseqüentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), foram atualizadas pela Resolução CNE/CEB n.º 01/2005, definidas pelo CNE para o ensino médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, não alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996), naquele momento. Somente onze anos após a sua promulgação, o Decreto n.º 5154/2004 é incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação por meio da Lei n.º 11.741/2008³. “A legislação brasileira da educação profissional exarada, a partir de 2004, inicialmente pelo Decreto n.º 5.154 e, posteriormente, pela lei de 2008, que fez as alterações na LDB, contribuiu para mudanças na política de educação profissional no País” (Ramos, 2015, p. 98). A partir daí, inicia-se a expansão da Educação Profissional por intermédio do programa Brasil Profissionalizado⁴, criado para

³ Lei 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

⁴ O Programa Brasil Profissionalizado tem como objetivo fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica (EPT). Por meio desse Programa, o governo federal repassa recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas. O Programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

auxiliar financeiramente os estados que aderissem ao programa Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação⁵, iniciando uma parceria entre o Governo Federal e as redes estaduais de educação. Em 2007, o estado do Ceará aderiu ao programa, iniciando, no ano seguinte, com 08 Centros Educacionais para Juventude - CEJOVEM. No mesmo ano, esses centros receberam a denominação de Escolas Estaduais de Educação Profissional pela Lei Estadual n.º 14273, de 19 de dezembro de 2008⁶, dando início a uma das maiores redes de Educação Profissional do País.

Com uma proposta de ensino médio Integrado à formação profissional de nível técnico, o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Educação Básica, funda um diálogo com o mundo do trabalho, em que a formação integrada, em tempo integral, é um direito da juventude cearense. Para Ramos, Frigotto e Ciavata:

[...] ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjuntamente desfavorável - em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino - mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (Ramos; Frigotto; Caivatta, 2005/12, 15).

Foi pensando nessa proposta de ensino integrado e possível que o estado do Ceará implementou seu programa de Educação Profissional, fundamentado nos princípios de uma formação integral, centrada na pessoa humana, na aprendizagem permanente, inclusiva e democrática. A estrutura curricular dos primeiros cursos compreendia uma base científica, composta pelas três áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza e Humanas); e tecnológica, que envolvia tanto a parte diversificada quanto a formação profissional, observando as singularidades de um currículo integrado, consolidado por seus percursos formativos. Conforme o relatório de Gestão - *O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008 - 2014*, a rede de Educação Profissional do Ceará “apresentava uma nova organização curricular, significativa e contextualizada, embora os aspectos cognitivos ainda fossem o ponto principal do currículo, como o incentivo ao raciocínio e a capacidade de aprender” (Ceará, SEDUC, 2014) .

Em consonância com (Ramos, 2008), a formação dos sujeitos jovens e adultos para a vida produtiva deve ser estruturada no conhecimento. Conhecer o caminho que essas escolas percorrem na construção do conhecimento nos permitiu refletir sobre a concepção de educação integral oferecida à classe trabalhadora cearense e aos seus filhos, os quais não podem deixar para depois o ingresso no mercado de trabalho e optar pela sua formação acadêmica. Priorizar a formação acadêmica não é uma opção para esses jovens, pois logo cedo enfrentam os limites impostos pela sua condição enquanto classe trabalhadora. Somos um País marcado, historicamente, pela exploração do trabalhador, não oportunizando ao jovem uma adequada formação para a vida e

⁵ Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

⁶ Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências.

para o trabalho. Entretanto, ao dialogar com o mundo do trabalho, o estado do Ceará enfrenta um grande desafio: oferecer uma formação integral aos filhos dos trabalhadores cearenses por meio de cursos técnicos de nível médio. Esses cursos seguem um currículo que integra o ensino técnico e propedêutico.

Em janeiro de 2021, o Censo Escolar registrou 1.892.458 matrículas na educação profissional brasileira. A pesquisa aponta que 42,6% das matrículas estão concentradas na rede estadual, seguida pela rede privada com 37,7% e 17,6% na rede federal. Outro importante dado é o crescimento da matrícula na oferta de ensino médio integrado, passando de 554.319, em 2017, para 726.991, em 2021, um crescimento de 31,2%. Esses dados evidenciam o crescimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e seu impacto na formação da classe trabalhadora. Com o aumento das redes estaduais de educação profissional, principalmente no Ceará, é premente analisarmos a aplicação desse currículo na escola, pois é nela que este se materializa, na mão do professor, o que nos permite pensar em um aprofundamento futuro desta pesquisa.

Nesse primeiro momento, iniciamos a nossa pesquisa pela análise do currículo prescrito, o qual, segundo Sacristan (2011), é estabelecido pelas diretrizes da política curricular, determinando as aprendizagens que devem ser alcançadas por todos os estudantes, resultando, assim, em uma padronização aplicada a todas as escolas. O currículo comum contido nas prescrições da política curricular supõe a definição das aprendizagens exigidas a todos os estudantes, sendo assim, é homogêneo para todas as escolas (Sacristán, 2000, p. 111).

A discussão sobre a política curricular, traçada para a Educação Profissional integrada ao ensino médio, despertou-nos a necessidade de explorarmos algumas questões fundamentais: de que maneira a concepção de formação integral e politécnica está presente no currículo integrado das escolas profissionais do Ceará, e como essa integração se manifesta nos documentos curriculares dessas instituições?

Esta pesquisa descreve, de forma analítica, o currículo integrado da rede de escolas profissionais do Ceará, com foco na concepção de formação integral e politécnica. Especificamente, identifica os princípios e fundamentos teóricos da formação integral e politécnica, no contexto do ensino médio, a fim de relacioná-los com as bases conceituais que orientam a elaboração do currículo integrado; caracteriza o currículo integrado da rede de Escolas Profissionais do Ceará, por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo como referências o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Curso do Curso Técnico em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista; apresenta a estrutura do currículo integrado das EEEP's e seus mecanismos de integração entre formação geral e técnica é retratada nos documentos que orientam o currículo.

A escolha do Curso Técnico Integrado em Informática, como referência para esta pesquisa, se justifica não apenas pela sua proposta de integração com o ensino médio, mas também por ser um dos quatro primeiros cursos implantados no Ceará em 2008. Isso nos possibilitou uma análise da concepção e evolução do currículo integrado nas EEEP's desde sua criação até 2019, ano da última atualização do Plano de Curso. Outro aspecto relevante é que a base geral dos planos de curso é uniforme em todas as escolas e cursos, apresentando variações curriculares

específicas ao curso técnico, o que nos permitiu uma análise da rede.

A realização desta pesquisa está profundamente conectada à minha trajetória pessoal e profissional na Educação Profissional do Ceará. Ao longo de mais de uma década de atuação em escolas de ensino médio integrado à Educação Profissional, pude observar de perto as potencialidades e os desafios envolvidos na implementação do currículo integrado. Essa vivência me proporcionou uma compreensão prática das necessidades dos estudantes, das dificuldades enfrentadas pelos docentes e da importância de um currículo que realmente promova a formação integral, preparando jovens não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania. Minha experiência como gestora escolar reforça meu compromisso com a construção de uma educação que faça a diferença na vida dos alunos, e esta pesquisa é uma oportunidade de contribuir, de forma significativa, para a melhoria da qualidade do ensino técnico no estado do Ceará, aprofundando o conhecimento sobre a política de ensino médio integrado à Educação Profissional desenvolvida no estado.

Ainda no intuito de contribuir com a promoção de uma educação que atenda às necessidades da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à formação de jovens para uma atuação cidadã e produtiva, tratamos aqui o currículo integrado das escolas de ensino médio profissional como uma ferramenta poderosa para combater desigualdades sociais, ao oferecer oportunidades educacionais que unam formação geral e técnica, preparando os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para o exercício consciente de seus direitos e deveres. Ao relacionarmos o modelo de Educação Profissional, adotado no estado do Ceará, com os princípios de uma educação integral e politécnica, a qual rompe com a histórica dualidade entre educação para a elite e educação para a classe trabalhadora, buscamos o fortalecimento desse currículo, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa, em que o acesso à educação de qualidade seja um meio de transformação social e econômica, com perspectivas de maior inclusão, equidade e justiça social.

Embora o modelo de formação integrada, o qual combina educação geral e técnica, seja amplamente adotado, ainda existem lacunas na literatura sobre sua efetividade e sobre os desafios de sua aplicação em contextos específicos, como o do Ceará. Esta pesquisa busca contribuir no campo acadêmico ao realizar uma descrição detalhada do Plano de Curso da EEEP Manuel Abdias Evangelista, proporcionando, ao leitor, uma visão crítica e embasada do conceito de formação integrada e politécnica, presentes no currículo das EEEP's.

O currículo, quando integrado à Educação Profissional, a qual é um projeto societário de formação integral do trabalhador, fundamenta todo o trabalho pedagógico da escola, possibilitando a realização de experiências que demandam investigação e análise“. [...] será sempre uma construção dinâmica, concretizada nas relações pedagógicas, cujo sucesso depende da participação e da capacidade de auto-avaliação [sic] destas práticas pelos sujeitos que as tecem” (Machado, 2006, p. 63).

Neste estudo, no **primeiro capítulo**, começamos com uma revisão abrangente e crítica da literatura existente sobre o tema, essencial na construção de uma base sólida para a pesquisa.

A partir dessa revisão, reunimos e analisamos as principais teorias e conceitos que sustentam o campo teórico desta investigação. Ao explorar diversos referenciais teóricos, identificamos as correntes de pensamento, as quais têm influenciado o desenvolvimento do currículo integrado da Educação Profissional e como esses conceitos foram aplicados e adaptados em diferentes contextos. Essa análise teórica não só nos forneceu o alicerce para nossa pesquisa, mas permitiu que compreendêssemos as abordagens anteriores e como elas moldaram as práticas atuais. Assim, o referencial teórico se tornou um guia para a formulação das questões de pesquisa, dos pressupostos e da metodologia, ajudando a posicionar nossa investigação dentro de um debate acadêmico mais amplo e relevante. Ao analisarmos cuidadosamente os estudos anteriores, identificamos áreas que ainda não foram exploradas ou que necessitam de maior aprofundamento. Com isso, esperamos não apenas preencher as lacunas identificadas, como também contribuir para o avanço do conhecimento na área, oferecendo novas perspectivas e abordagens para os desafios e questões em discussão.

O **segundo capítulo** propõe-se a explicar a metodologia utilizada na execução do presente estudo. Apresenta uma pesquisa bibliográfica enquanto modalidade de pesquisa de caráter qualitativo e os procedimentos de investigação atrelados a ela, na investigação do currículo integrado da Educação Profissional do Ceará, por meio de uma análise crítica e interpretativa do Plano Curso Técnico Integrado em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista e sua integração com a formação geral. O estudo foi delineado adotando uma abordagem qualitativa, a qual aborda aspectos bastante específicos. Segundo Minayo (2001), esses aspectos podem surgir da análise detalhada dos dados, das experiências dos participantes ou das teorias subjacentes ao fenômeno investigado. Ao explorar questões particulares, os pesquisadores podem identificar padrões, contradições e percepções que contribuem para uma compreensão mais profunda do fenômeno em estudo. Exploramos a riqueza e a profundidade oferecidas pela pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a qual nos permite adentrar em universos antes inexplorados e compreender nuances muitas vezes negligenciadas por abordagens quantitativas.

Ainda no segundo capítulo, apresentamos a estrutura do produto educacional, que surge como uma ferramenta crucial para registrar e preservar a trajetória das Escolas Profissionais do Ceará. Retrata o currículo destas instituições, apresentando suas especificidades e fazendo uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico das EEEP's e do Plano de Curso do Curso Técnico em Informática integrado ao ensino médio.

No **terceiro capítulo**, discutimos os principais referenciais teóricos sobre trabalho e educação. A reflexão sobre a relação Trabalho e Educação que vai muito além do processo ensino e aprendizagem, centrada na relação do homem consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade. Um homem que se constrói e se reconstrói histórico e socialmente nessas relações. Segundo Saviani (2007), a relação Trabalho e Educação pode ser verificada por meio de três movimentos: um movimento ontológico, inerente ao ser, porém voltado para uma natureza sem história, um movimento histórico, que muda a relação Educação e Trabalho, para Trabalho e Educação, e um terceiro movimento que busca por uma educação unitária.

A partir do **quarto capítulo**, em primeiro momento, discutimos o currículo como uma construção social. Essa análise destaca a natureza complexa do currículo integrado e suas inter-relações, ademais, não permite que nenhum conhecimento seja considerado exclusivamente geral, uma vez que todos os conhecimentos estão ligados à estruturação de objetivos de produção com implicações práticas. Em um segundo momento, por meio da legislação e das políticas públicas que norteiam e delineiam a formação da classe trabalhadora, analisamos os principais documentos curriculares da Educação Profissional no Brasil e no Ceará.

Em seguida, **no quinto capítulo**, retratamos a política pública de Educação Profissional do Ceará, contextualizando, seu desenho curricular e estratégias de implementação e aprendizagem. Além disso, exploramos os desafios enfrentados na execução dessas políticas e examinamos as possíveis correlações entre o currículo proposto e as demandas que sustentam uma proposta de currículo integral. Esse enfoque nos permitiu compreender melhor como as políticas educacionais são retratadas nos currículos escolares e como esses documentos respondem às necessidades de formação da classe trabalhadora. Ao descrevermos a organização curricular da rede de escolas profissionais do Ceará, por meio do Plano de Curso das EEP's, categorizamos e correlacionamos a matriz curricular do curso técnico de nível médio, ofertado na rede de educação profissional, com os princípios de uma formação integral e politécnica.

Por fim, **no sexto e último capítulo**, apresentamos os resultados desta pesquisa que, compõem o *corpus* de um livro eletrônico intitulado *Trabalho e Educação: o currículo integrado da rede de educação profissional do Ceará*, visando aprofundarmo-nos na compreensão da complexa dinâmica social do currículo integrado. O livro, desenvolvido na plataforma *FastFormat*, é estruturado em 04 (capítulos) capítulos, organizados com base nos achados e análises obtidos ao longo deste estudo. Cada capítulo é dedicado a abordar aspectos específicos da pesquisa, fornecendo uma análise detalhada e crítica que contribuirá para o avanço do conhecimento sobre o currículo integrado, implementado nas escolas profissionais do Ceará.

Acreditamos que as contribuições desta pesquisa são fundamentais para entendermos a complexa dinâmica social do currículo integrado, facilitando, assim, o diálogo entre os conhecimentos e aproximando a teoria da prática, o que promoverá uma reflexão sobre a necessidade, em alguns casos, de se repensar o ensino.

1.1 O Estado da Questão Sobre o Currículo Integrado da Educação Profissional

Como primeira etapa deste trabalho, fizemos uma análise do panorama atual da pesquisa sobre currículo integrado na Educação Profissional, destacando as tendências, os debates em cursos, as abordagens metodológicas e os resultados alcançados até o momento. Ao explorarmos as pesquisas nesse campo, buscamos compreender melhor os desafios e as potencialidades dessa abordagem, bem como identificar lacunas de conhecimento e direções futuras para a investigação e prática educacional.

Ao realizarmos um levantamento sobre o currículo integrado na Educação Profissional, a

escolha das fontes SciELO⁷, CAPES⁸ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SIBI - Sistema de Bibliotecas do IFCE se justifica pela confiança e credibilidade que essas plataformas garantem ao processo de busca. Isso se dá, pois “[. . .] é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise”. (Cellar, 2008, p. 305)

O primeiro momento da pesquisa envolveu uma análise ampla e exploratória sobre o currículo integrado na Educação Profissional. Durante essa fase inicial, estabelecemos os objetivos da pesquisa, delimitando o escopo do estudo e identificando os principais aspectos a serem investigados no que diz respeito ao currículo integrado da Educação Profissional. Isso incluiu a definição de termos-chave, como “Currículo Integrado”, “Ensino Médio Integrado”, “Educação profissional” e “Politecnicia”, com o objetivo inicial de um levantamento preliminar da quantidade de pesquisas que abordam esses termos-chave.

Esse levantamento, restrito ao nível pesquisado: ensino médio, buscou relações entre os artigos, dissertações e teses que tratassem do currículo integrado da Educação Profissional, procurando apreender produções diversas, as quais analisassem o currículo e sua integração com a EPT na formação integral do ser humano.

No quadro a seguir, disponibilizamos os dados encontrados referentes aos termos “currículo integrado”, “ensino médio integrado”, “educação profissional” e “politécnica”.

Quadro 1 – Expressão de busca

Expressão de Busca	Portal SciEO	Portal Capes		SIBI / PROFEPT
	Artigos	Artigos	Dissertações	Dissertações
O Currículo Integrado, Ensino Médio Integrado, Educação Profissional e Politécnica	04	03	24	04
Total	58			

Fonte: a autora

Após a obtenção dos resultados, os documentos foram submetidos a uma triagem inicial, em que foram avaliados quanto à sua pertinência e relevância para a pesquisa. Consideramos fatores como a adequação dos documentos aos objetivos e escopo do estudo, como também quanto à qualidade do conteúdo. Submetemos os documentos selecionados a uma análise mais detalhada, com base em quatro critérios: currículo integrado, politecnicia, educação profissional e ensino médio integrado. O próximo passo, após a seleção dos documentos, consistiu em uma análise dos dados, usando como critério, na maioria das vezes, a metodologia de análise de

⁷ SciELO Scientific Electronic Library Online <http://www.scielo.br> é uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico. Ela organiza e publica textos completos de revistas na Internet / Web, assim como produz e publica indicadores do seu uso e impacto

⁸ O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

conteúdo, que para (Lüdke; André., 1986, p. 41) “[. . .] pode caracterizar-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens”. Ludke e André, nessa esteira, falam do campo simbólico, daquilo que não está aparente nas mensagens.

Ao analisarmos os 58 documentos encontrados, dentro do escopo da pesquisa, nas plataformas SciELO, Capes e SIBI, com base nos critérios acima citados, fizemos uma categorização, com uma leitura analítica dos resumos dos documentos (Dissertações e artigos), buscando identificar como os artigos e teses se aproximam dos termos próprios à pesquisa. Nessa etapa, dividimos os artigos e dissertações com base nas categorias que são objetos de estudo desta pesquisa, Educação e Trabalho, a fim de identificamos os trabalhos que se correlacionam diretamente com as categorias estudadas, criando limites de significação para facilitar a visualização a partir das diferenças e similaridades. Nessa categorização, utilizamos como critérios de inclusão e exclusão o objetivo da pesquisa e a problematização do estudo.

Após a filtragem, fizemos uma síntese dos materiais selecionados, ponderando temas e assuntos abordados, assim como a identificação dos autores, da seguinte forma:

- 1) Tema: Currículo Integrado; Politecnia, Educação Profissional e Ensino Médio Integrado.
- 2) Autores:
- 3) Assuntos: o currículo integrado como principal ponto de convergência.

A partir dos 12 (doze) trabalhos selecionados, adotamos recursos metodológicos mais objetivos e práticos, por meio da análise temática, buscando saber sobre o que fala o texto na perspectiva da abordagem do autor. Ao nos aprofundarmos na tentativa de captar a mensagem do autor, percebemos a problematização do tema, pois não é possível abordar um assunto sem que ele se apresente como um problema para quem discorre sobre ele. Compreender a problemática que, por assim dizer, “instigou” o autor é uma condição fundamental para interpretar adequadamente um texto, especialmente no caso de textos filosóficos, segundo Severino (2013). Tão importante quanto captar a mensagem do autor, é saber, como o autor responde à dificuldade levantada quanto ao problema. “A resposta a essa questão revela a ideia central, proposição fundamental ou tese: trata-se sempre da ideia mestra, da ideia principal defendida pelo autor naquela unidade (Severino, 2013, p. 50).

Vale ressaltar que, dos 58 trabalhos catalogados, 46 (75%) tinham como foco central o ensino médio integrado; o termo “currículo integrado” era foco de 3 (três) pesquisas. O currículo prescrito e as políticas em educação profissional apareceram em apenas uma pesquisa, cada. Há, ainda, dissertações que abordam interdisciplinaridade, formação integral, formação onmilateral e Movimento CTS. Apesar de os trabalhos, em sua grande maioria, abordarem temas subjacentes ao currículo integrado, questões referente às teorias que emergiram do capital - taylorismo, capital humano etc - pouco se fizeram presentes nos trabalhos analisados. Com base nas constatações mencionadas, selecionamos três pesquisas que, em nossa avaliação, oferecem contribuições significativas para o nosso estudo. Nosso objetivo é apresentarmos uma descrição

detalhada dos trabalhos relacionados, abrangendo seus procedimentos, objetivos e resultados, são eles: “Políticas educacionais para o ensino médio integrado”; “Currículos de referência para o ensino médio integrado no IFSP” e “O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado”.

Quadro 2 – Classificação dos documentos

Nº	Classificação dos Documentos Considerados Pertinentes para a Pesquisa
01	TEMA: Currículos de referência para o ensino médio integrado no IFSP
	ASSUNTOS: currículo de referência; educação profissional; ensino médio integrado.
	AUTOR(ES): Soares, Marta Senghi; Abreu, Cláudia Barcelos de Moura
02	TEMA: Políticas educacionais para o ensino médio integrado
	ASSUNTOS: Educação profissional; política educacional curricular; trabalho e educação
	AUTOR(ES): Andrea Margarete de Almeida Marrafon.
03	TEMA: O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado
	ASSUNTOS: currículo integrado; educação profissional; ensino médio integrado; trabalho como princípio educativo
	AUTOR(ES): Olívia Morais Medeiros Neta; Sandra Maria Assis; Aline Cristina Silva Lima

Fonte: a autora

Para delimitar e organizar de forma clara e objetiva a presente discussão, propomos, a seguir, a apresentação de um quadro sinóptico. Esse quadro visa a sistematizar e a sintetizar as principais características das pesquisas relacionadas ao tema, oferecendo uma visão panorâmica dos aspectos mais relevantes de cada estudo. Nele, são destacados os respectivos objetivos, os procedimentos metodológicos adotados e os principais resultados obtidos. Essa estrutura facilita a compreensão e a comparação entre as diferentes abordagens investigativas, além de evidenciar as contribuições específicas de cada trabalho para o avanço do conhecimento na área.

A sistematização dessas três categorias em um quadro sinóptico permite uma análise comparativa e uma visão abrangente das contribuições acadêmicas, facilitando a identificação de convergências, divergências e potencialidades no campo estudado. “Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa (Therrien; Therrien, 2004, p. 7)“.

Quadro 3 – Sinopse das características dos documentos

Características	TEMA	TEMA	TEMA
	Políticas educacionais para o ensino médio integrado	Currículos de referência para o ensino médio integrado no IFSP	O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado.
Objetivos	Discutir as políticas educacionais voltadas para o currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, especialmente a partir das principais alterações contidas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, aprovada pela Portaria nº 1.570 em 21/12/2017 e, nas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, aprovadas pela resolução CNE/CP nº 1, em 05 de janeiro de 2021.	Apresentar dados da expansão da oferta de cursos, as razões expressas para elaboração de diretrizes e currículos de referência dos cursos EMI, e as contradições que emergem na complexidade desse processo atravessado pelo contexto da reforma do ensino médio.	Analisamos o trabalho como princípio educativo no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI), refletindo sobre a sociedade capitalista atual e sua emergente necessidade de mão-de-obra especializada, e, ao mesmo tempo, alienada
Problema de pesquisa	As regulamentações curriculares e os estudos que discutem Currículo, Políticas Públicas, Educação Profissional e a Relação entre Trabalho e Educação.	Aspectos da experiência da elaboração dos Currículos de Referência (CR) para os cursos de Ensino Médio Integrado com Educação profissional (EMI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), na perspectiva da relação entre trabalho e educação.	Formamos os educandos apenas para atender as necessidades do capital?
Procedimentos	Pesquisa bibliográfica	Abordagem de cunho qualitativo; análise documental; pesquisa bibliográfica. Metodologia da análise de conteúdo	Revisão bibliográfica.
Resultados	verificou-se que as propostas de alterações curriculares empreendidas a partir de 2017 evidenciam celeridade em contemplar e em ceder às pressões externas, sobretudo as ditadas pelas mudanças no modo de produção capitalista, que tem como marca o pragmatismo formativo e a visão utilitarista da educação.	Necessário reafirmar a educação como direito social e a defesa do ensino médio integrado na perspectiva da emancipação humana	Reafirma a necessidade de um currículo integrado e flexível que possibilite uma compreensão mais abrangente da realidade, que prime pelo diálogo entre as dimensões do trabalho, a cultura, a ciência, as artes e da tecnologia.

Fonte: a autora

Com base na sinopse acima, foi possível inferir que as duas primeiras pesquisas têm objetivos comuns, analisam a legislação pertinente ao ensino médio integrado, mais especificamente o novo ensino médio, já o terceiro projeto traz uma pesquisa direcionada à questão da formação humana, em específico da classe trabalhadora. No entanto, todas trazem questionamentos quanto ao ensino médio integrado, problematizando a regulação do currículo e a formação humana no contexto do capital.

Quanto aos métodos utilizados nas pesquisas, estes, permitem uma investigação aprofundada de fenômenos complexos no campo da relação do trabalho e da educação na formação humana. Privilegiam a compreensão detalhada de processos, relações e significados, buscando interpretar o fenômeno em seu contexto natural. Exploraram fontes primárias e secundárias, como textos oficiais, relatórios e documentos institucionais, oferecendo uma base sólida para a contextualização e fundamentação teórica, por meio da revisão crítica de estudos já publicados. Para tratar e interpretar os dados obtidos, foi utilizada a metodologia da análise de conteúdo, categorizando e interpretando sistematicamente informações textuais, a fim de identificar padrões, temas e significados latentes quanto ao currículo integrado da educação profissional.

As pesquisas convergem para a conclusão de que é fundamental fortalecer o ensino médio enquanto um direito, adotando uma perspectiva emancipatória. Nesse sentido, destaca-se a importância de promover uma articulação entre a formação técnica e a propedêutica, de modo a garantir uma educação integral que contemple tanto o desenvolvimento profissional quanto a formação acadêmica e cidadã.

Com base na análise das pesquisas apresentadas, é possível concluir que, embora as investigações tenham abordagens e focos distintos, todas compartilham a preocupação com a formação integral no contexto do ensino médio integrado. As duas primeiras pesquisas concentraram-se na análise crítica da legislação referente ao novo ensino médio, enquanto

a terceira destacou a importância da formação humana, especialmente voltada para a classe trabalhadora. Em comum, as três problematizam a regulação do currículo e a relação entre a educação e o trabalho no contexto do capital, questionando os impactos dessas políticas educacionais sobre a formação dos jovens.

Os métodos adotados nas pesquisas, de cunho qualitativo, contribuíram para uma compreensão aprofundada das relações entre trabalho e educação na formação humana. Ao explorar documentos oficiais, relatórios e estudos acadêmicos previamente publicados, essas investigações se ancoraram em uma base teórica sólida e utilizaram a metodologia de análise de conteúdo para identificar padrões e significados latentes, oferecendo uma crítica bem fundamentada sobre o currículo integrado na Educação Profissional.

Em síntese, as pesquisas convergem na defesa de um ensino médio, o qual seja reconhecido como um direito e que adote uma perspectiva emancipatória. A articulação entre a formação técnica e a propedêutica é apontada como um caminho essencial para a construção de uma educação integral que promova tanto a qualificação profissional quanto o desenvolvimento acadêmico e cidadão, garantindo uma formação humana integral.

Apesar das importantes contribuições trazidas pelas pesquisas analisadas, é notável a existência de uma lacuna significativa no debate sobre o currículo integrado, especialmente no que se refere à formação por competências e à apropriação da educação pelo capital. O número ainda reduzido de estudos que abordem criticamente a implementação da formação por competências no ensino médio integrado limita a compreensão mais aprofundada das implicações dessa abordagem para a formação humana. Em particular, faltam investigações que analisem como o discurso das competências, amplamente defendido pelas políticas educacionais neoliberais, pode ser instrumentalizado para atender às demandas do mercado de trabalho, esvaziando o potencial emancipatório da educação. Esse vácuo teórico e empírico aponta para a necessidade de mais pesquisas que examinem as tensões entre as demandas do capital e os princípios de uma educação integral voltada para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

2 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este trabalho adota uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, ao analisar o currículo integrado da Educação Profissional do Ceará. Descreve, de forma crítica e interpretativa, o Curso Técnico Integrado em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista, com foco no currículo e na sua integração com a formação geral.

A pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa de investigação como atividade primária, propõe problematizar, questionar e articular conhecimentos prévios a novos saberes. As metodologias de pesquisa transcendem a mera aplicação de técnicas, configurando-se como a possibilidade de selecionar instrumentos em conformidade com seus objetivos e com a criatividade do pesquisador, a fim de construir o conhecimento. Esse processo busca articular a realidade à sua análise e à teoria, ou seja, ao conhecimento científico, que, ao apresentar lacunas, abre espaço para o desenvolvimento de novas investigações.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica se configura como uma metodologia que oferece suporte teórico a todas as abordagens investigativas, especialmente àquelas que demandam estudos exploratórios ou descritivos. Essa metodologia proporciona uma visão abrangente da problemática que orienta e sustenta a investigação, além de viabilizar a elaboração de um referencial conceitual relacionado ao objeto de estudo.

Adotando uma abordagem qualitativa, este estudo apropriou-se de aspectos bastante específicos da pesquisa bibliográfica, os quais envolveram análise da dimensão teórica sobre o assunto pesquisado e construção de um referencial teórico criterioso e fundamentado, dando sustentação à pesquisa. Para (Silva; Oliveira; Silva, 2021), de modo geral, a bibliográfica é imprescindível para a construção de um trabalho científico de qualidade, atualizado, consistente e fundamentado teoricamente nos rigores da pesquisa científica. Na visão de Gil (2008):

Qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa. Primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequado à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado (Gil, 2008, p. 75).

Na pesquisa bibliográfica, os livros representam a principal fonte de conhecimento à qual o pesquisador recorre. Conforme a abordagem da pesquisa, segundo Gil (2008), diferentes tipos de obras podem ser consultadas, como livros de leitura geral; obras de referência informativa, como dicionários especializados ou enciclopédias; e periódicos, incluindo jornais e revistas. Enquanto os jornais oferecem informações mais atuais, as revistas geralmente aprofundam os temas abordados e constituem as principais fontes de divulgação científica, permitindo ao pesquisador compreender o estágio atual do conhecimento sobre determinado assunto.

De acordo com Stumpf (2011), o planejamento inicial de uma pesquisa bibliográfica deve incluir a identificação, localização e obtenção da bibliografia relacionada ao tema de interesse. Esse processo resulta em um texto sistematizado, em que o pesquisador apresenta a literatura

analisada, articulando o pensamento dos autores consultados com suas próprias ideias. A autora ressalta que a pesquisa bibliográfica é composta por um conjunto de procedimentos destinados a identificar informações bibliográficas, selecionar documentos relevantes ao tema estudado e realizar anotações organizadas para consultas futuras.

Diante da definição do objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, configura-se como um procedimento metodológico baseado na reflexão crítica e na análise de documentos, os quais são fontes escritas. No decorrer da investigação, à medida que os dados vão sendo coletados e refletidos, faz-se, como prática importante na pesquisa bibliográfica, o retorno ao objeto de estudo, inicialmente apontado, para que, caso necessário, este seja validado ou reformulado (Silva; Oliveira; Silva, 2021, p. 97). Esse processo requer uma revisitação permanente aos documentos selecionados, questionando os dados e as informações coletadas, o que MINAYO (2009) vai chamar de “espiral”, um ato contínuo de questionar os dados e informações reunidas, identificando lacunas no conhecimento e estimulando novas pesquisas.

Fontes confiáveis e concretas fundamentam uma pesquisa e são características da pesquisa bibliográfica, dessa forma, utilizamos o acervo da secretaria da EEEP Manuel Abdias Evangelista e do site da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará¹. Acessamos o Plano de Curso do Curso Técnico em Informática e o Projeto Político Pedagógico da instituição, como fontes primárias para a análise. Esses documentos são essenciais para entendermos a organização curricular e as diretrizes pedagógicas adotadas pela instituição. A partir dessas fontes, identificamos como a relação trabalho e educação é desenvolvida na escola para a promoção do desenvolvimento integral do estudante, partindo do pressuposto marxista de “escola única do trabalho”, que compreende três aspectos: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica. Este último, como uma opção para a classe trabalhadora, baseia-se na ideia de que o trabalho é o meio pelo qual o ser humano aprende a conhecer, dominar e transformar a natureza em benefício da sociedade, configurando-se como um processo educativo.

Os critérios que levaram à escolha do Plano de Curso e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEEP Manuel Abdias Evangelista como documentos principais para a análise documental basearam-se na relevância desses documentos no contexto educacional da escola e no alinhamento com os objetivos deste estudo. Ambos os documentos foram fundamentais para a compreensão da organização curricular e da estrutura pedagógica adotada pelas Escolas Profissionais do Ceará.

O Plano de Curso define os conteúdos programáticos e as diretrizes educacionais que orientam o ensino e a aprendizagem, sendo um instrumento primário que representa as intenções formativas da escola. Já o Projeto Político Pedagógico é um documento institucional que reflete a visão, missão e os valores da escola, assim como as estratégias metodológicas para o desenvolvimento dos estudantes.

Para realizar uma análise bibliográfica, segundo SALVADOR (1986), a pesquisa bibliográfica constitui-se por fases, das quais, duas foram importantes elementos da nossa pesquisa:

¹ <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-profissional/>

análise explicativa das soluções e síntese integradora, resultando no estudo e na reflexão da documentação referente ao assunto que culminou no produto final. Ao concluir essas etapas, o pesquisador alcança um conhecimento crítico da realidade, expresso em um texto resultante da análise dos dados coletados, cujas qualidade e quantidade influenciam diretamente os resultados da investigação.

Para que os documentos selecionados para análise e o referencial teórico estivessem próximos, quando da construção do produto educacional, utilizamos como ferramenta de formatação tanto do texto desta pesquisa, quanto do livro eletrônico, a plataforma Fast Format que, a partir de modelos, ajuda os usuários a formatarem seus textos de acordo com diversas normas, inclusive da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O processo de escrita na plataforma exige método, e, embora automatize a formatação, é relevante que se atenda às normas da ABNT, mantendo a qualidade e a legibilidade do texto, sobretudo seu caráter técnico e acadêmico.

O primeiro passo foi escolher, entre os modelos disponíveis, aquele que se adequava às normas da ABNT para a dissertação de mestrado; em seguida, configuramos a formatação, conforme o manual de normalização da instituição, no nosso caso específico, o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE². Foram introduzidos, em abas específicas, tanto os elementos pré, como os pós-textuais, assim como as referências bibliográficas.

Os passos seguintes seguiram os ritos da pesquisa bibliográfica, que se submetem ao rigor científico e têm como objetivo a produção de conhecimento. Sobre isso, LAKATOS e MARCONI (2003) citam que a pesquisa bibliográfica apresenta diferentes etapas que se complementam ao longo da pesquisa: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação.

² https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/manual-de-normalizacao_3_edicao_versao-final.pdf

Figura 1 – As oito fases da Pesquisa Bibliográfica



Fonte: a autora com fundamento em Lakatos e Marconi (2003).

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial na construção de novos conhecimentos e no aprendizado aprofundado sobre uma área específica do saber. Além de permitir a ampliação das bases teóricas e conceituais do pesquisador, ela serve como um dos principais instrumentos de atualização contínua, favorecendo o desenvolvimento intelectual e o aprimoramento crítico. Ao explorar obras e documentos relevantes, o pesquisador não apenas enriquece sua compreensão sobre o tema estudado, mas também identifica lacunas no conhecimento existente, o que pode estimular investigações futuras. Assim, a pesquisa bibliográfica consolida-se como uma prática indispensável para quem busca avançar na produção acadêmica e científica, promovendo uma interação constante entre teoria e realidade.

2.1 O Produto Educacional

O ensino médio e a Educação Profissional Técnica, segundo Frigotto (2013), representam um duplo passaporte para a cidadania plena nos âmbitos político, social e econômico, ao proporcionar acesso qualificado ao mundo da produção. Infere-se, assim, a importância de um Produto Educacional que promova, no campo da Formação Profissional, mecanismos para romper a dualidade estrutural que separa a formação geral da formação específica.

A justificativa para esta pesquisa se conecta diretamente ao desenvolvimento de um produto educacional que visa a contribuir para a compreensão e aprimoramento do currículo integrado da Educação Profissional, materializado na forma de e-book, o qual será uma ferramenta essencial para professores, gestores e pesquisadores, proporcionando uma reflexão teórica e

prática sobre como o currículo integrado pode promover a formação integral dos estudantes. A pesquisa, que deu origem ao livro eletrônico, destaca a importância de entendermos o currículo não apenas como uma resposta às demandas do mercado de trabalho, mas também como um instrumento de transformação social, alinhado aos princípios da formação politécnica. Assim, o livro buscará explorar as potencialidades e os desafios da integração entre a formação geral e técnica, oferecendo subsídios para que o currículo seja uma ferramenta que equilibre a qualificação profissional com a promoção de cidadania, equidade e justiça social.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), as discussões em torno do currículo integrado tiveram sua origem, no Brasil, nas lutas pela democracia nos anos 80, do século XX, na defesa da Escola Pública, na LDB (1996) e no Fórum Nacional de Educação, com uma proposta de integração entre formação geral básica e formação técnica, uma formação que desse aos filhos da classe trabalhadora não somente acesso aos conhecimentos práticos, mas, também, aos conhecimentos gerais da cultura. Nas últimas décadas, o debate em torno do currículo vem se alargando, principalmente após a promulgação do Decreto n.º 5154/2004, o qual alterou a oferta de educação profissional para além do ensino concomitante e subsequente, ofertando Educação Profissional na modalidade integrada ao ensino médio. A inclusão da modalidade integrada trouxe um novo elemento ao campo de disputa, o modelo de homem e de sociedade que se pretende formar. Mesmo com todo o debate em volta do currículo, tanto de natureza político-ideológica, quanto de natureza epistemológica, a construção de um projeto de educação integral ainda é, atualmente, um enorme desafio, principalmente, pelo pouco conhecimento que se tem do que é integração curricular e dos documentos que orientam esse processo.

Nesse contexto, é premente construirmos um debate focado no projeto de educação profissional que vem sendo delineado no País e, principalmente, no estado do Ceará, visando à concepção de uma proposta educacional que realmente atenda às demandas da classe trabalhadora. Os resultados advindos das análises realizadas por este trabalho serão compilados em um livro digital, com o intuito de fomentar a discussão em torno do currículo pela sociedade em geral.

O Produto Educacional proposto surge como uma ferramenta crucial para registrar e preservar a trajetória das Escolas Profissionais do Ceará. Ele não apenas documenta a evolução dessas instituições temporalmente, mas também realiza uma análise crítica dos documentos que moldam a formação do currículo integrado na Educação Profissional do estado. Esse livro investiga como os princípios e diretrizes do currículo integrado são incorporados nos documentos orientativos e de planejamento das escolas de ensino médio que oferecem uma educação profissional em tempo integral.

Além disso, o livro explora a escola como um ambiente social de aprendizagem, destacando a importância do conceito de “pública” como um direito fundamental para todos os cidadãos. Examina a noção de “currículo integrado”, sublinhando como essa abordagem abrange diversas dimensões da formação humana, como conhecimentos técnicos, habilidades práticas e desenvolvimento pessoal, conforme descrito no *Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008 - 2014* (Ceará, 2014). Essa análise mais profunda

ajuda a compreender como o currículo integrado contribui para uma educação mais abrangente e relevante, preparando os sujeitos para os desafios do mundo contemporâneo.

Dessa forma, apresentamos o e-book denominado: **Trabalho e Educação: o currículo integrado da rede de educação profissional do Ceará**, como apêndice deste trabalho. Trazemos um e-book com uma estrutura que aborda o tema e seus sub-temas, de maneira clara e objetiva, facilitando a navegação e compreensão do leitor sobre os diversos aspectos relacionados à educação, currículo integrado e educação profissional técnica no Ceará.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO

A relação entre trabalho e educação constitui um eixo central na formação humana, transcendendo a mera instrumentalização para o mercado de trabalho e situando-se como um processo ontológico e sociopolítico. O trabalho, enquanto atividade teleológica do ser humano, não se limita à transformação da natureza, mas é também o meio pelo qual o indivíduo se constrói histórica e socialmente, configurando-se como fundamento da existência humana.

Nesse sentido, a educação, longe de ser um processo neutro, assume o papel de mediadora na construção do conhecimento, articulando saberes científicos, técnicos e culturais em uma dinâmica que visa não apenas à capacitação profissional, mas à formação integral do sujeito. A articulação entre trabalho e educação, portanto, deve ser entendida como um processo dialético que promove a emancipação intelectual e social, oferecendo ao indivíduo as ferramentas teóricas e práticas necessárias para compreender, criticar e transformar a realidade em que está inserido. Dessa forma, a educação, ao incorporar o trabalho como princípio educativo, reforça seu papel na construção de uma formação humanizadora, que integra o indivíduo em sua totalidade e o capacita a atuar de maneira crítica e consciente na sociedade.

As reflexões que fazemos sobre a relação Trabalho e Educação vão muito além do processo ensino e aprendizagem, estão centradas na relação do homem consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade - um homem que se constrói e se reconstrói histórico e socialmente nessas relações. São abordadas, neste capítulo, as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na educação, destacando que, apesar de ser influenciada pelas dinâmicas produtivas, a educação também pode transformá-las. Discutimos a relação entre trabalho e educação, enfatizando o trabalho como atividade humana transformadora e a escola como espaço de formação e socialização do conhecimento. Defendemos a formação politécnica como meio de integrar saberes técnicos e científicos, superando a fragmentação disciplinar e promovendo uma compreensão mais ampla e crítica. Destacamos que, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, houve debates sobre a educação politécnica e sua oposição à formação ideológica neoliberal, que prioriza competências e empregabilidade em detrimento de uma educação integral e emancipatória. Observa-se uma transição de políticas educacionais voltadas à integração social para iniciativas que privilegiam inserções precárias no mercado de trabalho, refletindo tensões entre direitos sociais coletivos e individuais.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho não só redefiniram o homem e a sociedade, mas, como a educação, promoveram mudanças decorrentes de ações, medidas e decisões fundamentadas em valores, interesses e necessidades de curto e longo prazo para a sociedade e o País em sua totalidade. No entanto, “a Educação também é, ou pode ser, espaço de transformação da vida social e, por conseguinte, das próprias relações de produção” (Coan, 2014, p. 01).

Enquanto a educação é influenciada pelas dinâmicas do mundo produtivo, ela também possui o poder de influenciá-lo. É fundamental, portanto, redefinir a ação educativa no contexto

sócio-político-econômico e dentro do próprio discurso educacional. Isso implica promover reflexões que permitam ao espaço educacional estabelecer conexões tangíveis com o processo social. Repensar a educação requer oferecer ao indivíduo as ferramentas necessárias para compreender o ambiente ao seu redor, incluindo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, incentivando não apenas a compreensão, mas também a transformação social. Educação como processo de formação, que promove a pessoa humana, transformando-a e por ela sendo transformada; Espaço educacional como local de construção de novos conhecimentos e de socialização do conhecimento historicamente produzido. Ao refletirmos sobre a relação entre Trabalho e Educação, consideramos o trabalho uma atividade humana transformadora. É por meio dele que o ser humano interage com a natureza, visando a transformá-la e a adaptá-la às suas necessidades essenciais.

As forças produtivas se desenvolvem com base na ciência, na técnica e na tecnologia, sustentadas pelo capital, tornando a escola essencial para a sociabilidade humana. Hoje, o progresso impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, com o capital desempenhando um papel central, e a escola tem se tornado um elemento fundamental nesse processo. “A formação é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações” (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, P. 1059). Ainda assim, o modo de produção capitalista concebe a divisão social do trabalho como estratégia para um “sistema social classista”, perpetuando as disparidades socioeconômicas, privilegiando determinados grupos sociais, enquanto marginaliza outros. Além disso, separa trabalho manual e intelectual, uma escola para a classe trabalhadora e outra para as classes dirigentes.

A educação, no processo de ensino e aprendizagem, no que se refere aos indivíduos e à sociedade, auxilia na criação de condições concretas para a transformação da sociedade, integrando vários conhecimentos. A formação politécnica dos trabalhadores é, de maneira igual e essencialmente, uma questão de natureza epistemológica, integrando diversas áreas do conhecimento técnico e científico, o que é fundamentalmente uma questão relacionada ao conhecimento e à teoria do conhecimento (epistemologia). Envolve a compreensão dos fundamentos teóricos do conhecimento, ou seja, a formação politécnica não é apenas sobre “saber fazer,” mas também sobre “saber por quê” e “saber como”, que é tão importante quanto qualquer outra dimensão da formação dos trabalhadores. “A politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos” (Kuenzer, 2002, p. 87), rompendo com a divisão das disciplinas, o que fragmenta a ciência. Compreender a totalidade não implica em dominar todos os fatos, mas sim as relações entre eles, constantemente reconstruídas no curso da história.

No contexto brasileiro da década de 1980, no campo teórico, a concepção de politecnia voltou-se para pensar a educação para o conjunto da sociedade. A ideia de politecnia como uma educação polivalente, tutelada por alguns intelectuais da época e pelo aparelho de hegemonia do capital, era refutada por outra parcela desses mesmos pensadores que defendiam, para o trabalhador, uma educação politécnica baseada em princípios científicos da produção, um projeto de “formação científico-técnica com bases mais complexas, terreno no qual a disputa por uma

formação politécnica poderia avançar” (Frigotto, 2006a, p. 270).

Cumprir destacar que a reestruturação produtiva, na perspectiva do capital, demandava conhecimentos outros e um novo perfil de trabalhador, abrindo espaço para uma formação ideológica neoliberal, ocasionando o quase abandono, ainda que no campo das ideias, do projeto de uma escola unitária e politécnica. Os conhecimentos que atendem ao novo perfil de trabalhador, conforme a ideologia do capital, sugerem uma educação como meio de integração, ascensão e mobilidade social, introduzindo as noções de sociedade do conhecimento, empregabilidade e competências, demonstrando a crescente incorporação do capital nos sistemas educacionais. As ideologias das competências, da empregabilidade, da qualidade total e da formação técnico-profissional, caracterizadas pelo adestramento e pela fragmentação, passaram a dominar o pensamento e as aspirações dos professores e das classes populares, afirma Frigotto (2006).

É perceptível, assim, uma transição de políticas que anteriormente visavam à integração social, entendidas como um direito social e subjetivo, conquistado por meio da luta de classes, para políticas que promovem agora uma inserção precária no mercado de trabalho. Estamos em meio a um confronto educacional, em que coexistem diretrizes de currículo integrado, programas de formação por competências, conceitos de cidadão produtivo e empregabilidade, oscilando entre o direito social e coletivo, e o direito individual.

3.1 A Relação Trabalho e Educação na Constituição Humana

Ao abordarmos a relação Trabalho e Educação é primordial fazermos um breve ponto, no intuito de compreendermos como se deu essa relação e seus significados.

Segundo Saviani (2007), a relação Trabalho e Educação pode ser verificada por meio de três movimentos; um movimento ontológico, inerente ao ser, porém voltado para uma natureza sem história, um movimento histórico, que muda a relação Educação e Trabalho, para Trabalho e Educação, e um terceiro movimento que busca por uma educação unitária.

O movimento ontológico traz em si mesmo a educação como um movimento que atende à necessidade humana, na dimensão do trabalho, em que o homem transforma a natureza e é por ela transformado. A relação do homem com o trabalho vem sendo construída com base em suas necessidades, pois o homem, ao longo dos anos, mudou a sua relação com o trabalho e, em função disso, buscou transformá-lo. Essa transformação foi, temporalmente, gerando um acúmulo de conhecimentos que foi passando de geração para geração, no entanto, sem concepção formal de educação.

Ao longo da história, principalmente entre a idade antiga e a idade média, a relação do trabalho com a educação foi construída por meio da servidão e da escravidão do povo, pois a escola era o lugar do ócio, não havendo nela espaço para a classe trabalhadora. Entendemos que, nesse ponto da história, está presente a primeira verificação da dualidade existente entre Trabalho e Educação.

Entre os séculos V e XV, período em que ocorre o apogeu e o declínio do feudalismo, essa

relação de servidão, escravidão e exploração do trabalhador permaneceu. Somente no final do século XVII e início do século XVIII, com o advento das revoluções da burguesia e o afloramento do ideal iluminista, vamos ter uma escola no formato da que temos hoje, evidentemente, com as mudanças sociais e econômicas que envolvem a educação. Com a Revolução Burguesa, que mudou a relação do trabalho com a educação estabelecida pelo sistema feudal, damos início ao que hoje chamamos de capitalismo, pois os burgos eram pequenos aglomerados onde a principal atividade econômica era o mercantilismo, ou seja, o comércio. Com essas mudanças, associadas ao pensamento iluminista, pensou-se em uma escola, pública, laica e gratuita para todos, o que sabemos não ter acontecido, pois a dualidade presente, desde os primórdios das relações de trabalho, entre dominantes e dominados, continua presente até os dias atuais, só que, agora, estruturada.

Com a ideia do capitalismo já constituída, e a Revolução Industrial acontecendo, surge a necessidade de um trabalhador que satisfaça não somente as necessidades de sobrevivência do homem, mas que, sobretudo, desenvolva tarefas específicas, em atendimento a uma nova modalidade de trabalho. Inicia-se um processo de formação do trabalhador, agora estruturado não nas necessidades de sobrevivência humana, mas sim no suporte às demandas do capital, restando à classe trabalhadora o aprendizado mecânico e repetitivo.

Com a Revolução Industrial, várias teorias foram surgindo, com o intuito de formar a classe trabalhadora, Taylorismo¹, Fordismo² e, por último, a Teoria do Capital Humano³, a qual, de acordo com Frigotto (2011), responsabiliza o trabalhador por sua formação e empregabilidade. Schultz,⁴ idealizador da Teoria do Capital Humano, associou a formação do trabalhador a sua condição de empregabilidade, sendo amplamente refutado pela sociologia. Segundo Bourdieu (2005), que faz crítica à Teoria do Capital Humano, não se pode atribuir ao critério escolarização o sucesso ou insucesso profissional do indivíduo. Na sua concepção de Capital Social, aponta três fatores que contribuem para a formação do indivíduo: incorporado, objetivado e institucionalizado, diferente do que propõe a Teoria do Capital Humano, como explica Bourdieu:

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais [. . .]; e enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ele confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 2005, p. 74).

No Brasil, o conceito de Capital Humano na relação Trabalho e Educação está presente

¹ Teoria desenvolvida por Frederick Winslow Taylor que, propunha uma gerência que criasse, por meio de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de executar o trabalho.

² Criado em janeiro de 1914, pelo norte-americano Henry Ford, o fordismo surgiu visando sistematizar a produção em massa.

³ Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção.

⁴ Theodore William Schultz (Arlington, Dakota del Sur, 1902 - Evanston, Illinois, 1998), professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano.

desde a década de 1980, evidenciando-se mais fortemente nos anos de 1990, com a redemocratização do País e a infiltração de organismos multilaterais nas organizações sociais, principalmente na educação. Desde então, o Brasil vem adotando planos educacionais transplantados nos moldes americanos, passando a seguir o ordenamento de grandes financiadores, como o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, entre outros.

Nesse contexto em que vem se consolidando o processo educacional brasileiro, o ideário de uma escola unitária, pensada por Gramsci⁵, se distancia, e toma lugar um projeto de educação que exime o Estado e responsabiliza o trabalhador pelo seu sucesso ou fracasso. Uma educação voltada para a formação da classe trabalhadora, que promova o homem em todas as suas formas, parece estar distante do que foi o imaginário e a luta de muitos.

Entre os movimentos inicialmente apontados, o último, que busca por uma educação unitária, parece-nos o mais desafiador, mediante os contextos atuais. A busca por uma educação integral que forme, por completo, o sujeito, vem encontrando enormes entraves quando se depara com os interesses do capital. O ideário de uma escola unitária, politécnica de formação onmilateral vem sendo amplamente discutido nas teorias de grandes autores, como Gramsci⁶, Pistrack⁷, Nozela⁸, entre outros, contudo, pouco se conseguiu imprimir na relação da educação com o trabalho ou na formação com o trabalhador. Os interesses do capital têm continuamente minado as conquistas na formação para o trabalho, promovendo teorias baseadas em propostas de formação por competências. Embora essas teorias façam referência à equidade, elas acabam criando a falsa impressão de que oferecem uma proposta de formação integral para a classe trabalhadora. No Brasil, pesquisadores como Marise Ramos, Maria Ciavatta e Galdêncio Frigotto são reconhecidos críticos da formação por competências, impulsionada e exigida pelos financiadores da educação. A relação entre Trabalho e Educação tem sido orientada pelo individualismo, pela resiliência e pela flexibilidade, conceitos centrais na teoria da competência. Essa abordagem acaba por mascarar a precarização do trabalho, ao apresentar as competências socioemocionais, como “resiliência” e “flexibilidade”, como essenciais à formação do trabalhador. Um trabalhador, agora, flexível aos ditames do capital, que a tudo suporta, capaz de se refazer, mesmo com toda a opressão e continuar a atender às demandas que lhe são impostas. É evidente que a relação entre Trabalho e Educação tem convertido a formação da classe trabalhadora em um instrumento de reprodução dos interesses do capital. As escolas que atendem aos filhos dessa classe reduzem o currículo, eliminando conhecimentos acumulados pela sociedade ao longo dos anos, em favor de uma formação por competências que determina o que deve ser aprendido. De acordo Ramos

⁵ Antonio Gramsci, teórico e ativista político marxista, nasceu na Sardenha, Itália, em janeiro de 1891 e faleceu em abril de 1937.

⁶ Gramsci, Antonio, 1891–1937
Cadernos do cárcere, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — 2ª ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷ PISTRACK, M. M. A Escola-Comuna. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁸ NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. 3 ed. Rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2004.

(2006), a formação para os filhos da classe trabalhadora não pode esperar para mais tarde, para o término da universidade, ela urge por uma formação completa, integral, logo no ensino médio. Diferentemente disso é o que temos visto na formação da classe trabalhadora, formações aligeiradas, sem a integralidade que exige a formação para o trabalho.

A construção de uma escola pública, laica e gratuita para todos, pensada lá atrás pelos iluministas, ainda é um sonho a ser perseguido, embora, muito do que temos hoje na educação aponte para uma mudança na concepção, mais pelo papel do professor do que pelas propostas educacionais vindouras.

A relação construída entre Trabalho e Educação tem uma característica comum, a do potencial transformador de ambos. O trabalho se define como edificador da condição humana, pois transforma o homem e por ele é transformado. A educação transforma os sujeitos e a sua natureza, e estes transformam a maneira de lidar com o trabalho.

3.2 O Trabalho como Princípio Educativo e a Politecnicidade como Fundamento Pedagógico

O trabalho é uma atividade essencialmente humana, concebido pela união entre o trabalho manual e intelectual, conferindo a este um caráter produtivo e emancipador. Essa combinação tem possibilitado ao homem constituir uma base científica para o processo de produção. “O trabalho produtivo e a união entre trabalho manual e intelectual concebem o trabalho como atividade por excelência humana. Pelo trabalho, o homem une teoria e prática no processo de conhecimento” (Coan, 2014, p. 14).

Como atividade fundamentalmente humana, distinguindo-se por sua capacidade de transformar tanto o ambiente ao redor quanto o próprio indivíduo, essa união entre o manual e o intelectual, geral e politécnico, possibilita a construção, por parte daquele que recebe a formação, de uma base científica do processo de produção. Essa transformação ocorre por meio da combinação intrínseca entre o trabalho manual e intelectual. O trabalho, dividido entre habilidades motoras, como destreza, experiência e prática; e habilidades cognitivas, como criatividade, raciocínio crítico e conhecimento teórico, consolida-se, permitindo que as atividades produtivas sejam não apenas executadas, mas também concebidas, planejadas e melhoradas continuamente.

Para Coan (2014), todo homem precisa do trabalho como estratégia de transformar a natureza e satisfazer suas necessidades. Essencial para a existência humana, torna-se o princípio fundamental da nova sociedade, estabelecendo relações entre o trabalho, a educação e a sociedade. Essas relações têm sido amplamente discutidas com base na concepção marxista de politecnicidade.

De acordo com (Maciel; Jacomeli; Brasileiro, 2017), na visão marxiana e de muitos autores marxistas, a politecnicidade está ligada a um projeto de nova sociedade e novo homem, em que o trabalho é fundamental para a existência humana e para a ausência de propriedade privada dos meios de produção. O trabalho é visto como a manifestação da vida e do processo pelo qual os homens transformam a natureza e a si mesmos.

A concepção marxiana de educação é considerada a origem da educação politécnica soviética, fundamentando o trabalho como um princípio educativo, que, no que lhe concerne, serve de base para diversas concepções marxistas de educação emancipatória. Nas “Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório”, publicadas em 1868, Marx é categórico:

Por educação entendemos três coisas: 1. Educação intelectual; 2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares; 3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (Marx, 2009, n.p.)

A integração entre trabalho produtivo remunerado, educação intelectual, exercício físico e formação politécnica, para Marx (2009), proporciona uma base sólida para a elevação da classe trabalhadora a um patamar significativamente superior ao das classes média e alta. Essa combinação não apenas aprimora e promove a formação integral da classe trabalhadora, como valoriza o desenvolvimento físico, intelectual e técnico dos trabalhadores. Ao associar a prática com o saber científico e a tecnologia, estimula o pensamento crítico, a autonomia e a apropriação de novos contextos produtivos, rompendo as barreiras que historicamente relegaram a classe trabalhadora a funções limitadas e menos valorizadas. Dessa maneira, representa uma verdadeira transformação social, pois permite que os trabalhadores transcendam o papel de meros executores, ocupando espaços mais elevados na estrutura social e econômica, o que desafia e reconfigura as dinâmicas de poder entre as classes.

Conforme (Maciel, 2018), é do conhecimento de todos que convivem no mundo da ciência pedagógica que um princípio pedagógico compreende três dimensões: filosófica, epistemológica e tecnológica, efeito de sua natureza teórico-prático. Em análise, destaca que a concepção marxista de educação é composta por três dimensões interligadas e essenciais:

1.Dimensão Intelectual: envolve a aquisição do conhecimento científico e cultural, essencial para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos e para sua compreensão crítica do mundo.

2.Dimensão Corporal: refere-se ao desenvolvimento físico dos indivíduos, reconhecendo a importância do corpo como parte integrante do processo educativo.

3.Dimensão Tecnológica: aborda o domínio dos princípios gerais necessários para operar nos diversos ramos industriais, destacando a importância do conhecimento prático e técnico para a participação efetiva na produção material.

No entanto, Maciel (2018) ressalta que Marx, após afirmar a indissociabilidade entre essas dimensões, substitui o termo “tecnológica” por “politecnicidade”, gerando discordâncias entre aqueles que estudam a teoria marxista.

As divergências quanto ao termo tecnológica ou politécnica, para além da terminologia, é o mesmo conteúdo, a junção entre formação intelectual e trabalho produtivo. (CONFUSO) A compreensão da politecnicidade como a união entre formação intelectual e trabalho produtivo é considerada insuficiente por três razões: primeiro, porque essa definição limita a politecnicidade ao trabalho educativo; segundo, porque não abrange o desenvolvimento físico como na concepção

original marxiana; e, por fim, porque hoje outras dimensões além das três originais são igualmente essenciais para a emancipação humana.

O processo de ampliação e atualização da concepção marxista de educação retira do trabalho como princípio educativo (por ser um princípio amplo, geral) o princípio da politecnia, que orienta os processos pedagógicos na educação escolar. A politecnia fundamenta-se na ideia de que o homem é um ser histórico-cultural, moldado pela sua prática social, promovendo o desenvolvimento de diversas capacidades cognitivas, sensíveis, físicas e sociais essenciais para sua humanização integral.

No Brasil, findadas as discussões em relação ao “trabalho como princípio educativo”: alguns consideraram fundamental para a natureza humana, essencial para a humanização por meio do trabalho; enquanto outros o restringiram à união entre educação e trabalho, aplicável especificamente ao ensino médio e cursos profissionais e técnicos, conforme (Maciel, 2018).

Embora tenha havido divergências quanto à terminologia, houve um avanço conceitual em relação à politecnia como princípio pedagógico. Primeiramente, entendemos que a politecnia orienta a prática educativa em todos os níveis da educação escolar, indo além de uma aplicação restrita ao ensino técnico-profissional. Destacamos também que a politecnia não deve ser confundida com o trabalho como princípio educativo, embora derive deste último.

Além disso, a politecnia como princípio pedagógico é vista como abrangendo múltiplas dimensões educativas que correspondem às dimensões humanas, como intelectual, física e social. Essa abordagem reforça a importância da educação integral, em que a politecnia encontra um ambiente propício para sua realização completa, promovendo não apenas a formação técnica, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo.

4 CURRÍCULO INTEGRADO: VÁRIOS CAMINHOS

O currículo, além de ser um instrumento pedagógico, desempenha um papel central como regulador da formação humana, pois orienta o tipo de conhecimento, habilidades e valores que serão priorizados na educação. No contexto das políticas educacionais contemporâneas, a Teoria das Competências tem se utilizado do currículo como um mecanismo para reforçar sua hegemonia. Ao privilegiar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais demandadas pelo mercado de trabalho, essa abordagem acaba promovendo uma educação voltada mais para a adequação ao sistema produtivo do que para a emancipação dos sujeitos. Assim, o currículo se torna uma ferramenta para a reprodução das relações de poder e das lógicas capitalistas, alinhando-se aos interesses do capital ao subordinar a formação humana às exigências econômicas.

No decorrer deste capítulo, exploramos o currículo como uma construção social, destacando seu papel na promoção de uma formação integral e crítica, que vai além das demandas do mercado, buscando o desenvolvimento pleno dos indivíduos como cidadãos capazes de transformar a realidade. Enfatiza-se a complexidade e a intencionalidade do currículo, moldado por fatores sociais, culturais, históricos e políticos, e seu caráter seletivo e não neutro, refletindo relações de poder e divisões sociais. A discussão também aborda a evolução teórica do currículo, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, e o conceito de currículo integrado, que articula múltiplas perspectivas e promove uma visão interconectada das relações sociais, evidenciando a importância de uma abordagem integrada na educação para compreender e transformar a realidade.

O currículo pode também ser compreendido como uma construção social, capaz de refletir as lutas e aspirações coletivas de uma sociedade. Nesse sentido, ele pode ser moldado para promover uma formação integral e crítica, que ultrapasse as demandas imediatas do mercado e contribua para o desenvolvimento pleno dos indivíduos como cidadãos conscientes, capazes de transformar a realidade social. O desafio, portanto, está em resgatar o potencial emancipatório do currículo, construindo-o de forma democrática e participativa, para que ele atue não apenas como uma ferramenta de adaptação, mas como um motor de transformação social.

O conhecimento produzido pela humanidade em suas atividades integra o conjunto de elementos que ampliam a leitura de mundo dos sujeitos, sendo eles de natureza teórica e/ou prática, organizados para gerar aprendizagem de forma que possibilite uma interpretação reflexiva da realidade, podendo, assim, se necessário, transformá-la.

Essa visão progressista traz uma concepção de currículo que integra indissociavelmente o conhecimento científico e as relações culturais e materiais do cotidiano dos educandos. Sobre isso, Goodson (1997) afirma que “o currículo é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, IVO F, 1997, p. 17). Ele não se traduz pela imparcialidade, nem tampouco pelo conhecimento explícito, pontual. Tem prioridades sociais e as conduz, não é um produto tecnicamente racional, é um instrumento repleto de

intencionalidade, o qual se constrói e se reconstrói, legitimando-se em tempos, espaços e contextos sociais que revelam o projeto social em construção. Nessa perspectiva, não se tem um conceito próprio de currículo, este se diferencia, principalmente, por meio dos arranjos e padrões regionais e nacionais.

Durante os anos sessenta e setenta, importantes estudos sobre o currículo foram desenvolvidos, trazendo uma concepção de currículo como construção social, ressignificando o conceito, dado pelas análises anteriores, de currículo como um dado neutro, sem considerar os complexos significados que o integram. Ao reconhecer o currículo como uma fonte fundamental para o estudo histórico, uma série de novos desafios emerge, uma vez que ele é um conceito complexo, multifacetado e, por vezes, ilusório. A complexidade de se conceituar o currículo reside em suas múltiplas características, que o tornam um fenômeno peculiar, devido às diferentes interpretações e enfoques que podem ser atribuídos a ele, dependendo do contexto e das perspectivas teóricas adotadas. No entanto, as pesquisas sobre o campo do currículo como construção social evoluíram e ganharam força. Na mesma medida, surgiram novos pontos de vista sobre currículo e escola, impulsionados pelos movimentos que se propunham “revolucionar os currículos escolares”.

Esses novos pontos de vista, segundo Sacristán e Gómez (1998), estavam presentes em um currículo que se realiza na sala de aula conforme a constituição da escola, é político, seletivo e determinado culturalmente. A construção do currículo se dá por meio da seleção de elementos fundamentados em diversos contextos: cultural, social, histórico, político e administrativo. Funda-se em diversos cenários, o seu poder de regulação está sempre presente, seja no sentido organizacional dos seus conteúdos, delimitando-os em disciplinas, ou unificando-os, articulando ações isoladas.

O currículo não é um instrumento neutro e desinteressado na transmissão do conhecimento social. Sobre isso, Moreira e Silva (2011) afirmam que o currículo responde a interesses pessoais e coletivos da sociedade e da educação, reproduz visões diversas, envolto em relações de poder ao longo da sua história - nas quais se encontra implicado o currículo -, divisões sociais entre classe, etnia, gênero etc.

Representar os fenômenos que constituem o todo, levando o estudante à compreensão do conjunto das relações sociais, a partir de uma determinada seleção curricular, é um grande desafio. Assim, para Dante (2010), “o currículo integrado deve possibilitar ao estudante a compreensão do conjunto dessas inter-relações, mesmo sabendo-se que esse currículo é constituído a partir de uma determinada seleção e que, portanto, não é possível contemplar o todo” (Moura, 2010, p. 9)

O currículo integrado, de acordo com Santomé (1998), nos ajuda, de forma objetiva, na construção de um pensamento integrado, que se articula com a realidade. O currículo tem como principal objetivo auxiliar na construção de um pensamento integrado, abrangendo decisões, análises da realidade e múltiplas perspectivas que devem se inter-relacionar para evitar erros e injustiças decorrentes da falta de percepção das conexões entre diferentes elementos.

A produção humana ocorre sempre dentro de condições sociais e históricas específicas, moldadas pelas relações sociais vigentes. Essas condições determinam não apenas os recursos

e os meios disponíveis, mas também os valores, as ideologias e as práticas que orientam e influenciam a criação e a disseminação do conhecimento e das culturas. Assim, o contexto histórico e social é fundamental para compreendermos os processos de produção humana em toda a sua complexidade. Ramos (2011) observa que, “sob esse prisma, os processos de produção (de bens e serviços de toda ordem), como partes de uma totalidade que é a produção da existência humana, podem ser estudados em múltiplas dimensões, tais como: econômica, produtiva, social, política, cultural, técnica, entre outras” (Ramos, 2011, p. 776).

Com base nessa análise, podemos destacar que a natureza complexa do currículo integrado e as suas inter-relações não permitem que nenhum conhecimento seja considerado exclusivamente geral, uma vez que todos os conhecimentos estão ligados à estruturação de objetivos de produção com implicações práticas. Da mesma forma, nenhum conhecimento é exclusivamente específico, pois a compreensão produtiva requer uma base sólida em conceitos fundamentais da ciência básica. Isso ressalta a importância de uma abordagem integrada na educação, que favoreça a interdependência entre diferentes áreas de conhecimento.

4.1 As Bases Legais do Currículo Integrado no Brasil: injunções econômicas, políticas e sociais

A formação do trabalhador tem sido historicamente um campo de disputa, frequentemente influenciado pelos interesses dos detentores do capital. A discussão em torno da elaboração do currículo integrado da Educação Profissional, conforme delineado pelas principais leis que a regem, reflete as políticas educacionais em vigor.

Essas leis, inseridas em contextos sociais e históricos permeados por conflitos entre a sociedade e o capital, estabeleceram os fundamentos da educação profissional, visando a proporcionar acesso tanto à formação profissional quanto ao mercado de trabalho. No entanto, o direcionamento das políticas de formação dos trabalhadores, muitas vezes, não priorizou o desenvolvimento social, mas sim os interesses do capital, os quais exercem predominância nas políticas públicas educacionais.

A Constituição Federal, no seu artigo 1.º, IV, traz como princípio fundamental o valor social do trabalho, como norma constitucional, com o intento claro de “assegurar a todos a existência digna” e “o bem-estar e a justiça sociais” [sic], para um País que se organiza e se funda no trabalho.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Brasil, 1988)

Dessa maneira, a construção do Estado Democrático de Direito brasileiro expressa-se realizada sobre o trabalho, como meio de produção e como valor humano, dotado de conteúdo dignificante. Ocorre, entretanto, que o valor do trabalho, na sociedade do capital, subordina-se a elementos exteriores de cunho econômico que acabam por impedir a sua facticidade plena no

contexto social. De fato, o trabalho na sociedade do capital não se consolida totalmente como fator de igualdade, justiça social e dignidade para as classes trabalhadoras. A legislação garantiu, em tese, o princípio da igualdade social, concedendo aos trabalhadores os direitos essenciais à manutenção da produção e da acumulação de riquezas, condições que privilegiavam, sobretudo, os direitos do mercado econômico, aumentando seu desenvolvimento.

De acordo com o princípio da igualdade perante a lei, ou seja, da igualdade formal, o indivíduo adquiria a condição de cidadão, sem haver qualquer alteração estrutural no sistema de classes. No entanto, a condição existencial das classes subalternas passou por mudanças significativas devido ao avanço das lutas dos trabalhadores. Sem uma transformação estrutural efetiva, mesmo com a igualdade social garantida legalmente, os trabalhadores se uniram em defesa de seus direitos, opondo-se às políticas governamentais que buscavam condicioná-los.

Os modelos econômicos desenvolvidos ao longo dos anos desempenharam um papel central na formação dos trabalhadores, perpetuando, por muito tempo, o dualismo entre trabalho e educação. Assim, ao longo da história do capitalismo, a educação foi frequentemente utilizada como ferramenta para conter conflitos sociais, vinculada ao mercado de trabalho visando a preparar os trabalhadores para sua inserção nesse mercado.

O direcionamento das políticas de formação dos trabalhadores não prioriza a educação do trabalhador em favor do desenvolvimento social, privilegia os interesses do capital que prevalecem nas políticas públicas educacionais. Em 20 de dezembro 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB¹ foi sancionada, resultado das discussões advindas da redemocratização do País. Embora com todas as discussões promovidas, a Nova LDB preservou a dualidade estrutural contida nas leis que a antecederam, desfavorecendo a formação integral, ainda que mencionada na lei. A ausência de uma Educação Básica que garanta a formação integral gerou inúmeras discussões acerca dos princípios que norteiam a educação profissional, dando origem ao Decreto n.º 5154/2004, posteriormente incorporado a LDB pela Lei no 11.741/2008.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a intenção original, por trás do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovado na Comissão da Câmara e que também é buscada com o Decreto n.º 5.154/2004, é a consolidação de uma base educacional comum para o ensino médio no Brasil, capaz de abarcar a diversidade cultural e socioeconômica do País. Ao mesmo tempo em que se busca essa unidade, reconhece-se a necessidade de contemplar as diferentes realidades regionais e sociais, adaptando o currículo para atender às demandas específicas de cada contexto. Isso inclui a ampliação dos objetivos do ensino médio, permitindo não apenas a formação acadêmica, mas também a formação técnica voltada para o exercício de diversas profissões. No entanto, as contradições presentes nesse processo indicam haver desafios a serem enfrentados na consolidação de uma base unitária para o ensino médio, visto que envolvem questões políticas, institucionais e ideológicas que influenciam a implementação das políticas educacionais.

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996 define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição

O Decreto n.º 5.154/2004 buscava, em termos formais, restaurar as condições jurídicas, políticas e institucionais que estavam em debate durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na década de 1980. Isso sugere uma tentativa de retomar os princípios e objetivos originais que foram almejados naquela época, visando a estabelecer uma base sólida para o sistema educacional brasileiro. Entretanto, o futuro da educação brasileira dependerá do desenvolvimento da disputa política e teórica em curso. Essa disputa envolve forças progressistas e conservadoras, e o resultado pode ter um impacto significativo na direção que a educação do País tomará quanto à superação do dualismo presente na educação brasileira, ou seja, na resolução de conflitos e na busca por um sistema educacional mais integrado e inclusivo. Por outro lado, há a possibilidade de que o dualismo seja consolidado definitivamente, perpetuando desigualdades e divergências no sistema educacional.

O decreto possibilitou a materialização de uma formação humana integral, consolidada em uma base unitária de formação geral, mas não eliminou a dualidade existente entre Educação Básica e Profissional. Segundo Oliveira (2014), o decreto tratou de resolver somente a questão do impedimento da integração ensino médio e técnico, permitindo instituir tanto a cursos técnicos de nível médio integrados, quanto a cursos isolados, mantendo os princípios do decreto anterior. Nessa esteira, o ensino médio integrado é apresentado como uma estratégia educacional que não só oferece vantagens práticas para os alunos em um contexto desfavorável, mas também pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa no longo prazo.

Definitivamente esse decreto permite variadas formas de organização da educação profissional técnica, desde a separação completa em relação ao ensino médio até a integração total. Na organização do modelo integrado, reafirma o mínimo de 2.400 horas para o cumprimento das finalidades do ensino médio, preservando as diretrizes da Lei no 9.394/1996, sendo o restante da carga horária definida conforme o perfil delineado para cada habilitação profissional (Oliveira, 2014, p. 93).

Com o redimensionamento proposto pela Lei n.º 11.741/2008, que alterou dispositivos da LDB, o ensino médio integrou-se à Educação Profissional e Tecnológica, devendo observar “os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação” (Brasil, 2008).

As diretrizes curriculares apontadas no Decreto n.º 5154/2004 reportavam-se aos PCN’s para o ensino médio (Brasil, 2000)², sendo fundamentadas no Decreto n.º 2008/97. Tínhamos, então, diretrizes curriculares, as quais orientavam que a educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino regular, teriam organização curricular própria, desassociada do ensino médio, com possibilidades de oferta concomitante ou sequencial a este. Regulando essa articulação, de maneira a, tanto o ensino médio quanto a educação profissional de nível técnico, manterem suas finalidades específicas e distintas, preservando suas identidades e seus objetivos próprios, sem diluir suas características em prol da outra.

Um currículo que faz distinção entre ocupações nas áreas de serviços, como as de escritório, e aquelas de natureza prática, acaba por separar a formação geral da formação

² BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

específica, impedindo uma integração entre essas duas dimensões. “A reforma, portanto, retoma a velha dualidade do ensino, donde se encaminham uns para o exercício da intelectualidade e outros para a formação técnica, constituindo-se em um ajuste conservador” (Oliveira, 2014, p. 90).

Em 2012, à luz do novo decreto, a Resolução n.º 2, de 30 de janeiro 2012, define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

VI – atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o Ensino Médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas, por integração com a Educação Profissional e Tecnológica, observadas as Diretrizes específicas, com as cargas horárias mínimas de:

- 1) 3.200 (três mil e duzentas) horas, no Ensino Médio regular integrado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- 2) 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral;
- 3) 1.400 (mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral (Brasil, 2012)

No contexto da educação [. . .] “a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo” (Ramos, 2008, p. 3). Há uma divisão persistente na educação entre dois grupos distintos na sociedade: aqueles que fornecem a força de trabalho e contribuem para a produção de riqueza, e aqueles que ocupam posições de liderança e influência na sociedade. Essa divisão na educação reflete e perpetua as desigualdades sociais existentes, já que os indivíduos que recebem uma educação voltada para as ciências tendem a ocupar posições de maior prestígio e poder na sociedade, enquanto aqueles com uma educação técnica, exclusivamente, mais voltada para o mercado de trabalho, muitas vezes, enfrentam condições de trabalho menos favoráveis e oportunidades limitadas de inclusão social. Ademais, destaca a necessidade de uma educação que permita aos filhos da classe trabalhadora a apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da história, o acesso à cultura e o desenvolvimento intelectual de forma ampla e abrangente. Rejeita-se a ideia de uma educação dual, voltada para habilidades práticas e técnicas, para a classe menos favorecida, enquanto outro grupo recebe uma educação mais abstrata e intelectual. Em vez disso, defende-se uma educação que seja igualmente enriquecedora e significativa para todos, independentemente de sua origem ou classe.

Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. Implica oferecer uma educação abrangente e inclusiva, que vá além da simples transmissão de informações e habilidades técnicas, que promova o desenvolvimento integral do sujeito. Uma educação que não se limita apenas à preparação para o mercado de trabalho, mas também desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, criativos e socialmente responsáveis.

No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012)³ trazem a perspectiva da competência. Segundo essa compreensão, o conhecimento não é o principal objeto de estudo, tampouco é fator relevante para o desenvolvimento de competências. Observa, Ramos, sobre a competência:

Isto quer dizer que, paradoxalmente, tem-se duas visões diferentes convivendo na política educacional, quais sejam, aquela subjacente ao Decreto n. 5.154/2004 que discutimos aqui; é aquela que está dentro das diretrizes curriculares nacionais do ensino médio e da educação profissional, baseada em competências e habilidades, assim como nos princípios de adequação ao mercado de trabalho e de flexibilização do currículo à luz das dinâmicas sócio-produtivas (RAMOS, 2008, p. 23)

Nessa nova configuração do currículo, que emerge com base em competências, a ciência não é mais referência na construção do currículo, pois são utilizados conteúdos exclusivamente necessários ao desenvolvimento do indivíduo, reforçando a individualização. A Pedagogia das Competências expressa uma nova demanda de mercado, em que só o conhecimento técnico não é mais necessário, as aptidões do sujeito são requeridas nas atividades do trabalho. Essa pedagogia vem se consolidando no Brasil, por meio dos documentos norteadores da Educação Básica brasileira, sendo, portanto, validada recentemente pela Base Nacional Curricular⁴.

4.2 As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: avanços e desafios

Normas obrigatórias, as Diretrizes Curriculares orientam os sistemas de ensino e o planejamento curricular das escolas, promovendo equidade na aprendizagem, assegurando os conteúdos básicos, sem deixar de considerar os diversos cenários em que se encontram os sujeitos.

Para (Franco; Ramos, 2012), as diretrizes curriculares têm um papel essencial na orientação tanto das ideias quanto das ações, servindo como um guia abrangente. Ordenando a ação e a prática, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil. CNE/CEB, 1999, 2012, 2021) apresentaram um discurso inovador, fornecendo orientações claras sobre como a ação educacional deveria ser pensada e conduzida nas escolas. Em resumo, trouxeram mudanças significativas ao estabelecerem normas claras para guiar o pensamento e a prática educacional.

Com a promulgação da LDB, as diretrizes curriculares tomaram forma, em todos os níveis educacionais, cabendo à União a elaboração dessas normas, considerando que:

A União incumbir-se-a; [...] IV - estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (Brasil, 1996, art. 9º, inciso IV)

³ Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012- define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

A elaboração dessas diretrizes teve forte influência das políticas neoliberais e dos mecanismos de regulação do mercado, regidas por agentes multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Segundo Lopes (2008), a globalização econômica tem determinado políticas e culturas ao redor do mundo, incorrendo em uma homogeneização de diferentes políticas curriculares. O discurso da integração está presente nas reformas educacionais de diversos países, que têm como foco central o currículo, justificando-se nas transformações dos processos de trabalho e na organização do conhecimento em um mundo globalizado. O currículo integrado inclui temas transversais e interdisciplinaridade, assim como uma proposta de currículo por competências, por áreas do conhecimento e objetivos transversais.

Entre os documentos que influenciaram as reformas educacionais, o relatório de Jaques Delors (1998), derivado da Reunião Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, serviu como instrumento para consolidar a homogeneização das aprendizagens, estabelecendo os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Segundo Franco e Ramos (2012), no relatório, assim como em outros documentos, a centralidade na formação de um sujeito flexível e adaptável aos ditames do capital é caracterizada como finalidade que atende à educação contemporânea. No Brasil, tanto as DCNEM quanto as DCNEP, ambas orientadas por competências, foram fundamentadas nos padrões dominantes estabelecidos nos quatro pilares da educação.

A forma como a relação entre trabalho e educação é orientada nos processos formativos não é neutra. Ela carrega as marcas dos conflitos que ocorrem no contexto das relações sociais, sendo parte integrante da luta hegemônica entre capital e trabalho. “Os estudos em Trabalho e Educação têm a categoria trabalho e sua historicidade no modo de produção capitalista como central [. . .]” (Franco; Ramos, 2012, p. 17), entendendo a relação com a educação como uma unidade formadora da condição humana. Essa unidade, porém, se fragmenta com a formalização da educação escolar, que institui um ensino diferenciado para a classe trabalhadora, distinto daquele destinado às elites.

Na relação com a formação do trabalhador, as formulações curriculares estavam centradas nas teorias crítico-reprodutivas, deixando pouco espaço para novas maneiras de se pensar a escola. Na Teoria Crítica do Currículo, as investigações voltaram-se para as relações com as estruturas sociais, culturais, de poder e de controle social, segundo Moreira e Silva (2001).

No Brasil, as reformas educacionais implementadas no governo FHC coincidiram com o movimento internacional de hegemonização da educação. Entre elas, a inclusão do Brasil no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), feita pela OECD (Organization for Economic Co-Operation Development) e a regularização e o aperfeiçoamento do SAEB a partir de 1995. Os currículos começaram a ser regulados por diretrizes educacionais em todos os níveis, revelando a política curricular como uma estratégia ideológica para formar os sujeitos para a sociabilidade contemporânea.

Em 1996, ainda no governo FHC, ocorreu uma das principais mudanças nos marcos

estruturais da educação, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96). Embora esta não tenha partido da iniciativa do governo de Fernando Henrique, teve fortes influências do Ministério da Educação. Segundo Durham (2010), ela fortaleceu a descentralização normativa, executiva e financeira do sistema educacional e repartiu a competência entre as instâncias do poder. Entretanto, a Nova LDB não promoveu mudanças significativas na Educação Profissional. Somente com o Decreto n.º 2208/97 foram implementadas alterações estruturais na educação profissional, seguidas pelas Diretrizes Curriculares, as quais introduziram mudanças conceituais. Em 1999, ao estabelecer Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional, enfatizou-se o disposto nos artigos 39 e 42 da LDB, uma educação integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o desenvolvimento de aptidões para a vida e articulada com o ensino regular e a educação continuada.

Nas últimas três décadas, foram estabelecidas três Diretrizes Curriculares. A primeira, em 1999, tratava das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, regidas pelo Decreto n.º 2208/97. Essa diretriz tinha como objetivo proporcionar uma compreensão teórica dos processos produtivos, preparar os alunos para o trabalho e a cidadania, e capacitá-los para uma aprendizagem contínua, permitindo sua adaptação às novas condições de trabalho. Além da formação inicial, a norma destacava a importância do conhecimento em ciências, política e diferentes formas de aprendizagem, promovendo autonomia, criatividade, criticidade, flexibilidade diante das mudanças e busca pelo autodesenvolvimento e por melhores resultados. Esses aspectos refletem claramente os princípios da Teoria do Capital Humano e das Competências, os quais já vinham sendo incorporados aos processos de formação da classe trabalhadora e foram intensificados com a crise do capital e o avanço do neoliberalismo, especialmente no Brasil.

Passada uma década, o debate em torno da Educação Profissional se intensificou, sobretudo quanto às novas relações de trabalho, às consequentes formas de execução e ao novo perfil de trabalhador, demandado pela evolução tecnológica. Em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, definidas pela Resolução CNE/CEB n.º 4/99, com base no Parecer CNE/CEB n.º 16/99, foram atualizadas. Ademais, o Decreto n.º 2208/97 já havia sido substituído pelo Decreto n.º 5154/2004, promovendo uma necessária atualização das diretrizes curriculares pela Resolução CNE/CEB n.º 3/2005, com base no Parecer CNE/CEB n.º 39/2004.

Na concepção de novas diretrizes, importantes debates foram realizados em todas as esferas, impulsionados pelas transformações no mundo do trabalho, as quais alteraram estruturalmente as relações entre trabalho e educação. Assim, os modelos tayloristas e fordistas de organização e gestão do trabalho foram profundamente abalados pela revolução tecnológica, refletindo diretamente na organização da Educação Profissional e Tecnológica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB n.º 06/12, com base no Parecer CNE/CEB n.º 11/2012, reiteraram as concepções anteriores, maquiadas pelo Decreto n.º 5154/2004, e

ampliaram os conceitos de competências. Segundo o parecer, “atualmente, não se concebe uma Educação Profissional identificada como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho” (Brasil, 2012, p. 08) , mas como importante estratégia de acesso à ciência e à tecnologia. Apesar do discurso voltado para uma educação que supere a dualidade entre a formação para as elites e a da classe operária, centrada na oferta de uma educação Profissional mais ampla e politécnica, o parecer defende os princípios das diretrizes anteriores, baseados nos quatro pilares da educação e uma formação profissional, baseado em competências.

A competência é o eixo norteador das diretrizes de 2012, corroborando o Projeto de avaliação comparativa da OCDE, realizado por meio do PISA - “Definindo e Selecionando Competências-chave” (DeSeCo) -, o qual foi concluindo por três grupos de competências-chave, a saber: “interagir no seio de grupos socialmente heterogêneos; agir de modo autônomo; utilizar recursos ou instrumentos de modo interativo” (Sacristán, 2011, p. 42). O conceito de competência, presente em todos os documentos curriculares da educação brasileira, é destacado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, orientando a construção dos currículos. Esse termo é definido como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver problemas do cotidiano, tanto no exercício da cidadania quanto no mundo do trabalho. Observamos que a BNCC defende o desenvolvimento de competência como uma forma de inserção ativa do indivíduo no mundo do trabalho, favorecendo a consecução do seu projeto de vida e a capacidade de adaptação flexível às “novas condições” de aperfeiçoamento e ocupação.

A noção de competência, na Educação Profissional, impõe a necessidade de validar ações e resultados com base em um conjunto de valores, estabelecendo uma relação com o conhecimento que se fundamenta na sua aplicabilidade e na validação dos processos de constituição de bens materiais e serviços. “À medida que essa noção extrapola o campo teórico para adquirir materialidade pela organização dos currículos escolares, configura-se o que se tem chamado de pedagogia da competência”(Ramos, 2006, p. 222). Quando aplicada na organização dos currículos escolares, a noção de competência vai além da teoria e se concretiza em uma abordagem educacional específica, chamada pedagogia da competência. Essa pedagogia foca na formação de habilidades práticas e atitudes necessárias para enfrentar desafios reais, refletindo uma orientação pragmática e funcionalista na educação.

A flexibilização curricular do ensino médio, promovida pela Lei n.º 13.415/2017, por itinerários formativos, exigiu a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A lei, que alterou o ensino médio, propôs a sua organização por itinerários formativos com diferentes arranjos curriculares, flexibilizando as demandas locais e a viabilidade dos sistemas de ensino, dedicando um itinerário à educação profissional. Essas mudanças demandaram um adequado alinhamento das Diretrizes Curriculares aos objetivos dos setores produtivos.

Em 10 de novembro de 2020, o Parecer CNE/CP n.º 17/2020 aprova a reanálise do Parecer CNE/CP n.º 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei n.º 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A revisão e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica de Nível Superior, consideradas como cursos de graduação, à luz da LDB, apontam para a necessidade de orientar a organização da Educação Profissional e Tecnológica como um todo. Isso visa a permitir que os sistemas e instituições de ensino, tanto públicos quanto privados, tenham mais liberdade na organização de suas ofertas, possibilitando a estruturação de cursos e programas com foco na construção efetiva de itinerários formativos. Organizar a Educação Profissional e Tecnológica em itinerários formativos por eixos tecnológicos, considerando suas diferentes áreas, é essencial para que as Diretrizes promovam os avanços previstos na Lei n.º 9.394/1996.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação Profissional Tecnológica de Nível Superior e a recente reformulação que incorpora a perspectiva dos itinerários formativos representam um marco na evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Ao serem contextualizadas à luz da Lei n.º 9.394/1996 (LDB), essas diretrizes reforçam a importância da educação profissional como parte integrante do sistema educacional nacional, atualizando e aperfeiçoando a oferta educacional. Entretanto, essas diretrizes, moldadas por sucessivas reformas educacionais, acabam se alinhando ao projeto hegemônico do capital, submetendo-se à sua lógica e racionalidade. Essa tendência resulta em uma educação profissional cada vez mais voltada para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho, privilegiando a formação técnica em detrimento de uma educação crítica e emancipatória. Nesse contexto, a educação é instrumentalizada como uma ferramenta para a reprodução das relações sociais existentes, reforçando a divisão social do trabalho e limitando as possibilidades de transformação social. O foco em competências e habilidades específicas, muitas vezes desconectadas de uma formação integral e cidadã, evidencia como essas políticas educacionais podem servir aos interesses do capital, restringindo a autonomia dos indivíduos e das instituições educacionais na construção de alternativas que transcendam essa lógica dominante. Dessa forma, a educação profissional, ao se submeter à racionalidade do capital, corre o risco de se afastar de seu potencial de contribuir para a formação de sujeitos críticos e transformadores da realidade social.

5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O CONTEXTO DO CEARÁ

A análise das relações históricas entre as categorias trabalho, educação e formação humana fez-se necessária para que pudéssemos identificar o projeto de sociedade que vem sendo construído no estado do Ceará nas duas últimas décadas, baseado em uma formação integral, [...] fundamentado no pressuposto de que o processo educacional, necessariamente, deve ter como referência uma concepção integral do ser humano (Ceará, SEDUC, 2014, p. 11). Esse projeto, consolida-se, no final dos anos 2000, impulsionado por políticas educacionais¹ que transformaram a estrutura do ensino médio a partir da redemocratização do País.

A formação do trabalhador brasileiro, especialmente no contexto das políticas educacionais, tem sido objeto de intensas transformações que refletem tendências globais e interesses específicos do capital. Este texto examina, à luz de estudos relevantes, como a implantação de reformas educacionais, nas décadas recentes, impactou a educação profissional, com destaque para o caso do Ceará. Nesse estado, a expansão das Escolas Estaduais de Educação Profissional representa tanto uma resposta às demandas do mercado quanto um espaço de potencial transformação social. Contudo, tal modelo de formação, enquanto busca integrar teoria e prática, enfrenta desafios na superação de desigualdades e na promoção de uma formação verdadeiramente emancipatória.

As consequências dessas transformações para a formação do trabalhador brasileiro foram evidenciadas em diversos estudos, destacando-se o de Frigotto e Ciavatta, os quais expressam sua preocupação da seguinte forma:

A reforma e as políticas educacionais da década de 1990 caracterizam-se por profunda regressão, com outras roupagens, ao pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, tecnicismo e economicismo. O projeto educacional do capital, dirigido interna e externamente pelos organismos internacionais, tornou-se a política oficial do Governo (Frigotto, 2006b, p. 47).

A implantação desse projeto educacional, fundamentada em uma formação integral, embora promova um discurso de integração e desenvolvimento humano, está profundamente arraigada na concepção burguesa de formação da classe trabalhadora. Essa visão burguesa

¹ Em 2001, entrou em vigor o Plano Nacional de Educação, com validade de 10 anos. Em 2003, foi incluída no currículo das escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto particulares, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Em 2004, destacaram-se a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e a regulamentação de artigos da LDB referentes à Educação Profissional. Em 2005, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi inserida como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, e as escolas passaram a oferecer a língua espanhola, sendo facultativa a matrícula dos alunos. No ano de 2006, o ensino fundamental de 9 anos foi instituído, juntamente com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), além da normatização das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior. Em 2007, foram criados o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em 2008, foi instituído o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública. Em 2009, a obrigatoriedade da educação básica foi ampliada, abrangendo a faixa etária de 4 a 17 anos.

entende o ser humano como um indivíduo desprovido de história e contexto social, valorizando, sobretudo, o individualismo, a competição e a adaptação às demandas do mercado. Nesse cenário, a educação passa a ser concebida não como um direito social pleno e emancipatório, mas como uma ferramenta para a formação de trabalhadores ajustados às necessidades imediatas do capital, priorizando o desenvolvimento de competências e comportamentos que atendam à lógica produtiva.

O modelo de formação integral, que deveria oferecer uma educação voltada para o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões — social, política, cultural e econômica —, muitas vezes, acaba por reforçar a reprodução das desigualdades sociais. Ao priorizar uma formação voltada para o atendimento das exigências do mercado de trabalho, com foco na empregabilidade e na competitividade, esvazia o potencial transformador da educação, fragmentando o conhecimento e limitando a capacidade crítica dos sujeitos.

No Ceará, a expansão da rede de escolas de ensino médio integrado à Educação Profissional pode ser vista como uma resposta às demandas do mercado globalizado por trabalhadores flexíveis e adaptáveis. Contudo, essa expansão também precisa ser avaliada em sua contribuição para a formação da classe trabalhadora e o seu papel na transformação da sociedade.

No entanto, ao considerar essa expansão, é crucial analisarmos se ela realmente promove inclusão social ou se acaba por reforçar as desigualdades existentes. A formação da classe trabalhadora, quando orientada exclusivamente para atender às demandas do mercado globalizado, pode desviar-se do objetivo de emancipação social, limitando-se a preparar indivíduos para a adaptação a um sistema que perpetua a exclusão. A exclusão social no Ceará, como em outras regiões, ainda se manifesta por meio da falta de acesso equitativo à educação de qualidade, saúde e trabalho digno, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. Se a educação profissional não for pensada de maneira crítica, integrando o desenvolvimento humano em suas diversas dimensões, corre-se o risco de manter esses grupos à margem da plena cidadania, perpetuando um ciclo de exclusão que dificulta a verdadeira transformação social.

A exclusão social, marcada pelos modelos econômicos que concentram renda, afasta as classes menos favorecidas de direitos sociais básicos, como a educação, a saúde e o trabalho, pois estas “têm poucas oportunidades educacionais, pouco acesso aos serviços de saúde e apresentam altas taxas de desemprego” (Madden², Saber³, 2016). Embora a juventude atual tenha mais acesso e se encontre em um contexto mais favorável do que as gerações que a antecederam, uma parcela relevante dessa população ainda enfrenta desafios significativos em diversas áreas da vida.

A discussão em torno da política de educação profissional em tempo integral, de forma mais estrita, o currículo, é premente, de forma que as ações pedagógicas e formativas possibilitem

² Doutora em Administração Pública pela Universidade de Temple (EUA), é, atualmente, pesquisadora associada da Universidade de Brasília, professora, Mailman School of Public Health, Columbia University, New York, NY, USA, Ex Representante, UNFPA, Brasil.

³ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade. É, também, analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

a aprendizagem, promovendo a equidade dos itinerários formativos estabelecidos em um único e amplo projeto de escola. A forma integrada ao ensino médio permite a ruptura da dualidade histórica entre educação e trabalho, abrindo espaço para uma formação humana integral. No contexto do ensino médio, para Dante, Moura e Silva (2015), uma formação onmilateral, integral ou politécnica pressupõe a construção de uma sociedade mais justa, com processos formativos emancipatórios.

Em uma conjunção de esforços, na perspectiva de uma educação profissional e tecnológica que promova um maior desenvolvimento econômico, o estado do Ceará adere ao programa Brasil Profissionalizado, apresentando, em março de 2008, o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará, com o intuito de promover qualidade de vida ao povo cearense. O plano, segundo Cid Gomes⁴, é um ponto de partida para a construção de um processo participativo, vivo, com a colaboração e acompanhamento da sociedade.

Conforme o documento, o estado do Ceará apresentava um cenário político e econômico insipiente, com uma economia baseada na [...] agricultura de subsistência, na pecuária, no extrativismo e, mais recentemente, na indústria, no turismo e na agricultura irrigada (Ceará, 2008, p. 11). Diante do enorme desafio que era impulsionar o desenvolvimento econômico do Ceará, a Educação Profissional passa a ser fator estratégico na atração de empreendimentos e na consolidação dos arranjos produtivos locais.

O Plano tinha como pressuposto, para uma política integrada de educação profissional e tecnológica, a melhoria da qualidade da Educação Básica, adequada infraestrutura, qualificação dos profissionais da EPT, pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica, gestão compartilhada e participação social. Diretrizes e ações foram desenvolvidas no sentido de consolidar essas estimativas, dentro de V Eixos Temáticos, voltados para o desenvolvimento sustentável e inclusão social: Financiamento da EPT; Organização Institucional; Estratégias Operacionais e a Relação da EPT com a Educação Básica. Esta última trazia, entre as suas ações estratégicas, a modalidade integrada como prioridade, no intuito de promover a articulação entre a Educação Profissional Técnica com o ensino médio.

Em atendimento ao Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecido pela adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, o Governo do Estado do Ceará, em 2008, cria 25 Centros Educacionais da Juventude – CEJOVEM/SEDUC, ofertando 04 cursos de ensino médio integrado à Educação Profissional em 20 municípios, os quais, no mesmo ano, mudaram a denominação para Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP. Os curso ofertados nas 25 primeiras EEEP's foram de Segurança do Trabalho, Enfermagem, Informática e Guia de Turismo, iniciando-se, assim, umas das maiores redes de Educação Profissional de Ensino Médio Integrado (EMI) em tempo integral do País, constituída como espaço de formação integral do jovem trabalhador.

Com a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, o Governo do Estado do Ceará,

⁴ O governo de Cid Gomes (2007-2010; 2011-2014) traz a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) de tempo integral.

paralelo aos Centros Educacionais para a Juventude, cria o Programa Aprender Pra Valer, Lei n.º 14.190 de 30/07/2008, [...] que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica (Ceará, 2008). O programa traz duas importantes ações voltadas para a Educação Profissional de ensino médio que, naquele momento, se instituía na rede estadual. O projeto Primeiro Aprender que se fundava no fortalecimento de competências avançadas de leitura e de raciocínio lógico-matemático; e a Articulação do ensino médio à Educação Profissional, que colocava as escolas da rede estadual como locus privilegiado para a Educação Profissional de nível técnico e a qualificação profissional.

Em 2012, visando a aproximar o conteúdo com o perfil profissional pretendido e a aproximar o currículo do contexto socioeconômico do Ceará, a Secretária da Educação iniciou uma ampla revisão, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essa revisão redesenhou o currículo, alinhando tempo, espaço e sujeitos com as estratégias de aprendizagem necessárias à promoção de uma formação integral em tempo integral.

De fato, a escola unitária deveria ser organizada como escola em tempo integral, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas do estudo dito individual, etc (Gramsci, 2011, p.38).

Organizada em tempo integral, a EEEP promove a articulação do itinerário formal com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, relacionando a teoria com a prática (Ceará, 2014). Nesse contexto, no plano pedagógico, como escola integral, abre espaço para um projeto educacional funcional que, segundo Ramos (2006), expressa o comprometimento direto com os processos produtivos. Nesse sentido, presume-se que as escolas profissionais do Ceará tenham um plano formativo dual, ora focado na integralidade, ora no individualismo. A partir dessa perspectiva, este trabalho analisa o Projeto Político Pedagógico das Escolas Profissionais do Ceará e o Plano de Curso do Curso Técnico em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista, buscando compreender como esses documentos expressam as diretrizes e os desafios desse modelo educacional.

5.1 As Escolas Estaduais de Educação Profissional do CEARÁ (EEEP'S)

O ensino médio integrado à Educação Profissional, no contexto da formação integral e politécnica, representa um caminho educativo que transcende a mera capacitação técnica, oferecendo aos jovens uma compreensão crítica e ampliada do mundo e dos processos sociais e produtivos. Essa formação busca forjar sujeitos autônomos e participativos, capazes de dialogar com a realidade contemporânea e nela atuar de modo transformador. Fundamentada na união entre teoria e prática, essa abordagem valoriza o entrelaçamento de saberes distintos, promovendo uma formação que transita entre diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, o ensino integrado

não apenas prepara o aluno para as demandas do mundo do trabalho, mas também o inspira a uma leitura profunda e humanista da sociedade, cultivando um sentido de pertencimento e responsabilidade social.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, as EEEP's, como são reconhecidas pela comunidade escolar, representam uma iniciativa significativa no contexto do ensino médio integrado à Educação Profissional no Brasil, oferecendo um modelo de ensino que visa a proporcionar ao aluno tanto a formação propedêutica quanto a preparação para o mercado de trabalho. Criadas em 2008, pelo Governo do Estado do Ceará, as EEEP's foram implantadas com o intuito de oportunizar uma formação mais ampla aos jovens cearenses, com a obrigatória articulação entre ciência, trabalho e tecnologia, em uma jornada em tempo integral. Buscam integrar o ensino médio com a educação profissional, promovendo uma formação integral que prepara os estudantes para a inserção qualificada no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, incentiva o prosseguimento dos estudos em nível superior.

No Brasil, a educação profissional tem raízes históricas voltadas à formação de mão de obra para atender às necessidades do desenvolvimento industrial e econômico do País, especialmente a partir do século XX. Em um cenário de desigualdades educacionais e sociais, a educação profissional passou a ser vista também como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento social, oferecendo oportunidades para jovens que têm, muitas vezes, acesso restrito à educação de qualidade. Esse caráter inclusivo da educação profissional é reforçado pelas políticas públicas de estados como o Ceará, os quais investem em programas que garantem tanto o ensino médio regular quanto a formação técnica em tempo integral.

No Ceará, a criação das EEEP's foi impulsionada pela necessidade de melhoria nos índices educacionais e de acesso ao mercado de trabalho para os jovens cearenses. Com um currículo integrado que combina o conhecimento acadêmico com a formação técnica em diversas áreas profissionais, as EEEP's do Ceará se destacam por sua abordagem inovadora, que busca formar cidadãos críticos e preparados para atuar em múltiplas dimensões da sociedade.

Essas escolas “desenham a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses marcados pelos sinais das imensas desigualdades sociais que atravessam suas vidas” (Ceará, 2014, p. 6). Propõem uma escola que combine uma formação geral humanista com o desenvolvimento equilibrado dos conhecimentos técnicos e intelectuais, preparando os estudantes tanto para o trabalho produtivo quanto para o intelectual. A formação dos sujeitos, argumenta Ramos (2008), para a vida produtiva deve ser estruturada no conhecimento, implicando uma formação para o mercado de trabalho ou para atividades produtivas, que deve incluir uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos, permitindo que os sujeitos desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

Foi adotado como referência de escola integral o modelo dos Centros de Ensino Experimental (CEE)⁵ de Pernambuco, os quais, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela

⁵ A história dos Centros de Ensino Experimental (CEE) teve início em 2003, com a fundação do Instituto de

Educação – ICE⁶, criaram guias que norteavam a implementação do currículo. A organização curricular das EEEP's, inicialmente, constituiu-se em uma base comum e uma base diversificada, integrando conhecimentos científicos e singularidades locais, sendo fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB)⁷ e inspirada nos modelos dos CEE, ofertando, na parte diversificada do currículo, unidades curriculares como a TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional), concentrada na construção do Projeto de Vida dos educandos, assim como outra unidade curricular orientada para ações empreendedoras, intitulada Temáticas Práticas e Vivências.

A partir de 2012, Novas Diretrizes são definidas para o ensino médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as quais atualizaram as Resoluções CEB n.º 3/1998 e CNE/CEB n.º 04/99, emanadas das mudanças na LDB, advindas da Lei n.º 11.741/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Embora haja um processo de integração muito bem-estruturado nos planos de cursos dos cursos técnicos, gradualmente, o currículo das escolas profissionais – antes baseado no fortalecimento de competências avançadas de leitura e de raciocínio lógico-matemático e na articulação do ensino médio à Educação Profissional – passa a adotar, cada vez mais, disciplinas voltados para o desenvolvimento de competências técnicas e emocionais. Em 2013, as unidades curriculares Projeto de Vida e Temáticas Práticas e Vivências passam por mudanças, a primeira muda o foco para o “sujeito estudante” e a segunda muda a nomenclatura para Empreendedorismo (que passou a ter a parceria do SEBRAE). Ainda em 2013, outra unidade curricular é reestruturada, a PPE – Preparação para o Estágio, na parte diversificada, que passa a denominar-se “Mundo do Trabalho” – que, em parceria com o Instituto Aliança de São Paulo, busca orientar o estudante, quanto às demandas contemporâneas do mundo do trabalho, mediante práticas e simulações.

Abrimos, aqui, um parêntese, com o intuito de explicarmos alguns termos que possam parecer estranhos àqueles que não conhecem a estrutura curricular das escolas profissionais do Ceará, como competências, unidade curricular, entre outros.

Competência, em termos educacionais, pode ser definida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para resolver problemas e atuar de forma eficaz em diferentes contextos. Já uma unidade curricular é um componente do currículo que organiza os conteúdos e atividades em torno de objetivos específicos, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas a determinado tema ou área do conhecimento.

A organização curricular refere-se à estruturação dos componentes educacionais de um

Corresponsabilidade pela Educação (ICE), instituição privada sem fins lucrativos que subsidiou financeiramente a reforma do Ginásio Pernambucano, primeiro CEE, com a coparticipação do Governo de Pernambuco, criador do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental.

⁶ O Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE, instituição privada sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar a sociedade em geral e, em particular, a classe empresarial, segundo a ética da co-responsabilidade, a fim de produzir soluções educacionais inovadoras e replicáveis em conteúdo, método e gestão. Tudo isso objetiva uma nova forma de ver, sentir e cuidar da juventude, contribuindo para a formação de jovens autônomos, solidários e competentes.

⁷ RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

curso ou programa de ensino, distribuindo conteúdos, metodologias e atividades de maneira a atender aos objetivos educacionais propostos. A base comum compreende os conhecimentos gerais e essenciais, como as disciplinas de formação básica, voltadas para o desenvolvimento integral do estudante. A base técnica, no que lhe concerne, é composta por conteúdos específicos relacionados à formação profissional, visando à aquisição de competências técnicas e práticas requeridas pelo mercado de trabalho. Já a parte diversificada do currículo integra componentes adaptados às demandas locais ou regionais, ampliando a formação do estudante com temas que promovam interdisciplinaridade, flexibilidade e contextualização.

O conceito de competência está relacionado à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com situações e desafios do cotidiano, de forma eficiente e contextualizada. Envolve dimensões cognitivas, técnicas, relacionais e emocionais, cada uma desempenhando papel essencial na construção do aprendizado e no desenvolvimento pessoal e profissional. A verdadeira competência se manifesta quando o indivíduo consegue aplicar o que aprendeu em contextos reais, enfrentando problemas, superando dificuldades e promovendo transformações em sua vida e na sociedade.

O currículo das escolas profissionais do Ceará, no decorrer da última década, vem se modificando, tanto na parte diversificada, quanto na área profissional. Já a base comum só passou por significativas mudanças a partir do Novo Ensino Médio⁸. Nesse intervalo, é possível observar, por inferência, que as alterações nos planos de cursos e nas matrizes curriculares vem fragilizando o projeto de escola integral das escolas profissionais do Ceará.

A organização curricular das escolas profissionais do Ceará está estruturada em um modelo único para toda a rede, ressalvada a organização curricular da base técnica, que se integra à base comum e à parte diversificada do Currículo. Ela está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decretos n.º 5.154/2004 e n.º 5.840/2006, nas Resoluções CNE/CEB n.º 01/2000, n.º 01/2004 e n.º 01/2005 e em seus projetos pedagógicos.

No Brasil, a promulgação do Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004), que substituiu o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997), representou uma reconfiguração significativa na relação entre ensino médio e ensino técnico, abandonando a separação rígida anteriormente imposta. Agora, a educação técnica pode ser oferecida de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio, o que, em tese, amplia as possibilidades formativas dos estudantes. No entanto, essas mudanças legislativas, embora apresentadas como avanços, também revelam um movimento de adequação às exigências do mercado de trabalho, que busca flexibilidade e agilidade na formação de mão de

⁸ LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 - que altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

obra.

Enquanto as discussões sobre a integração curricular se intensificam, é importante reconhecer que essa política curricular, longe de ser neutra, carrega implicações profundas no discurso sobre o currículo no ensino médio integrado. Ao promover uma maior integração entre o ensino médio e o técnico, há o risco de reforçar uma visão instrumental da educação, em que o currículo é moldado principalmente para atender às demandas imediatas do setor produtivo, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Assim, essas mudanças, ao invés de simplesmente expandirem as oportunidades educativas, podem, na prática, estreitar o horizonte formativo dos estudantes, alinhando-se a uma lógica que privilegia a preparação para o mercado de trabalho em vez de promover o desenvolvimento integral do cidadão.

“Em termos gerais, poderíamos dizer que a política curricular é toda aquela decisão ou condicionamento dos conteúdos e da prática do desenvolvimento do currículo a partir das instâncias de decisão política e administrativa, estabelecendo as regras do jogo do sistema escolar. Planeja um campo de atuação com um grau de flexibilidade para os diferentes agentes moldadores do currículo. A política é um primeiro condicionamento direto do currículo. Enquanto o regula, e indiretamente através de sua ação em outros agentes moldadores.” (Sacristán, 2000, p. 109),

A partir das instâncias de decisão política e administrativa, são estabelecidas as regras que orientam o sistema escolar, definindo o campo de atuação com um certo grau de flexibilidade para os diferentes agentes envolvidos na formação do currículo. A política, nesse contexto, atua como o principal condicionador direto do currículo, regulando-o de forma direta e, indiretamente, influenciando outros agentes que moldam o processo curricular.

O currículo integrado do ensino médio propõe uma política curricular que busca unir a formação geral e a formação técnica, fundamentada na perspectiva do trabalho como princípio educativo, tanto em seu sentido ontológico quanto histórico.

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia o seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de linguagens e normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho tornaria anêmico, perderia sua base ideológica. (PISTRAK, 2011, p.30)

O trabalho na escola deve estar ligado ao trabalho social e à produção real, pois, sem essa conexão, perde seu valor essencial, reduzindo-se a normas técnicas e metodológicas que esvaziam seu significado ideológico. A partir dessa perspectiva, que entende o currículo como uma decisão política e o trabalho como princípio pedagógico, analisamos a concepção de currículo integrado nas escolas profissionais do Ceará, focado em como essa concepção se alinha ao conceito de formação integral e politécnica, em seus documentos curriculares.

Para tanto, consideramos algumas referências discursivas importantes: a formação integral; a relação entre trabalho e educação como um princípio educativo central; e as teorias de formação para o trabalho que subjazem a concepção de currículo, para além de preparar para o trabalho.

5.2 O Projeto Pedagógico da Rede de Educação Profissional do Ceará: conhecendo a Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista por dentro

É indispensável conceber o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição escolar como uma orientação deliberada e conscientemente assumida frente a um horizonte de possibilidades que se materializa no fazer pedagógico cotidiano. Esse horizonte não se limita a diretrizes administrativas ou curriculares, mas incorpora uma dimensão mais profunda, envolvendo a reflexão coletiva sobre o propósito educativo e os valores que se pretende cultivar.

O Projeto Político Pedagógico é uma construção que exige respostas às questões fundamentais acerca da natureza e das finalidades da educação oferecida, da formação do indivíduo enquanto sujeito social e crítico e do modelo de sociedade que se deseja promover por meio desse processo formativo.

Assim, o PPP não é meramente um documento estático, mas um instrumento de ação pedagógica que articula as aspirações éticas e políticas dos envolvidos, propondo um processo educativo capaz de transformar e transcender os desafios sociais e culturais contemporâneos. A orientação que ele propõe é aquela que reflete um compromisso coletivo, ancorado no diálogo e na participação ativa de professores, alunos, gestores e demais atores da comunidade escolar, em uma busca constante por coerência entre os princípios estabelecidos e a prática educativa cotidiana.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser interpretado de diferentes maneiras, uma delas com base na visão de Padilha (2001), que o define como um “planejamento dialógico”. O planejamento é, essencialmente, uma expressão de resistência e se apresenta como uma alternativa ao modelo de planejamento autoritário, burocrático, centralizado e verticalizado que permeia as estruturas dos sistemas educacionais e redes escolares de nosso País. Segundo o Documento Escolar: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista.

O Projeto Político Pedagógico [...] tem como objetivo direcionar os caminhos pedagógicos, levando a comunidade à transformação de antigas atitudes, efetivando assim o processo de ensino aprendizagem adequando às diretrizes legais, e promovendo novos paradigmas da educação, especialmente no que concerne aos aspectos que integrem o currículo do Ensino Médio e a preparação para o mercado de trabalho (Ceará, SEDUC, 2018, p. 02)

Ao analisarmos o PPP e o Plano de Curso da EEEP Manuel Abdias Evangelista, da Rede de Educação Profissional do Ceará, verificamos que estamos analisando toda uma rede, pois esses documentos constituem-se como um documento único para todas as escolas profissionais, com as adaptações pertinentes aos contextos locais de cada unidade escolar.

Desde 2012, essa escola oferece ensino médio integrado à Educação Profissional, começando com quatro turmas e, atualmente, atendendo a 12 (doze) turmas distribuídas entre os três anos do ensino médio. Os cursos técnicos oferecidos incluem Informática, Eletrotécnica, Administração e Contabilidade, preparando os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEEP Manuel Abdias Evangelista, atualizado em 2019, propõe uma gestão democrática, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Visando a construir uma escola que priorize a formação integral do aluno, o projeto valoriza a autonomia, a realização profissional e o preparo para o exercício da cidadania. A escola identifica pontos estratégicos para aprimorar a qualidade da educação ofertada, elaborando uma proposta curricular que atende às especificidades da sua clientela e prioriza o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade, a contextualização e a transdisciplinaridade. Essa proposta está ancorada nos quatro pilares da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A participação do colegiado escolar, incluindo o Conselho Escolar, a Congregação e o Grêmio Estudantil, e o acompanhamento contínuo da coordenação pedagógica são fundamentais para a implementação de um currículo mais articulado e menos fragmentado. A coordenação pedagógica realiza encontros semanais com os professores, organizados por áreas do conhecimento, para promover um diálogo que articule a prática em sala de aula com o currículo planejado. Dessa forma, o núcleo gestor da escola ajusta o planejamento pedagógico, garantindo a coerência entre teoria e prática.

Além das atividades curriculares, a EEEP Manuel Abdias Evangelista incentiva o desenvolvimento de projetos culturais, sociais e pedagógicos, como concursos, painéis, cartazes, teatro, danças e feiras de ciências e cultura. A escola também oferece o Curso Técnico de Nível Médio Integrado e o programa E-Jovem para alunos e para a comunidade local, buscando parcerias com órgãos governamentais, organizações não governamentais e pessoas físicas para fortalecer suas ações e ampliar seu impacto social.

Criado em 2007, o Projeto e-Jovem tem como objetivo promover a inclusão digital de estudantes do 3º ano do ensino médio e egressos da rede pública estadual, oferecendo uma formação tecnológica e profissional voltada para áreas como web design, redes, hardware e programação, com foco na universalização da cultura digital por meio de *softwares* livres. Além disso, busca desenvolver projetos de empreendedorismo social juvenil nas comunidades e escolas participantes, fomentando uma cultura de responsabilidade social. O projeto também visa a qualificar jovens cearenses para atender à crescente demanda no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A formação completa tem duração de um ano e meio, organizada em módulos educacionais, com aulas realizadas nos turnos manhã, tarde ou noite, conforme a disponibilidade das unidades educacionais.

Ao estudarmos o PPP da EEEP MAE, direcionamo-nos para o objetivo principal desta pesquisa: *“apresentar, de forma analítica, o currículo integrado da rede de escolas profissionais do Ceará, com foco na concepção de formação integral e politécnica”*, já que esse documento [...] tem o intuito de desenvolver uma proposta pedagógica, tendo como princípios básicos a promoção do homem, priorizando sua autonomia em busca da realização profissional e do preparo para o exercício da cidadania (Ceará, SEDUC, 2018, p. 03), o que nos permite, por meio do marco referencial que define o Projeto Político Pedagógico da Escola, estabelecer parâmetros

entre a base conceitual proposta no documento e a concepção de formação integral e politécnica que fundamenta o currículo do ensino médio integrado.

É fundamental que, ao definir um marco referencial no Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola estabeleça uma base sólida que abarque referenciais teórico-pedagógicos, filosóficos e políticos capazes de orientar suas práticas educativas. Esse referencial inicial atua como um guia que fundamenta e orienta as ações educativas conforme os princípios que sustentam o projeto de formação humana concebido pela escola. A partir desse ponto de partida, é possível proceder à análise das concepções teóricas subjacentes, refletidas no Plano de Curso e em suas matrizes curriculares, o que nos permite um entendimento mais profundo dos valores e finalidades que orientam o processo formativo.

Ao destacar a importância de discutir o “marco referencial” do Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, Gandin (1994) propõe sua divisão em três eixos essenciais. O primeiro, denominado “marco situacional,” implica a análise da escola dentro de seu contexto temporal e espacial, considerando a influência histórica e filosófica, abrangendo desde aspectos globais até às especificidades culturais da comunidade que a acolhe. O segundo eixo, o “marco doutrinal,” constitui-se na base teórica que sustenta o PPP, fundamentando-o nos aspectos teóricos, sociais e políticos que orientam sua prática. Finalmente, o “marco operativo” foca na reflexão sobre o tipo de escola que se almeja construir, enfatizando a importância dos “atores e autores” envolvidos nesse processo, respeitando e integrando o conhecimento local. Nesse sentido, propomos uma análise do marco referencial das Escolas Profissionais do Ceará com referência no eixo: Marco Teórico, baseados na proximidade deste como os objetivos da pesquisa.

5.3 O Marco Teórico

O marco teórico é o momento do diálogo, apresenta a opção e os fundamentos teórico-metodológicos da escola, a proposta pedagógica curricular e o plano de trabalho docente.

A EEEP. Manuel Abdias Evangelista diante da análise social vivenciada prioriza pontos estratégicos para a promoção da melhoria, através de uma proposta curricular voltada para as especificidades de nossa clientela, privilegiando o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade, a contextualização e a transdisciplinaridade, tendo como norte os quatro pilares da educação para o século XXI: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser (Ceará, SEDUC, 2018, p. 06).

O documento, logo na sua introdução, apresenta, como pontos estratégicos, o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade, a contextualização e a transdisciplinaridade, norteados pelos quatro pilares para o século XXI, apresentados no relatório, para a UNESCO, da “Comissão Internacional para a Educação do Século XXI, um Tesouro a Descobrir”. Nele, estão postos como princípios nos quais se baseia a educação ao longo da vida: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, [. . .]
Aprender a fazer, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar

numerosas situações e a trabalhar em equipe. [...] **Aprender a conviver**, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências. [...] **Aprender a ser**, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal (grifo nosso)(Brasil, 2010, p. 31) .

Embora “interdisciplinaridade”, “contextualização” e “transdisciplinaridade” contribuam para um projeto educacional voltado para a formação integral, é importante considerar que a Conferência Mundial de Educação se consolidou como um marco para a implementação de políticas neoliberais, no que se refere à educação nos países periféricos do capital. Saviani (2011) caracteriza essa conjuntura histórica educacional como “O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo”, em que enfatizamos o lema “aprender a aprender” como premissa da escola nova, a qual aparece como uma nova roupagem, conforme salienta Saviani:

A pedagogia das competências apresenta-se como outra face da pedagogia do ‘aprender a aprender’, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugadas à mão invisível do mercado (Saviani, 2011, p. 435).

A pedagogia das competências, alinhada à proposta do “aprender a aprender”, visa a desenvolver comportamentos flexíveis nos indivíduos para que se adaptem às exigências de uma sociedade onde as necessidades básicas não são garantidas coletivamente. Assim, a responsabilidade pela própria sobrevivência recai sobre os sujeitos, que se tornam subordinados às dinâmicas do mercado.

[...] o núcleo gestor adotará uma postura mais gerencial, sempre revendo esses índices e tentando revertê-los através de um trabalho voltado para o desenvolvimento das competências e habilidades de cada disciplina, bem como as matrizes de referências que descrevem as habilidades a serem medidas (descritores).

Nesse contexto, para (Sindeaux; G; Loureiro, 2018, p. 862), a educação passa a ser concebida sob uma perspectiva empresarial, fortalecendo o modelo tecnicista que se alinha ao ideal de uma educação empreendedora. Esse modelo visa a formar estudantes como trabalhadores qualificados e comprometidos, porém pouco incentivados à reflexão crítica e focados predominantemente na produtividade.

Teoricamente, o Projeto Político Pedagógico da escola profissional do Ceará ora se mostra um documento que busca a formação integral do sujeito, ora se alicerça “em paradigmas educacionais fincados em conceitos, como competências, habilidades e flexibilidade – demandas necessárias ao modelo produtivo, que exige um perfil de trabalhador” (Sindeaux; G; Loureiro, 2018, p. 869). Os quatro pilares da educação estabelecem diretrizes sobre como ser, conviver, fazer e aprender, alinhando-se ao que Saviani (2011) denomina como as pedagogias do “aprender a aprender”.

Para Ramos (2006), essas adaptações requerem a passagem de um ensino centrado em conhecimentos científicos a um ensino centrado no desenvolvimento de competências

verificáveis na prática e em situações específicas. Na contramão desse plano curricular utilitarista, defendemos um currículo como construção social, o qual amplia essa visão ao incorporar a ideia de formação integral dos sujeitos, buscando equilibrar a formação técnica com a formação humana, promovendo não apenas a preparação para o trabalho, mas também o desenvolvimento pleno dos indivíduos em suas múltiplas dimensões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas são parte de uma análise das relações históricas entre trabalho, educação e formação humana no contexto das políticas educacionais de Educação Profissional implementadas no estado do Ceará nas últimas duas décadas. Embora essas políticas proponham uma formação integral, são profundamente influenciadas pela concepção burguesa de formação humana, a qual entende o indivíduo como um ser desprovido de história, orientado ao individualismo e à competição. Esse modelo encontrou terreno fértil no final dos anos 2000, impulsionado por reformas educacionais que reestruturaram o ensino médio após a redemocratização do País. Como consequência, a educação, em vez de ser um direito emancipatório, passa a ser um mecanismo de adaptação do trabalhador às exigências do mercado, restringindo o potencial crítico e transformador da formação educacional.

Com o avanço da rede de escolas de ensino médio integrado à Educação Profissional no Ceará, emerge uma resposta clara às demandas de um mercado globalizado que valoriza a flexibilidade e adaptabilidade dos trabalhadores. Contudo, persiste a necessidade de investigar se esse modelo educacional, na prática, contribui para a formação plena da classe trabalhadora ou se apenas reforça uma lógica produtivista que, historicamente, relega o desenvolvimento humano integral a um segundo plano. Ao questionar o projeto de sociedade em construção, a pesquisa aponta para uma tensão latente entre a promessa de educação integral e a funcionalidade da formação para atender aos interesses econômicos dominantes, os quais, frequentemente, priorizam o desenvolvimento de habilidades ajustadas às exigências do mercado.

Os documentos analisados (PPP e Plano de Curso) revelam uma abordagem que procura integrar a formação integral e a politécnica, mas também evidenciam nuances que refletem conflitos entre essas concepções educativas e as exigências práticas impostas pelo mercado de trabalho. O PPP está fundamentado em princípios, como a interdisciplinaridade, a contextualização e os pilares da educação para o século XXI, o que revela uma tentativa de alinhar o currículo à formação humana ampla e emancipatória. Contudo, o enfoque em competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado produtivo também evidencia uma perspectiva tecnicista e utilitarista, a qual pode limitar a formação crítica e autônoma dos estudantes.

No contexto do ensino médio integrado à Educação Profissional, observa-se que o currículo da rede de escolas profissionais do Ceará apresenta um modelo que busca articular o desenvolvimento de competências técnicas com valores sociais e culturais, promovendo a cidadania e a autonomia. No entanto, os fundamentos do currículo integrado ainda dialogam com a lógica do “aprender a aprender” e da pedagogia das competências, o que pode refletir uma influência de políticas neoliberais no campo educacional. Essa dualidade aponta para a necessidade de avanços no fortalecimento de uma concepção de formação integral verdadeiramente emancipatória, que equilibre a preparação para o mercado com a formação humana, crítica e socialmente engajada.

O desafio central, portanto, reside em superar as tensões entre a formação integral e

as demandas tecnicistas presentes nos documentos analisados. Embora o currículo integrado da rede de Escolas Profissionais do Ceará apresente avanços ao propor uma educação que considera múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, ainda enfrenta limitações ao reproduzir elementos de uma lógica utilitarista voltada ao mercado. Assim, é imprescindível que o Projeto Político Pedagógico avance na construção de uma proposta educativa, a qual fortaleça o protagonismo dos estudantes, fomente a reflexão crítica e contribua para a formação de sujeitos autônomos e transformadores, capazes de atuar tanto no mundo do trabalho quanto na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Além disso, os resultados desta investigação poderão subsidiar futuras pesquisas e políticas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, ampliando o debate sobre o papel da escola na promoção de equidade e desenvolvimento social. Ao analisar o currículo prescrito, este estudo também contribui para a construção de novos referenciais teóricos que dialogam com o currículo real e realizado no contexto da Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005. cap. IV, p. 73 – 79.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição Federal**, Brasília, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208. Acesso em: 08/08/2023.
- BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.**, 2004.
- BRASIL. Educação: um Tesouro a Descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI**, Brasília, junho 2010.
- BRASIL. Lei no 11.741/2008, LEI NLei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. julho 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: Acessado em 02 de jul de 2024.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº: 11/2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012.
- CEARÁ. Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**:, Março 2008.
- CEARÁ, SEDUC. O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008 - 2014. **Relatório de Gestão**, Fortaleza, p. 01 – 198, 2014.
- CEARÁ, SEDUC. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista. Nova Russas, 2018.
- CELLAR, A. Análise Documental. In: MASER, F. A. (ed.). **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. III, p. 295 – 316. ISBN 978-85-326-3681-2.
- COAN, M. **Formação Profissional e Politécnica**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC., 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204364/2/Esp%20Proeja%20-%20Politecnicia%20-%20MIOLO.pdf>. Acesso em: Acessado em 02 de jul de 2024.
- DURHAM, E. R. A Política Educacional de Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 153 – 179, novembro 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ZqWdPJCgT5C6QnCWp6pFQLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de jul 2024.
- FRANCO, M. C.; RAMOS, M. N. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, p. 11 – 32, jan. - abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nDS3v6XBFdjG3jQGLRk687m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2023.

FRIGOTTO, G. Fundamentos Científicos e Técnicos de Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, J.; NEVES, L. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006a. cap. 7, p. 241 – 288. ISBN 978-85-5569-080-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-10.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2023.

FRIGOTTO, M. C. F. G. (org.). **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006b. 372 p. ISBN 85-86260-09-6.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 13ª ed. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 182 p. ISBN 8532613152.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. T. S. As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP - Brasil. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona**, V. VI, n. 119 (32), agosto 2002. ISSN 1138-9788. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-32.htm>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GOODSON, IVO F. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GUIMARÃES, C. S. A educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002). **Revista Fundamentos**, Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí., Piauí, V. 2, n. 1, p. 98 – 117, 2015.

KUENZER, A. Z. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova fórmula de dualidade extrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, v. 3, p. 77 – 96, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, A. C. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 184 p. p. ISBN 978-85-7511-128-4.

LÜDKE, M.; ANDRÉ., M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L. R. de S. Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. **Salto para o Futuro**, TV Escola, Rio de Janeiro, n. 07, p. 51 – 68, Maio/Junho 2006.

MACIEL, A. C. MARX E A POLITECNIA, OU: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Revista Exitus**, Educ@, Santarén, v. 08, n. 02, p. 85 – 110, mai/ago 2018. ISSN 2237-9460. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602018000200085. Acesso em: Acessado em 20 de jun de 2024.

MACIEL, A. C.; JACOMELI, M. R. M.; BRASILEIRO, T. S. A. Fundamentos da Educação Integral Politécnica: da teoria à prática. **Educação & Sociedade**, Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, Campinas, v. 28, n. 139, p. 473 – 488, Abr/Jun 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hzTrtmFgCsH9FMmL7Vtp4tF/?lang=pt>. Acesso em: Acessado em 020 de jun de 2024.

MARX, K. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório As Diferentes Questões. **Obras Escolhidas em três tomos**, Avante, Lisboa, Agosto 2009. Disponível em: <https://lisboa.pcp.pt/?s=instru%C3%A7%C3%B5es+ao+delegado>. Acesso em: 02 de jul de 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª ed.. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 09 – 29.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524918445.

MOURA, D. H. ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DE UMA BASE UNITÁRIA: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA. In: **I SEMINÁRIO NACIONAL: Currículo em movimento**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7177-4-2-algumas-possibilidades-organizacao-ensinomedio-dante-henrique/file>. Acesso em: 10 de Out. 2023.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira*. **Revista Brasileira de Educação**, Versão Online, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 1057 – 1080, Out-Dez 2015. ISSN ISSN 1809-449X. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000400013. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, E. G. de. Novos caminhos na educação profissional brasileira? In: SOUSA, A. de A.; OLIVEIRA, E. G. de (org.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 79 – 97.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 7. ISBN 8524907878.

RAMOS, M. N. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: MANZANO, M. (org.). **Mapa da Educação Profissional e Tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. cap. 4, p. 97 – 117. ISBN ISBN 978-85-5569-080-8. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_Mapas_Web_12022016_10255.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2023.

RAMOS, M. N. O Currículo para o Ensino Médio em suas Diferentes Modalidades: concepções, propostas e problemáticas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771 – 778, jul. - set. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 de jul. de 2023.

RAMOS, M. N. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CAIVATTA, M. A Gênese do Decreto n. 5154 /2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, jun. 2005/12. ISSN 1808-799X.

- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed.. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. ISSN 85-7307-374-8.
- SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. ISBN 85-7307-313-6.
- SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed.. ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2011. ISBN 978-85-7496-200-9.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. n. 34, p. 152 – 165, jan./abr. 2007. ISSN 1413-2478.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed.. ed. São Paulo: Cortez, 2013. ISBN 978-85-249-2081-3.
- SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, G. O. da. A Pesquisa Bibliográfica nos Estudos Científicos de Natureza Qualitativos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. n. 1, p. 91 – 109, 12 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/josem/Downloads/45-Texto%20do%20artigo-135-1-10-20211225.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- SINDEAUX, R. B.; G, B. F. W.; LOUREURO, M. D. S. As Políticas Educacionais e a Interface Neoliberal: a educação como um tesouro a descobrir. **Id On Line - Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, n. n. 41, p. 859 – 871, 2018. ISSN 1981-1179. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 20 de set. de 2024.
- STUMPF, I. R. C. Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Pesquisa Bibliográfica**. São Paulo: Atlas, 2011. p. p. 51 – 61.
- THERRIEN, S. M. N.; THERRIEN, J. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexões teóricas-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 15, n. n. 30, p. 5 – 16, jul-dez 2004. ISSN e-ISSN: 1984-932X. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/ea153020042148>. Acesso em: Acessado em 12 de set de 2024.

Anexos



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

EEEP MANUEL ABDIAS EVANGELISTA



EEEP Manuel Abdias Evangelista
Nova Russas / Ceará

I - APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista tem como objetivo direcionar os caminhos pedagógicos, levando a comunidade à transformação de antigas atitudes, efetivando assim o processo de ensino aprendizagem adequando às diretrizes legais, e promovendo novos paradigmas da educação, especialmente no que concerne aos aspectos que integrem o currículo do Ensino Médio e a preparação para o mercado de trabalho.

O projeto visa contribuir para unificar as práticas pedagógicas preparando alunos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. Para isso, deverá incorporar novas tecnologias e novas formas de qualidade de vida para os alunos, interferindo na realidade, tornando-os partícipes reais das relações político-sociais através de um currículo voltado para a realidade do mesmo.

A EEEP Manuel Abdias Evangelista que está localizada na cidade de Nova Russas a oeste do Ceará. É um dos 184 municípios que formam o Estado. Tem uma área de 741,4 km², 30.965 habitantes e pertence à microrregião de Crateús. Limita-se: ao Norte, com os municípios de Ipueiras e Hidrolândia; ao Sul, com Tamboril e Ipaporanga; ao Leste, com Tamboril e Catunda; e ao Oeste, com Ipueiras e Ararendá. Está dividida entre a sede e cinco distritos, a saber: Nova Betânia, Canindezinho, Espacinha, Major Simplício e São Pedro.

A Escola conta com uma estrutura física padrão MEC, possuindo 12 salas de aulas climatizadas, disponibilizadas para um bom funcionamento e comodidade dos alunos. Além das salas de aula, a escola possui 04 laboratórios da área de Ciências da Natureza, Almoarifados, 01 laboratório de Informática e 01 de Línguas, 01 Biblioteca, 01 auditório, Salas pertencentes ao setor administrativo, Sala de professores, Banheiros, quadra coberta para prática de esportes, com vestiários, 02 galpões para o funcionamento das aulas práticas, cozinha, cantina, refeitório, além de uma área externa ampla, com jardins e estacionamento, contando também com um anfiteatro.

II – INTRODUÇÃO

A Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista localizado à Rua Davi José de Carvalho, 231, Universidade, em Nova Russas, foi inaugurada em 26 de abril de 2012 pelo governador Cid Ferreira Gomes. Iniciou suas atividades com 04 turmas dos primeiros anos do ensino médio integrado, onde hoje apresenta-se com 12 turmas do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional sendo, 3º turmas do Curso Técnico em Informática, 1º, 2º e 3º anos; 3 turmas do Curso Técnico em Eletrotécnica, 1º, 2º e 3º anos;;

3 turmas do Curso Técnico em Administração, 1º, 2º e 3º anos e 3 turmas do Curso Técnico em Contabilidade, 1º, 2º e 3º anos.

Com a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista, procura-se envolver os segmentos escolares, buscando através da coletividade, somar experiências, esforços, compromissos, na construção de políticas que vão nortear o trabalho pedagógico da referida escola. É notório a preocupação dos agentes envolvidos na promoção da aprendizagem significativa dos alunos. Através das discussões observadas e vivenciadas nas reuniões de pais, pedagógicas, do colegiado e núcleo gestor, fica claro que a construção deste Projeto Político Pedagógico irá fomentar as angústias destes profissionais que lutam pela melhoria e qualidade prioritária do jovem cidadão e sua integração na vida profissional.

Este projeto tem o intuito de desenvolver uma proposta pedagógica, tendo como princípios básicos à promoção do homem priorizando sua autonomia em busca da realização profissional e do preparo para o exercício da cidadania.

1. MARCO SITUACIONAL

-SITUAÇÃO ECONOMICA

A estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia, em 2010, por 78,4% do PIB municipal (R\$ 120.000,00). Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 8,7% em 2010, contra 8,9% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 8,9% em 2005 para 21,6% em 2010. A receita orçamentária do município passou de R\$ 19,8 milhões em 2005 para R\$ 33,2 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 67,8% no período ou 13,81% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 8,82% em 2005 para 9,96% em 2011, e quando se analisa todo os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 20,87% para 14,51%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 38,19% da receita orçamentária em 2005 para 36,63% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 26,98% em 2011. Quando analisamos os aspectos econômicos do

município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam a avicultura (34925), ovinocultura (17244), bovinocultura (10962) e a suinocultura (5307) como as principais culturas de rebanho local.

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, estando o milho e o feijão entre as principais culturas temporárias e o coco-da-baía (66 mil frutos) e a castanha de caju (71) entre as permanentes.

-EDUCAÇÃO

A Educação de Nova Russas é ofertada na forma de Ensino Regular para a Educação Básica e de Jovens e Adultos, funcionando em Escolas Estaduais, Municipais e Particulares, contando ainda com um Campus avançado da universidade Vale do Acaraú, como também com Faculdades particulares, possuindo ainda um Centro de Educação Especial.

Por iniciativa e apoio do Governo do Estado, o município conta com uma escola voltada para o ensino profissional, a Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista, que oferece o Ensino Médio integrado ao profissional, com os cursos de: Eletrotécnica, Administração, Informática, Contabilidade, com 45 vagas por turma, totalizando 472 alunos nas 3 séries.

A Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista localiza-se na Rua Davi José de Carvalho, 231, bairro Rodoviária. A Escola foi criada em 12 de abril do ano de 2012 (DOE: 12/04/2012), recebendo este nome em homenagem ao ex-prefeito da cidade Manuel Abdias Evangelista, no Governo Estadual de Cid Ferreira Gomes.

Conforme Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 26,0%. Na área urbana, a taxa era de 23,6% e na zona rural era de 33,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 9,2%. Taxa de Escolarização Líquida no Município de Nova Russas é 90,35 no ensino fundamental (07 a 14 anos) e 40,01 no ensino médio (15 à 17 anos). O IDEB das escolas estaduais nos anos de 2005 a 2011 tem superado a meta estabelecida, em 2011, o IDEB observado foi de 3,4 e a meta era de 3,3. A média no ENEM do Ensino Médio em 2009 foi de 482,33.

-ESTRUTURA FAMILIAR

A comunidade local é constituída de profissionais relacionados às profissões, em sua maioria, de comerciantes, educadores e trabalhadores que lutam por uma agricultura de subsistência. Portanto, o poder aquisitivo, sobretudo dos pais dos alunos, constitui-se de uma classe social de baixo nível econômico. Na estrutura familiar ainda predomina a família nuclear patriarcal, mas é crescente as formações familiares em que as famílias são chefiadas pela mãe ou avós. Entre esses chefes de família, poucos tiveram acesso ao ensino médio, e boa parte nem sequer concluiu o Ensino Fundamental.

Na dimensão religiosa há um índice bastante relevante de adeptos da comunidade católica, bem como de outras denominações religiosas, como evangélicos, espíritas e o umbandistas.

A clientela estudantil necessita com urgência de um trabalho educativo orientado na dimensão da aprendizagem do conhecimento, visando uma maior participação no mercado de trabalho, pois é crescente o número de jovens sem perspectivas, onde se promove a ociosidade no município, abrindo as portas para problemas sociais crescentes na cidade na cidade, como o uso e comércio de drogas, roubo, violência e gravidez na adolescência.

A escola não pretende corrigir só essas deficiências, mas também não pode, desconhecer a realidade sócio-econômico-cultural das comunidades em que atua. Para isso é preciso que ela amplie seus objetivos e tente ir além das rotinas tradicionais de ensino, incorporando, atividades, que fora da escola, no seu próprio ambiente sócio – familiar, o aluno não tenha oportunidade de praticar.

O ensino se verdadeiro, deve ajudar às pessoas a serem cada vez mais livres e responsáveis. Sendo assim, esta escola assumirá, num primeiro momento, a forma de diagnóstico genérico, prevendo mecanismos de permanente interação com a comunidade e as famílias, possibilitando a atualização contínua de informações relevantes para a atuação educativa.

2. MARCO TEÓRICO

A EEEP. Manuel Abdias Evangelista diante da análise social vivenciada prioriza pontos estratégicos para a promoção da melhoria, através de uma proposta curricular voltada para as especificidades de nossa clientela, privilegiando o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade, a contextualização e a transdisciplinaridade, tendo como norte os quatro pilares da educação para o século XXI: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser.

Dentro desta visão conta com a participação efetiva do colegiado (Conselho Escolar, Congregação de Professores e Grêmios estudantil) e com o acompanhamento e assistência da coordenação pedagógica a fim de tornar essa proposta mais articulada e menos fragmentada. Através de encontros semanais com os professores, divididos por área do conhecimento, a coordenação pedagógica desenvolve um trabalho direcionado, objetivando o diálogo mais aprofundado para a articulação entre a prática em sala de aula e o que foi proposto no currículo, assim todo núcleo Gestor pretende adotar rumos para que o planejamento contemple a proposta pedagógica definida, favorecendo a reflexão da teoria X prática. Esta escola primará pelo desenvolvimento de projetos de cunho cultural, social e pedagógico, promoção de concursos, painéis e cartazes, incentivo a produção de teatros, danças, apoio a efetivação de feiras (de Ciências e Cultural). Oferta o curso médio integrado a educação profissional e E-Jovem, para demais alunos e comunidade local, buscando parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas físicas a fim de subsidiar nossos planos de ação. As aulas serão dinâmicas, procurando sempre promover o estudo sozinho e em grupo, apresentando vídeos, textos, artes visuais, gráficos, participação de debates, palestras e seminários, realizando experimentos formando hipóteses e resgatando os valores humanos, como forma de aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos.

As turmas serão acompanhadas pela diretora, coordenadora pedagógica, diretores de turma, com o intuito de fortalecer o ensino aprendizagem, procurando melhorar os indicadores internos e externos.

Sabendo que a avaliação é algo muito complexo no sistema educacional de nosso país e sabendo que no Ceará, a avaliação da educação é um processo permanente e contínuo, tomamos a postura de adotarmos instrumentais que nos auxiliam nessa avaliação: a participação, a ação coletiva e individual e jogos educativos e as provas ou teste escritos. Esses instrumentais são analisados e convertidos em notas que variam de 0 a 10. A avaliação

por competência e habilidades a priori está sendo aplicada apenas no curso de Redes de Computadores, pela essência do curso.

Quanto aos indicadores educacionais temos o cuidado de estarmos sempre os acompanhando, através de gráficos, por turma e disciplina, nos planejamentos, com o coletivo de professores, a cada quinze dias, Núcleo Gestor e representantes do Conselho Escolar, a fim de detectar as disciplinas críticas e propor intervenções. Esses mesmos gráficos são levados às turmas para que elas sintam-se corresponsáveis pelo processo de aprendizagem.

Sabemos também que os indicadores externos de provas como SPAECE, SAEB e ENEM são os termômetros da educação em nosso país, portanto, o núcleo gestor adotará uma postura mais gerencial, sempre revendo esses índices e tentando revertê-los através de um trabalho voltado para o desenvolvimento das competências e habilidades de cada disciplina, bem como as matrizes de referências que descrevem as habilidades a serem medidas (descritores).

-VALORES UNIVERSAIS

VALORES

- Cidadania;
- Disciplina;
- Ética;
- Honestidade;
- Humanismo;
- Humildade;
- Igualdade;
- Justiça;
- Profissionalismo;
- Respeito;
- Responsabilidade;
- Solidariedade.

VISÃO

Ser uma escola de referência no Município de Nova Russas, e no Estado do Ceará, reconhecida pela qualidade do ensino que oferece e pelo atendimento que proporciona a toda a comunidade escolar, aprimorando a formação ética, moral e profissional do jovem educando.

MISSÃO

Garantir um ensino de excelência, propiciando aos alunos condições para uma aprendizagem significativa, integrando-os à formação profissional-técnica e formando-os para o mundo do trabalho e para práticas e vivências em Protagonismo Juvenil.

3. MARCO OPERACIONAL

A EEEP. Manuel Abdias Evangelista, dentro de uma visão da melhoria do sucesso dos alunos tem como foco uma gestão voltada para o desenvolvimento estrutural do ambiente escolar, com intuito de promover a melhoria dos indicadores, a valorização do patrimônio escolar e aplicação consciente dos recursos financeiros. É prioridade nesta gestão, deter um olhar especial para a mudança de posturas pedagógicas, formação continuada dos professores, na busca de melhores indicadores. A ênfase na aprovação é ponto preponderante, buscando diminuir o número de desistentes.

Uma gestão voltada sempre para a coletividade promovendo a participação de todos os segmentos e fazendo acontecer a transparência na aplicação dos recursos, torna co-responsável a comunidade escolar e isso será buscado constantemente neste centro educacional.

No que se refere a avaliação, a EEEP. Manuel Abdias Evangelista vem desde sua fase inicial, desenvolvendo um constante processo avaliativo, envolvendo alunos, professores, servidores, núcleo gestor e a própria instituição. Como é um fator de relevância e tem mostrado bons resultados, no que se concerne a melhores padrões de qualidade e aprendizagem, é pretensão a continuação de um processo avaliativo voltado para a promoção de melhores resultados.

III – DESENVOLVIMENTO

As práticas educativas previstas no currículo estarão orientadas pelos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos e legais que subsidiam a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados definidos pelo MEC e pelo Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Uma grande referência para a implantação da Escola Estadual de Educação Profissional tem sido a experiência do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental - PROCENTRO de Pernambuco. Desta experiência a Secretaria de Educação,

tem se apropriado especialmente de sua filosofia de gestão denominada TESE – Tecnologia Empresarial Sócio Educacional – que está servindo de base para a definição dos princípios básicos do trabalho nas escolas. Seus principais pressupostos para a prática pedagógica, são os seguintes:

Protagonismo juvenil: O conceito de protagonismo no âmbito desta proposta compreende a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola. Portanto, o jovem como partícipe em todas as ações da escola e construtor do seu projeto de vida. Neste sentido, a equipe da Escola Estadual de Educação Profissional (núcleo gestor, professores e demais servidores) deve criar condições para que o jovem possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver); e pessoal (aprender a ser).

Formação continuada: a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu auto desenvolvimento.

Atitude empresarial: isto significa, essencialmente, o foco no alcance dos objetivos e resultados pactuados. A Escola Estadual de Educação Profissional deve ser eficiente nos processos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e eficaz nos resultados. Corresponsabilidade: educadores, pais, alunos, SEDUC e outros parceiros comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a eficiência nos processos e a eficácia nos resultados.

A relação teoria prática na estrutura curricular do curso conduz a um fazer pedagógico no qual atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes em todos os períodos letivos.

A metodologia adotada na Escola Estadual de Educação Profissional é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da educação básica com a educação profissional, assegurando uma formação integral dos estudantes.

Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas de estudante da escola pública, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares. Faz-se necessário também reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a

subjetividade do aluno. Nesse sentido recomendada a adoção de procedimentos didático pedagógicos que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, tais como:

- Problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Propiciar condições para que o aluno possa ser um agente ativo nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de
- Adotar atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas;
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos saberes, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
 - Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
 - Elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização, a trans e a interdisciplinaridade;
 - Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
 - Sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa;
 - Ministras aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A adoção dos procedimentos acima citados favorecerão a intermediação do docente no processo de aprendizagem, privilegiando situações ativo participativas, visando à socialização dosaber, à construção e reconstrução coletiva de conhecimentos, ao desenvolvimento de níveis de competências mais complexas como a capacidade de síntese, de análise, de avaliar e resolver problemas, bem como ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes.

Dar-se-á ênfase à resolução de problemas, envolvendo situações diversificadas e similares às encontradas no contexto real de trabalho, o que possibilitará ainda o exercício da transversalidade pela abordagem integradora, contextualizada e interdisciplinar das questões a serem trabalhadas. Além desta estratégia, outras também serão contempladas como evidência das práticas, pelos alunos, para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas: palestras, seminários, fóruns de debates, pesquisas de campo, estudo de caso, dramatizações, estágios, atividades laboratoriais, dinâmicas de grupo, oficinas, estudos por projeto.

Relativo a estudo por projetos, implicará em o grupo explorar um conjunto de conteúdos importantes para o domínio de competências/habilidades de todos os módulos. Os projetos destes estudos serão negociados com os alunos e, na ocasião, serão levantadas as reais necessidades da prática, as competências/habilidades a serem trabalhadas e como isto poderá ser articulado com os conhecimentos obtidos. Para realização deste procedimento, três fases não-estranhas serão configuradas: problematização (problemas contextualizados aos temas em estudo), desenvolvimento (criação de situações de trabalho dentro e fora do espaço da Escola) e síntese (superação de convicções iniciais e construção de outras mais complexas, servindo de conhecimento para novas situações de aprendizagem).

A operacionalização sistemática dos cursos se dará em ambientes convencionais de sala de aula, em laboratórios da Instituição, em empresas e em outras organizações sociais que se fizerem necessárias à boa realização do curso.

As práticas de estágios serão amparadas pela nova Lei Federal de Estágios publicada em no dia 26 de setembro de 2008, Lei 11. 788/08 que regula as atividades de estágio em todo território nacional e pelo Decreto Estadual 29.704 de 08 de abril de 2009.

Conforme as referidas Leis, o estágio se trata de uma atividade associada à educação, funcionando como uma espécie de apresentação do estudante à vida profissional. Os estágios são divididos em obrigatório e não obrigatório. Somente para o obrigatório é que a nova lei estabelece requisitos básicos e ainda indica que não criará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Conforme o Art. 3º na hipótese do § 1º da Lei 11.788/08 o estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por

vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final, bem como, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observando os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Quanto à carga horária:

O limite de carga horária de 4 horas diárias (20 semanais).

Quanto à concessão de bolsas:

O estágio curricular obrigatório não dá direito à bolsa, ficando a critério da SEDUC deliberar sobre.

Quanto à integralização curricular e acompanhamento:

O estágio supervisionado estará integrado à organização curricular do curso contabilizada a carga horária para fins de certificação e ou diplomação.

O plano de atividades do estagiário fará parte da proposta pedagógica do curso e será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante, o qual estará relacionado a à formação cultural e profissional do educando.

O professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e deverá exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, bem como, deverá zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para

outro local em caso de descumprimento de suas normas. As atividades programadas para o estágio supervisionado poderão desenvolver-se em forma de projetos supervisionados pelo orientador de estágio e deverão manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no Curso, da seguinte forma:

- Aplicar os conhecimentos adquiridos no curso pelos alunos em atividades práticas a campo.

- Realizar atividades vinculadas à área de atuação dos futuros profissionaisaperfeiçoar os conhecimentos.

Acreditamos que o ser humano é um ser em busca de auto-realização, por isso devemos encaminhar o nosso trabalho na construção do bem comum, da solidariedade, do crescimento social, da honestidade, da cultura, da formação de valores e do desenvolvimento de habilidades e competências.

Ao nosso redor, estão se desenvolvendo grandes processos: a informação, a robotização, a automação. Os meios de comunicação, a mídia e a tecnologia em geral ampliam e aceleram o processo informativo, exigindo uma escola com mais responsabilidade e competência. Ela precisa ser um espaço que desenvolva o exercício da autonomia, em busca da cidadania em consonância com as demandas da aprendizagem e as necessidades sociais. Precisamos preparar o aluno para ser empreendedor, para planejar, decidir, organizar e pensar em equipe. A pessoa, para solucionar problemas, precisa de pensamento integrado e sistêmico. Queremos que a educação seja um processo participativo, uma atividade permanente assumida por toda a comunidade escolar e associada a outras entidades sociais, envolvendo-as nesse projeto de avanço educacional, abrindo assim espaço para o novo, vivenciando novas experiências geradas dentro do contexto social em que estamos inseridos. Neste contexto, espera-se que o aluno:

- Assuma o desafio de uma busca constante de seu crescimento integral;
- Demonstre capacidade de conviver em sociedade, com consciência de seus limites, possibilidades e dos direitos e deveres que tem a cumprir;
- Esteja consciente da importância da preservação do Meio Ambiente;
- Busque integração no diálogo, na participação, na criatividade, no respeito as outras pessoas e suas ideias;
- Seja capaz de experimentar, questionar, debater, confrontar, compreender, interpretar e relacionar a realidade;
- Desenvolva-se como um cidadão reflexivo, analítico, autônomo, solidário, sendo protagonista do seu projeto de vida e atuante na sociedade.

É necessário que a Educação seja um ato de despertar do ser humano, com poder de intervir, veicular e reelaborar conhecimentos, atitudes, valores, crenças e modo de ver, sentir e transformar a realidade e o mundo.

Atendendo a uma demanda regional e aos arranjos produtivos locais, as Escolas Estaduais de Educação Profissional, entre os anos de 2008 e 2010, trabalharam com a oferta de 18 cursos profissionais de nível técnico com objetivos e perfis profissionais específicos. A

EEEP. Manuel Abdias Evangelista oferta 04 (quatro) cursos técnicos de nível médio, conforme detalhamento a seguir:

Técnico em Redes de Computadores - Instala e configura dispositivos de comunicação digital e softwares em equipamentos de rede. Executa diagnóstico e corrige falhas em redes de computadores. Prepara, instala e mantém cabeamentos de redes. Configura acessos de usuários em redes de computadores. Configura serviços de rede, tais como firewall, servidores web, correio eletrônico, servidores de notícias.

Técnico em Eletrotécnica - Implementa recursos de segurança em redes de computadores. Instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Participa na elaboração e no desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de infra-estrutura para sistemas de telecomunicações em edificações. Atua no planejamento e execução da instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Participa no projeto e instala sistemas de acionamentos elétricos. Executa a instalação e manutenção de iluminação e sinalização de segurança.

Técnico em Agropecuária - Planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

Técnico em Comercio - Aplica métodos de comercialização de bens e serviços, visando à competitividade no mercado e atendendo as diretrizes organizacionais. Comunica previsões e demandas aos fornecedores. Efetua controle quantitativo e qualitativo de produtos e procede a sua armazenagem no estabelecimento comercial. Operacionaliza planos de marketing e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização.

-IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS

Lab. de Ciências (matemática, química, física, biologia);

Lab. Linguas;

Lab. Informática;

Lab. Hardwer;

Lab. Motores I;

Lab. Motores II;

Lab. Motores III.

V – ARTICULAÇÕES E PARCERIAS

Nosso trabalho pedagógico que tem seu foco na construção de competências, foca também, a educação para a autonomia, para a capacidade de iniciativa e de auto-avaliação, para a responsabilidade, para a ampliação da capacidade de trabalho, de concepção e realização de tarefas e projetos.

Portanto, o trabalho pedagógico rompe com o esquema do professor transmissor de conteúdos e do aluno receptor passivo e aponta para a necessidade de se aplicar metodologias de ensino que permitam a simulação ou realização de situações concretas de trabalho, propiciando a integração dos conhecimentos e o desenvolvimento de níveis de raciocínio mais complexos.

Nossa intenção aqui é trabalharmos com currículo por competência sendo que nossa estrutura interage com um tripé de conhecimento.

BASE COMUM	PARTE DIVERSIFICADA	EIXO PROFISSIONAL
Neste eixo estão as disciplinas de uma matriz curricular comum.	Este é o eixo que faz a articulação entre a matriz curricular da base comum e a matriz do currículo profissional, são disciplinas como: TESE, horário de estudo, laboratório de ciências, Temática, Práticas e Vivências e Formação para a Cidadania.	Neste eixo estão as disciplinas Específicas de cada curso.

Um dos pontos importantes que sustentam a base de planejamento e articulação do trabalho da EEEP Manuel Abdias Evangelista é a existência de Coordenadores de Cursos Técnicos, estes são profissionais capacitados dentro de uma área específica de formação, que atuam juntos aos coordenadores escolares na elaboração e implementação da proposta pedagógica da escola.

Ainda dentro da perspectiva de melhorias pedagógicas e valorização da aprendizagem dos alunos, a escola dispõe de sistemático acompanhamento dos resultados de aprendizagem dos alunos, os quais mensalmente são discutidos em reuniões juntos ao corpo docente da escola e apresentado também aos pais.

Nossos professores estão sempre em constante processo de formação, bem como participam ativamente do PACTO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO, programa federal de formação continuada de professores, elaborado pelo ministério da educação.

A escola também possui amplo instrumentos de acompanhamento pedagógico, tais como: plano anual, plano de ação, guias de aprendizagem bimestrais e planilhas de planejamento semanal dos professores. Todos esses instrumentos, objetivam a melhoria e sistematização da nossa proposta pedagógica e orientam os resultados de nosso trabalho.

Sobre o planejamento estratégico das áreas temos e cursos técnicos, temos a seguinte organização: semanalmente são realizados planejamentos por áreas, sendo que às terças-feiras temos linguagens e códigos, às quartas-feiras, ciências da natureza e matemática e às sextas-feiras temos o planejamento das ciências humanas. A coordenação pedagógica faz o acompanhamento quinzenal desses planejamentos junto aos professores. Temos ainda mensalmente, o planejamento global dos projetos da escola com toda a comunidade escolar.

Como forma de ampliar a atuação do currículo, rompendo com a limitação dos muros da escola e expandindo nossas ações, é importante também que a escola busque alinhar-se a comunidade, legitimando assim, sua proposta de formação profissional-técnica. A EEEP Manuel Abdias Evangelista, atualmente não possui parcerias regulamentadas com nenhuma empresa ou órgão. Todavia a mesma tem buscado incansavelmente. O que há, são empresas privadas e instituições públicas simpatizantes do modelo de educação profissional oferecidos pelo Governo do Estado, o que inclusive tem facilitado as visitas técnicas, a participação em eventos e a vinda de alguns profissionais para ministrarem palestras na escola, e até mesmo a concessão de vagas para alunos que necessitam de campo de estágio.

Um dos pontos importantes das vivências práticas da EEEP Manuel Abdias Evangelista, são as visitas técnicas a diversas empresas ou eventos relacionados aos cursos técnicos existentes na escola. Nossos alunos participam anualmente da PECNORDESTE, FRUTAL, FEIRAS REGIONAIS DA CREDE 13, visitas a empresas locais, participação em feiras tecnológicas de outras escolas profissionais, apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais como a SBPC.

Uma realidade constante na EEEP Manuel Abdias Evangelista é a ampliação da relação teoria e prática, com uso constante dos laboratórios e dependências da escola. Ainda como uma forma de melhorarmos os resultados obtidos por nossos alunos, a escola constantemente realiza atividades de nivelamento nos horários de almoço, aulas de redação, rodas de conversas sobre atualidades e simulados.

A adoção dos procedimentos acima citados favorecerá a intermediação do docente no

processo de aprendizagem, privilegiando situações ativo-participativas, visando à socialização do saber, à construção e reconstrução coletiva de conhecimentos, ao desenvolvimento de níveis de competências mais complexas como a capacidade de síntese, de análise, de avaliação e resolução de problemas, bem como ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes.

IV – GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. Descrever em que medida o PPP evidencia a gestão democrática nos seguintes aspectos:

1.1 Participação de representantes de entidades de classe de trabalhadores e empregadores no Conselho Escolar.

O Conselho Escolar da EEEP Manuel Abdias Evangelista é composto por todos os segmentos escolares, com representação de alunos, pais, professores, funcionários, núcleo gestor e sociedade civil. O Conselho Escolar, atua por dois anos na escola, discute acerca de questões pedagógicas, administrativas financeiras, contribuindo para garantir a gestão democrática nas escolas. Dentro dessa atuação, compete ao conselho escolar: tomar decisões de caráter deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador-avaliativo.

1.2 Processo participativo de escolha da direção escolar.

A escolha da direção das escolas profissionais se dá através de quatro fases: prova objetiva, avaliação comportamental seguida de uma avaliação escrita, avaliação comportamental através de dinâmicas de grupo e entrevista do candidato por uma banca de psicólogos. Todo esse processo de avaliação e seleção é desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

1.3 Abertura para participação regular de alunos e pais no processo educacional.

A família participa de forma ativa e democrática dos processos de ensino/aprendizagem organizados pela escola, contribuindo de modo direto nas decisões voltados para a construção do conhecimento dos alunos. A EEEP Manuel Abdias Evangelista cumpre com um calendário de reuniões bimestrais com os pais para análise de gráficos de rendimentos, conversa com professores, informes e decisões coletivas para o bimestre seguinte. Além das reuniões, os pais são convidados para eventos e participação direta e constante na escola.

2. Informar e detalhar se for o caso, se existem estratégias de democratização do

acesso e combate á evasão/abandono.

Há inúmeros fatores que favorecem a evasão/abandono das escolas. Algumas delas são: a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse, deficiência nos transportes escolares, falta de incentivo da família. Apesar de todos esses entraves, a EEEP Manuel Abdias Evangelista não enfrenta problemas com evasão/abandono escolar. Como todas as escolas públicas do Estado do Ceará, trabalhamos com o Projeto Professor Diretor de Turma, que tem como foco o acesso e o combate à evasão/abandono,

2.1 Fornecimento de bolsa de auxílio.

(Não se aplica)

2.2 Programas de apoio para ingresso nos cursos.

(Não se aplica)

2.3 Fornecimento de alimentação.

Através da Secretaria de Educação do Estado do Ceará é ofertado, diariamente, 02 lanches e 01 almoço para os alunos.

2.4 Programa que promove o reforço, recuperação e regularização de fluxo escolar.

(Não se aplica)

3. Indicar a existência de ações de empreendedorismo, tais como:**3.1 Empresa Júnior**

(Não se aplica)

3.2 Hotel tecnológico

(Não se aplica)

3.3 Incubadora

(Não se aplica)

3.4 Curso de capacitação empreendedora, incorporado ao currículo.

Na parte diversificada do currículo, a escola oferece um curso de empreendedorismo aos alunos do 1º ano.

3.5 Programa de apoio a iniciativas sociais e comunitárias.

(Não se aplica)

3.6 Estudo, pesquisa e intervenção socioeconômica e ambiental.

(Não se aplica)

3.7 Cooperativas e associações.

(Não se aplica)

4. Indicar a oferta de apoio em Tecnologias de informação e Comunicação, tais como:**4.1 Programas de radio e televisão educativos.**

O município conta com rádios comunitárias que são parceiras na divulgação da atividades educativas da EEEP Manuel Abdias Evangelista.

4.2 Acesso á internet e a programas educacionais.

A escola dispõe de vários ambiente com acesso à internet. Dentre eles podemos destacar os laboratórios de informática e de línguas, cada um deles preparado para receber os alunos com um professor em cada um deles, atuando para o acesso e direcionamento das atividades voltadas para a informática.

4.3 Programas educativos rodando em computadores.

Dispomos do pacote completo do Linux educacional e de outros softwares educacionais, bem como o Autocad, utilizado pelos alunos do curso de Eletrotécnica.

4.4 Acesso a filmes e demais programas educacionais por vídeo e DVD.

A EEEP Manuel Abdias Evangelista dispõe de acervo de DVDs educacionais da Tvescola, coleções de vídeo-aulas e filmes que servem de subsídio para os professores de acordo com sua disciplina.

5. Escola em periferia de regiões metropolitanas .

(Não se aplica)

6. Taxa de mortalidade entre 15 e 29 anos no município em que se localiza a Município /UF.

O município não apresenta dados sobre mortalidade entre jovens, sendo este o objeto e pesquisa.

7. Taxa de desemprego de jovens entre 16 e 29 anos do município onde se localiza a escola UF.

Conforme dados Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 13.323 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 12.634 estavam ocupadas e 689 desocupadas. A taxa de participação ficou em 51,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 5,2%.

8. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em que se localiza a Município / UF

No último senso, o IDH do município é 0,614 (89º no Ceará e 3.820º no Brasil).

9. Média de escola no ENEM / UF.

A média da Escola nas últimas Edições do Enem foi:

Ano 2014: 484, 0

Ano 2015: 506, 25

Ano 2016: 520, 04

Ano 2017: 510, 77

Ano 2018: 522, 58

10. Taxa de abandono do Ensino Médio da escola / UF.

Nossa taxa de abandono é 0%.

Nova Russas- CE, 01 de janeiro de 2019.



Plano de Curso

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO

1.1. Justificativa

Pesquisa feita pelo instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o radar Social 2005, apresenta uma análise dos indicadores sociais do Brasil, um panorama abrangente no tocante ao acesso da população à saúde, à educação, ao trabalho, à renda, à moradia e à segurança, com dados nacionais e estaduais. O estudo traz uma radiografia com vários pontos preocupantes. O Brasil ainda detém uma das maiores concentrações de renda do mundo, apresenta desigualdade social em elevação, aumento da informalidade e do desemprego. Fica, então, cada vez mais evidente a necessidade de políticas que primem pela continuidade e visão de longo prazo, pelo constante aperfeiçoamento das ações através do fortalecimento da participação e controle social, e pela ampliação dos investimentos direcionados aos municípios do interior, contribuindo para a redução das disparidades regionais.

Nesse contexto, o Ceará ainda apresenta altas taxas de desemprego e incômodas desigualdades econômicas e sociais. Para exemplificar no Ceará, o nível de pobreza e desigualdade se reflete no fato de que os 10% mais ricos possuem 52% da renda total e os 50% mais pobres, apenas 12,5%. A Região Metropolitana de Fortaleza detém 41% da população do Estado e cresce a taxas de 3,3% ao ano. Enquanto isso, há regiões em que tal crescimento não alcança os 0.4%. Isso significa que segmentos da população urbana da capital e de algumas poucas cidades do interior apresentam padrões de vida mais satisfatórios, as periferias urbanas e o meio rural do semi-árido enfrentam graves problemas de inclusão social, com incidências no extremo da pobreza absoluta.

Repete-se no estado o mesmo quadro de desemprego do país, agravado pelo fato de ter baixos indicadores no setor educacional, em comparação com a média do ensino brasileiro, e o meio rural ser vítima de um ambiente natural que combina irregularidade climática com baixa capacidade agrícola em todo semi-árido, que representa 80% do território cearense.

Esta situação é, na prática e em tese, mais grave que na média da situação brasileira e somente poderá ser corrigida se houver um esforço gigantesco para dotar a grande massa de jovens que chega ao mercado de trabalho (uma parte que busca sua primeira oportunidade de trabalho) com habilidades para manejar o mais universal dos instrumentos de trabalho da sociedade moderna, o computador, com todas as variantes permitidas e possíveis no contexto informacional e no seu horizonte no mundo do trabalho.

Por outro lado surgem indicativos do crescimento brasileiro na área de informática são os dados sobre o mercado de computadores em 2005, divulgados pela consultoria IDC Brasil. Segundo a consultoria foram vendidos cerca de 5,5 milhões de PCs no país em 2005, 36,2% a mais do que o observado no ano de 2003. É um crescimento superior às taxas

observadas em anos anteriores. Em 2004, por exemplo, as vendas subiram 32% ante 2003. Em 2002, por exemplo, o percentual foi próximo a zero. De acordo com estimativa da consultoria, o faturamento com a venda de computadores pessoais somou U\$\$ 12, 8 bilhões em 2005, o que representou 29% do faturamento da indústria de tecnologia. Em 2004, o percentual foi de 26%. Este crescimento reflete no aumento da demanda por serviços e, conseqüentemente, de profissionais especializados.

Em matéria publicada no Correio da Bahia, em maio de 2004, o representante da Assessoria-SP, Célio Antunes, afirma que, apesar de a oferta ser grande, o setor de informática está aberto apenas a profissionais que tenham conhecimentos amplos. "O mercado está procurando profissionais com conhecimentos híbridos e universalizados", afirma.

O levantamento realizado pelo Centro de Integração Escola Empresa – CIEE, em fevereiro de 2006, apresenta a demanda do mercado por profissionais com conhecimentos amplos. Segundo o levantamento as necessidades apresentadas pelas empresas na área de informática vão desde a montagem, configuração e manutenção até o desenvolvimento, administração e suporte de redes e softwares. Segue, abaixo, o perfil profissional requisitado pelo mercado em 2005, segundo o CIEE.

Com base nesse cenário apresenta-se uma proposta de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, concentrada em negócio e renda, habilitando jovens estudantes, do ensino médio, na utilização de ferramentas de informática, hoje, consideradas imprescindíveis na busca ou manutenção do emprego. O mesmo é verdade para as crianças do ensino fundamental que precisam de instrumentos capazes de dar mais qualidade à educação, requisito essencial para os grandes projetos de inclusão social dos governos brasileiros federal, estadual e municipal.

Associada à questão geral das habilidades, que serve indiscriminadamente a todas as pessoas de todos os níveis educacionais e necessários ao trabalho não agrícola e do agro-negócio de qualquer natureza, o projeto em pauta abre a oportunidade de profissionalização e competências nas diferentes modalidades do emprego em Tecnologia da Informação e Comunicação – software e hardware e se completa com o estímulo ao empreendedorismo e à geração do negócio em computação, tendo como referencial os seguintes elementos:

1. Formar profissionais de nível médio para atuar em todas as circunstâncias nas quais se desenvolvam atividades laborais identificadas no mundo do trabalho relacionadas à criação, produção e instalação de tecnologias de comunicação e informação, tanto na produção de bens como de serviços.
2. Articular e interagir a educação para o trabalho, à ciência e à tecnologia e conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.
3. Propiciar situações de ensino e aprendizagem para aquisição de competências laborais, em consonância com o mundo do trabalho e a realidade regional, de forma a poder elencar, articular e mobilizar os valores, conhecimentos e habilidades

necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

4. Conscientizar o profissional Técnico em Informática da necessidade de aprimorar constantemente seus conhecimentos e habilidades, através de formação contínua.
5. Contribuir para a ampliação e agilização do atendimento às necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade regional.
6. Possibilitar a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos profissionalmente, no setor de informática, para fins de prosseguimento e conclusão de estudos.

Nos últimos anos, graças aos esforços de fortalecimento da infra-estrutura física e de serviços do Estado do Ceará, houve avanços em diferentes segmentos da economia. O investimento em ações ligadas à geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, pouco identificado como infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, encontra-se mais reconhecido e valorizado. Outro fator pertinente é a proximidade do Ceará a outros continentes tem criado excelentes oportunidades de negócios com grandes centros consumidores.

Destaca-se ainda o crescimento das exportações dos produtos cearenses para o continente africano, particularmente para Cabo Verde e África Portuguesa, cria uma nova oportunidade de negócios para as empresas cearenses, principalmente para aquelas que atuam em Tecnologia da Informação e Comunicação, que começam a vender seus serviços e produtos de *software* e hardware par aquela região.

No cenário do século XXI o desafio das economias emergentes como a nossa é de gerar produtos com agregado tecnológico, com preços competitivos, capazes de competir no mercado global e, assim, gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida. Isso só é possível com educação voltada para o trabalho e definitivamente com a inclusão no mundo digital da Internet.

Como investimento específico do Estado se destaca as "Infovias do Desenvolvimento", caracterizadas por uma rede de fibras óticas interiorizadas e que interligam os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT e as Faculdades do CENTEC - FATECs em um total de 43 unidades educacionais, além de uma infra-estrutura que envolve: laboratórios de informática, bibliotecas, salas de aula e 21 salas de videoconferência em pontos distintos do território cearense.

A implementação do uso do software de natureza aberta ou livre (*open source*) em todos os segmentos da indústria, comércio e principalmente governo, alavancado por iniciativas do governo Federal, Estadual e municipal no nível administrativo e educacional repercutem favoravelmente na criação deste Curso de Técnico de Informática Integrado ao ensino Médio.

Portanto, a criação de produtos e serviços de qualidade na área de Tecnologia da Informação e Comunicação passa a ser um meio eficaz para gerar emprego, renda e negócios para o Estado do Ceará.

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará ciente da importância do seu papel no cenário de transformações que é hoje o mundo de trabalho decidiu com base nas demandas implantar o integrado conforme Decreto nº 5.154/04, reformulando seus currículos, re-interpretando o seu relacionamento com o segmento produtivo e buscando novos modelos curriculares.

Esses currículos, atendendo o sistema de ensino, serão organizados por competências e habilidades, procurando atender às demandas da sociedade, visando a uma boa formação de cidadão e profissional.

Com as novas diretrizes curriculares da educação profissional o foco de ensino está centrado no aprender a aprender. A ênfase dos conteúdos transfere-se para as competências que são construídas pelo sujeito que aprende. Essas competências envolvem os conhecimentos: o saber, que são as informações articuladas cognitivamente; as habilidades, ou seja, o saber fazer; e os valores, as atitudes, que são o saber ser e o saber conviver. Incluem, a capacidade para tomar decisões e ações tendo em vista os princípios políticos, éticos e estéticos da educação e o atendimento à dinâmica das transformações da sociedade.

Alicerçando e fundamentando este projeto propõe-se a ofertar habilitação técnica integrada ao ensino médio. Mas não se restringe apenas à oferta de habilidades, porque se amplia para a geração de competências, profissionalização e para o negócio. O projeto diversifica a formação e inclui estímulos à geração de novos produtos computacionais e à geração de empresas.

Desta forma, A SEDUC propõe ampliar suas atividades na formação do profissional de Informática, oferecendo um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio que abranja conhecimentos da área de informática, em consonância com as diversas competências indicadas pelo mercado e pelas comunidades externa e interna.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

Habilitar profissionais para desempenhar atividades técnicas, possibilitando ao educando o uso e a gestão da tecnologia da informação, computadores e sistemas operacionais, formando profissionais éticos, com autonomia intelectual e pensamento crítico preparando-o e orientando-o para a sua integração à vida prática e ao mundo do trabalho e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

1.2.2. Específicos

- Oportunizar condições para a construção de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico de Informática;
- Oferecer subsídios para o manuseio adequado dos equipamentos requeridos pela sua área de trabalho;
- Garantir a manutenção em equipamentos por meio de cursos e treinamentos específicos de *Hardware*;
- Promover o desenvolvimento de atitudes positivas para a mudança, tendo em vista os permanentes desafios que impõem o mundo produtivo, as flutuantes condições dos mercados e as inovações tecnológicas;
- Propiciar a aquisição de habilidades de interpretação, de análise, de iniciativa e de comunicação;
- Promover o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e trabalhar em equipe;
- Gerar condições para desenvolvimento de cursos e produtos de *Software*;
- Apoiar a formação de estudantes no interior do Estado com potencial acadêmico, tornando-os mais competitivos e mais aptos a cumprir as exigências do ensino superior de qualidade;
- Contribuir para a formação de parcerias entre empresários e empreendedores;
- Apoiar iniciativas empresariais locais, orientando os cursos e projetos de P&D para solucionar os problemas locais e para estimular o negócio TI.

REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

De acordo com o Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2009, a matrícula nas Escolas Estaduais de Educação profissional se dará da seguinte forma:

1. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGAS PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.1. Disponibilizar 6.800 vagas para compor a 1ª série do Ensino Médio das Escolas Estaduais de Educação Profissional no ano de 2010 nas 59 unidades em operação no Estado do Ceará.

1.2. Das vagas destinadas à composição das turmas de 1º ano do Ensino Médio, 80%, ou seja, (5.440) vagas, serão destinadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino e 20%, ou seja, (1.360) vagas serão destinadas a estudantes oriundos da rede particular de ensino conforme a Portaria Nº105/2009-GAB de 27/02/2009.

1.3. As vagas serão distribuídas nos 13 cursos oferecidos nas 59 Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. Dos critérios para inscrição de estudantes para a 1ª série do Ensino Médio das Escolas Estaduais de Educação Profissional para o ano de 2010.

2.1.1. Ter comprovadamente concluído o 9º ano do Ensino Fundamental;

2.1.2. Ter total disponibilidade de 2ª a 6ª feira para a jornada escolar integral das 7:00h às 17:00h;

2.1.3. Estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do Curso Profissional de sua opção.

2.2. Do local e período:

2.2.1. As inscrições serão realizadas nas Secretarias das Escolas Estaduais de Educação Profissional, cujos endereços encontram-se no anexo desta Portaria. O período e horário das inscrições serão estabelecidos conforme calendário divulgado pelas EEEP e respectivas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR, publicizados na página eletrônica da SEDUC.

2.3. Da documentação necessária:

2.3.1. Xerox de comprovante de residência (conta de luz, água, telefone ou correspondência bancária), cópia do Histórico Escolar ou declaração da conclusão do 9º ano do Ensino Fundamental, carimbados e assinados pelo(a) Diretor(a) e Secretário(a) da escola. Nestes documentos deverá constar a média anual de todos os componentes curriculares cursados pelo estudante no 9º ano.

2.4. Da ocorrência de duplicidade de inscrição:

2.4.1. No caso da ocorrência de duplicidade de inscrição em processo seletivo de estudantes para Escolas Estaduais de Educação Profissional, será considerada como válida apenas a primeira inscrição efetivada.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo constará da análise da documentação apresentada pelo estudante, onde não deverá existir qualquer emenda ou rasura.

3.2. A análise da documentação será realizada por Comissão constituída pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional e Coordenadorias

Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE ou Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Para o processo classificatório será considerada a maior média aritmética das notas relativas aos componentes curriculares cursados no 9º ano e que constam da documentação apresentada que trata o item 2.3.1.

4.2. A classificação será em ordem decrescente obedecendo ao número de vagas existentes nas respectivas escolas e de acordo com o curso pretendido.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Será classificado para ocupar a vaga disponibilizada, o estudante que, por ordem de prioridade:

- a) Obter maior média na disciplina Língua Portuguesa;
- b) Obter maior média na disciplina Matemática;
- c) Comprovar maior proximidade entre a sua residência e a EEEP.

5.2. Mantida a situação de empate, será priorizado o estudante que comprovadamente tiver a maior idade.

6. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados dos estudantes selecionados serão divulgados nas instalações das respectivas Escolas Profissionais e CREDES/SEFOR.

7. DA MATRÍCULA

7.1. A matrícula será realizada na Secretaria de cada EEEP viabilizada pelo sistema SIGE Escola (via web), no período e horário estabelecidos conforme calendário divulgado pelas Escolas, CREDES/SEFOR e somente será efetivada mediante a entrega de toda a documentação exigida.

7.2. Da documentação necessária:

- a) Requerimento de matrícula preenchido;
- b) Documento de transferência ou declaração de escolaridade da escola de origem;
- c) Histórico Escolar;
- d) 3 fotografias recentes e iguais;
- e) Cópia da certidão de nascimento;
- f) Ficha de saúde devidamente preenchida;

g) Perfil socioeconômico familiar devidamente preenchido.

8. DAS VAGAS REMANESCENTES

8.1. No caso da existência de vagas remanescentes em virtude de desistência ou do não comparecimento ao ato da efetivação da matrícula no período estabelecido no item 7.1, as mesmas serão disponibilizadas aos estudantes que estiverem posicionados imediatamente após àquele que obteve a última classificação.

9. DOS CASOS OMISSOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

9.1. Os casos omissos serão submetidos à apreciação e decisão da comissão citada no item 3.2.

9.2. O prazo para interposição de recursos é de 10 dias a contar da data de publicação dos resultados, devendo o interessado apresentar requerimento específico à Secretaria da EEEP neste prazo.

O processo seletivo poderá ser complementado com:

- realização de uma palestra sobre Iniciação Tecnológica, com objetivo de apresentar a educação profissional e a estrutura do curso;
- realização de uma entrevista, através da atuação de uma equipe multidisciplinar, contando com a participação de professores e pedagogos, com objetivo de verificar a motivação e aptidão para o curso.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Técnico em Informática é o profissional qualificado apto a desenvolver softwares em múltiplas linguagens de programação, bem como é capaz de configurar e manusear pelo menos de maneira básica sistemas operacionais, softwares e ferramentas auxiliares ao desenvolvimento e à administração da informação. Compete também a este profissional saber interpretar gráficos e ferramentas técnicas inerentes ao seu exercício, transformando em codificação de softwares. Compreender o funcionamento de computadores e mecanismos de comunicação é necessidade desejável para que possa solucionar problemas circunstanciais de inoperância dos sistemas.

Além das competências e habilidades exigidas para o exercício profissional, esses profissionais deverão evidenciar características psicossociais tais como: habilidade de relacionamento interpessoal, senso crítico e autocrítico, senso ético, autoconfiança e auto-estima compatíveis, iniciativa, empreendedorismo, flexibilidade, responsabilidade profissional, mente estratégica, espírito inovador, proatividade, empatia e espírito de liderança.

As competências e habilidades fundamentais deste técnico são:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;

- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber;
- Desenvolver ações empreendedoras em Tecnologia da Informação com caráter inovador criativo e dinâmico;
- Configurar e operar softwares básicos e afins às atividades de desenvolvimento de softwares;
- Ambientar-se com procedimentos técnicos e administrativos das empresas de Desenvolvimento de Software ou empresas necessitadas de seus serviços;
- Ter atitude ética no trabalho e no convívio social;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e,
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas.

04. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decretos nº 5.154/2004 e, nº 5.840/2006, nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2000, nº 01/2004 e nº 01/2005, bem como nas diretrizes definidas no projeto pedagógico da Escola.

A organização do curso está estruturada na matriz curricular constituída por uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos de:

- Educação básica, que integra disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), observando as especificidades de um currículo integrado com a educação profissional; e
- Parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos; e
- Educação profissional que integra disciplinas específicas da área de Informática.

4.1. Matriz Curricular

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática integrado ao Ensino Médio está organizado em regime seriado semestral, com uma carga-horária de disciplinas de 4.000 horas, acrescida de 260 horas de estágio supervisionado e de 1.140 horas de atividades

complementares, totalizando uma carga-horária de 5.400 horas. A Tabela 1 descreve a Matriz Curricular para o curso.

COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO		2º ANO		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
BASE COMUM													
LINGUAGENS E CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS													
Língua Portuguesa	5	100	4	80	4	80	4	80	4	80	4	80	500
Artes	1	20	1	20									40
Língua Estrangeira: inglês	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Língua Estrangeira: espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Educação Física	2	40	2	40	1	20	1	20	1	20	1	20	160
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS													
História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS													
Matemática	5	100	4	80	4	80	4	80	4	80	4	80	500
Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
SUBTOTAL	28	560	26	520	24	480	24	480	24	480	24	480	3000
FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
Informática Básica			5	100									100
Lógica de Programação I			4	80									80
Lógica de Programação II					2	40							40
Sistemas Operacionais					2	40							40
Fundamentos de Orientação a Objetos					2	40							40
Redes de Computadores					4	80							80
Arquitetura e Manutenção de Computadores I					2	40							40
Gestão e Empreendedorismo					2	40							40
Técnica de Implementação de Banco de Dados							4	80					80
Análise de Sistema							4	80					80
Fundamentos de Banco de Dados							4	80					80
Programação Orientada a Objetos I							4	80					80
Arquitetura e Manutenção de Computadores II							2	40					40
Programação para Web									5	100			100
Estágio Supervisionado I									5	100			100
Programação Orientada a Objetos II									4	80			80
Estágio Supervisionado II											8	160	160
SUBTOTAL			9	180	14	280	18	360	14	280	8	160	1260
TOTAL	28	560	35	700	38	760	42	840	38	760	32	640	4260

Como complementação da carga-horária total do curso (5.400h), serão desenvolvidas atividades complementares, tais como:

- Atividades relacionadas à prática profissional, onde se incluem visitas às empresas, participação em palestras, simpósios, seminários, discussão de temas ligados à área profissional, dentre outros.

- Atividades correspondentes à parte diversificada do currículo, tais como: Horário de Estudo, Tese, Formação para a Cidadania, Laboratório de Ciências, Temáticas – Práticas e Vivências, e Oficinas que abordem temas de interesse dos estudantes.

4.2. Práticas Pedagógicas Previstas

As práticas educativas previstas no currículo estarão orientadas pelos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos e legais que subsidiam a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados definidos pelo MEC e pelo Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.

Uma grande referência para a implantação da Escola Estadual de Educação Profissional tem sido a experiência do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO de Pernambuco. Desta experiência a Secretaria de Educação, tem se apropriado especialmente de sua filosofia de gestão denominada TESE – Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional – que está servindo de base para a definição dos princípios básicos do trabalho nas escolas. Seus principais pressupostos para a prática pedagógica, são os seguintes:

Protagonismo juvenil: O conceito de protagonismo no âmbito desta proposta compreende a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola. Portanto, o jovem como partícipe em todas as ações da escola e construtor do seu projeto de vida. Neste sentido, a equipe da Escola Estadual de Educação Profissional (núcleo gestor, professores e demais servidores) deve criar condições para que o jovem possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver); e pessoal (aprender a ser).

Formação continuada: a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu autodesenvolvimento.

Atitude empresarial: isto significa, essencialmente, o foco no alcance dos objetivos e resultados pactuados. A Escola Estadual de Educação Profissional deve ser eficiente nos processos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e eficaz nos resultados.

Corresponsabilidade: educadores, pais, alunos, SEDUC e outros parceiros comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a eficiência nos processos e a eficácia nos resultados.

A relação teoria-prática na estrutura curricular do curso conduz a um fazer pedagógico no qual atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes em todos os períodos letivos.

Replicabilidade: A replicabilidade diz respeito à possibilidade de aplicação de uma dada solução em outras situações concretas, e à possibilidade de se adaptar a alternativa técnica a outras situações. A replicabilidade diz respeito, portanto, à aplicação da Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional – TESE em outras escolas.

A referida tecnologia social visa dar suporte para que a escola modifique seus processos em prol da qualidade da prática educativa, priorizando essa vertente como um dos elementos estratégicos da gestão escolar socialmente responsável.

4.3. Indicadores Metodológicos

Neste Plano de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da educação básica com a educação profissional, assegurando uma formação integral dos estudantes.

Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas do estudante da escola pública, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares. Faz-se necessário também reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno. Nesse sentido é recomendada a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, tais como:

- Problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Propiciar condições para que o aluno possa ser um agente ativo nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Adotar atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas; e,
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar.
- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- Elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização, a trans e a interdisciplinaridade;
- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- Sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa;
- Ministras aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A adoção dos procedimentos acima citados para a realização do curso favorecerão a intermediação do docente no processo de aprendizagem, privilegiando situações ativo-participativas, visando à socialização do saber, à construção e reconstrução coletiva de conhecimentos, ao desenvolvimento de níveis de competências mais complexas como a capacidade de síntese, de análise, de avaliar e resolver problemas, bem como ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes.

Dar-se-á ênfase à resolução de problemas, envolvendo situações diversificadas e similares às encontradas no contexto real de trabalho, o que possibilitará ainda o exercício da transversalidade pela abordagem integradora, contextualizada e interdisciplinar das questões a serem trabalhadas. Além desta estratégia, outras também serão contempladas como evidência das práticas, pelos alunos, para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas: palestras, seminários, fóruns de debates, pesquisas de campo, estudo de caso, dramatizações, estágios, atividades laboratoriais, dinâmicas de grupo, oficinas, estudos por projeto.

Relativo a estudo por projetos, implicará em o grupo explorar um conjunto de conteúdos importantes para o domínio de competências/habilidades de todos os módulos. Os projetos destes estudos serão negociados com os alunos e, na ocasião, serão levantadas as reais necessidades da prática, as competências/habilidades a serem trabalhadas e como isto poderá ser articulado com os conhecimentos obtidos. Para realização deste procedimento, três fases não-estranques serão configuradas: *problematização* (problemas contextualizados aos temas em estudo), *desenvolvimento* (criação de situações de trabalho dentro e fora do espaço da Escola) e *síntese* (superação de convicções iniciais e construção de outras mais complexas, servindo de conhecimento para novas situações de aprendizagem).

A operacionalização sistemática do curso se dará em ambientes convencionais de sala de aula, em laboratórios da Instituição, em empresas e em outras organizações sociais que se fizerem necessárias à realização do curso.

4.4. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado obrigatório será realizado a partir do 3º ano e terá carga horária total de 260 horas, sendo antecedido por vivências profissionais iniciais mais abrangentes, denominadas de estágio complementar não obrigatório, de 340 horas, o que contabiliza uma carga horária total de 600 horas, distribuídas em 02 períodos, a saber, Estágio I e Estágio II. As práticas de estágios serão amparadas pela nova Lei Federal de Estágios publicada em no dia 26 de setembro de 2008, Lei 11. 788/08 que regula as atividades de estágio em todo território nacional e pelo Decreto Estadual 29.704, de 08 de abril de 2009.

Conforme as referidas Leis o estágio se trata de uma atividade associada à educação, funcionando como uma espécie de apresentação do estudante à vida profissional. Os estágios são divididos em obrigatórios e não-obrigatórios. Somente para os obrigatórios é que a nova lei estabelece requisitos básicos e ainda indica que não criará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Quanto a forma de realização dos estágios previstos neste projeto, fica definido o seguinte:

4.5. Estágio I

O Estágio I, será supervisionado por professor orientador. Configura-se como espaço de vivência profissional inicial mais abrangente, por meio de seminários, oficinas, visitas técnicas, numa perspectiva de ambientação prática à profissão. É um momento único na vida do

estudante, uma vez que dá a ele a oportunidade de ter contato com a prática profissional e, ao mesmo tempo, exige dele o aprendizado de uma das características mais importantes do bom profissional: a responsabilidade.

4.6. Estágio Supervisionado ou Estágio II – (Estágio obrigatório)

Conforme o Art. 3º na hipótese do § 1º da Lei 11.788/08 o estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final, bem como, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Quanto à carga horária:

O limite de carga horária de 4 horas diárias (20 semanais).

Quanto à concessão de bolsas:

O estágio curricular obrigatório não dá direito à bolsa, ficando a critério da SEDUC deliberar sobre.

Quanto à integralização curricular e acompanhamento:

O estágio supervisionado estará integrado à organização curricular do curso contabilizado a carga horária para fins de certificação e ou diplomação;

O plano de atividades do estagiário fará parte da proposta pedagógica do curso e será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante, o qual estará relacionado a à formação cultural e profissional do educando;

O professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e deverá exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, de relatório das atividades, bem como, deverá zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

As atividades programadas para o estágio curricular deste curso poderão desenvolver-se em forma de projetos supervisionados pelo orientador de estágio e deverão manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no Curso, da seguinte forma:

- Visita a estabelecimentos comerciais para diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de sistemas;
- Desenvolvimento de softwares e soluções empresariais dentro da própria empresa ou órgão interessado;
- Dar suporte em manutenção e instalação de microcomputadores e Redes de Computadores;
- Configuração de Sistemas Operacionais quanto aos aspectos de segurança, acesso e uso e de softwares como de escritório.

No caso das escolas no interior do estado, poderá ser utilizado o laboratório de hardware para simulações de suporte.

Plano de realização do estágio supervisionado

Para viabilizar os estágios, serão firmada cooperação técnica com organizações vinculadas à área do curso. Também serão realizadas visitas técnicas no decorrer do curso.

Essa atividade visa consolidar as competências profissionais previstas no Plano de Curso, proporcionando aos alunos condições de estagiar em 03 (três) áreas: **Suporte** (Hardware/Helpdesk); **Desenvolvimento de Sistemas** ou ainda **Instrutor de Informática**. Em cada uma das áreas o aluno deverá:

- aplicar, em situação real, os conhecimentos adquiridos;
- superar lacunas de aprendizagem, percebendo suas próprias deficiências para o aprimoramento profissional;
- desenvolver uma atitude de trabalho sistematizado;
- familiarizar-se com os procedimentos usuais, próprios de uma empresa comercial;
- estimular a capacidade de observação, de análise e de síntese no contato direto com as tarefas próprias ao desempenho de sua futura ocupação;
- incorporar uma postura empresarial focada em resultados através do desenvolvimento de soluções para situações problemas concretas observadas nas organizações empresariais que serão campo de estágio.

A avaliação do estágio envolverá apuração de freqüência e avaliação da qualidade, eficiência e eficácia dos projetos desenvolvidos com foco nas situações coletadas no campo de estágio.

Para apuração de freqüência será exigido o percentual de 100% (cem por cento) de cumprimento da carga horária prevista para o estágio.

A avaliação de aproveitamento incidirá sobre conhecimentos e capacidades sistematizados em um instrumental específico (registro de observação). Será aprovado o aluno que alcançar aproveitamento em todos os itens da listagem de competências básicas.

Ficará reprovado o aluno que não cumprir integralmente o estágio previsto para cada módulo, considerando a apuração de frequência e o aproveitamento.

Durante os estágios, os alunos cumprirão, também, as normas e procedimentos administrativos do local cedido para tal fim, sendo orientados para isso.

Para a validade do estágio, os documentos indicados a seguir integrarão o prontuário do aluno:

- Acordo de cooperação.
- Ficha de acompanhamento.
- Relatório de estágio.
- Projeto ou plano de negócios.

O relatório do estágio deverá conter:

- Identificação do estagiário.
- Identificação do local do estágio.
- Identificação do orientador.
- Responsável pelo setor da empresa
- Descrição das características e dos objetivos da instituição que ofereceu o campo de estágio.
- Diagnóstico da situação em que focará o plano de negócios.
- Descrição das atividades desenvolvidas.
- Data e assinatura do estagiário e do orientador.

4.7. Responsabilidades do concedente:

De acordo com o capítulo III da Lei 11.788/08, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

4.8 Responsabilidades da instituição de ensino/SEDUC:

Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando e compatibilidade das atividades a serem desenvolvidas com a proposta curricular do curso;

Coordenar o processo pedagógico do estágio curricular supervisionado

Contratar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio.

Preparar o estagiário, em instância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa.

Orientar as atividades práticas, discriminadas no Plano de Atividades do estagiário.

Monitorar a execução do termo cooperativo técnico, zelando pelo cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas.

- **Carga horária:** jornada de até 04 (quatro) horas semanais.

05. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática Integrado ao Ensino Médio, o aproveitamento de estudos e a certificação de competências adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão conforme descrito a seguir:

-Aproveitamento de Competências: As competências anteriores adquiridas pelos alunos poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente.

Os conhecimentos e experiências que poderão ser aproveitados no curso são aqueles adquiridos:

- No Ensino Médio;
- Em cursos de qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluído em outros cursos de educação profissional técnica de nível médio, mediante avaliação do aluno, se esses conhecimentos tiverem sido adquiridos há mais de 05 (cinco) anos;
- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, mediante avaliação do aluno;
- No trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;

. Os reconhecidos em processos de certificação profissional;

Os conhecimentos e experiências desenvolvidos no Ensino Médio que poderão ser aproveitados são aqueles que constituem competências gerais para o conjunto da área, bem como os relacionados às competências requeridas em módulos intermediários de qualificação profissional, integrantes do itinerário da habilitação profissional. As competências adquiridas em qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em cursos de escolas devidamente autorizados, ou processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional de conclusão pretendido.

As competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais poderão ser aproveitadas mediante avaliação das competências do aluno.

O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do desenvolvimento (dos módulos ou do curso), em tempo hábil para deferimento pela direção da Unidade e a devida análise por parte de quem caberá a avaliação de competências e a indicação de eventuais complementações.

Os que procedem à avaliação para aproveitamento de competências apresentarão relatório que será arquivado no prontuário individual do aluno, juntamente com os documentos que instituirão esse processo.

. **O aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos** adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso são tratados pelo Regulamento das Unidades Escolares que ofertam os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da rede estadual de educação do Estado do Ceará.

06. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Neste plano do Curso Técnico de Nível Médio em Informática Integrado ao Ensino Médio, considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem disciplina o acompanhamento e a verificação do desempenho escolar do aluno, em relação às competências propostas, bem como em relação ao perfil desejado, tendo como objetivos:

- diagnosticar dificuldades de aprendizagem, tendo em vista a recuperação do aluno e o replanejamento das atividades escolares;
- possibilitar ao aluno uma auto-avaliação sobre o desenvolvimento de suas competências, de modo a interessá-lo em seu próprio progresso e aperfeiçoamento;
- obter informações para decidir sobre a promoção do aluno e reorganização das classes;
servir ao professor como elemento de reflexão contínua sobre a sua prática educativa.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- consenso dos critérios e indicadores de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação das competências será feita por módulos e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e construção de conhecimentos, habilidades e valores. A referida avaliação a recuperação, a promoção e retenção de alunos serão regidas pelas normas aqui fixadas e pelo constante no Regimento Escolar, norteadas pela LDB 9.394/96, em termos dos seguintes critérios e procedimentos:

- A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas.
- Os instrumentos de avaliação deverão ser adequados e conforme a natureza da competência a ser avaliada;
- Haverá a observação constante do aluno feita pelo professor, subsidiado por informações da Equipe técnico-pedagógica;
- O desempenho das competências será avaliado através de indicadores e será anotado em ficha de acompanhamento do desempenho escolar;
- A Escola adotará relatório individual com recomendações aos alunos, nos casos de rendimento insatisfatório, visando a construção das competências não desenvolvidas.
- A reprovação entre módulos será evitada, constituindo-se em opção a ser tomada somente após esgotados todos os procedimentos possíveis de aprendizagem e consolidação das competências pretendidas;
- O registro final do desenvolvimento de cada competência retratará o resultado obtido através dos indicadores de avaliação, ao término de cada módulo, sendo efetivado somente após a recuperação paralela, no caso de alunos com déficits de aprendizagem, no decorrer do módulo ou semestre;

- A recuperação constituirá parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, enquanto medida preventiva e corretiva e será realizada de forma contínua, no decorrer das aulas regulares e de forma paralela durante o período letivo, com programação específica prevista no planejamento e fora do horário de aulas regulares.
- Constituirão atividades de recuperação: orientação de estudos e outras atividades desenvolvidas pela Escola, através de docentes designados pelo Diretor. Haverá recuperação intensiva após o período letivo, para alunos que não tenham desenvolvido as competências previstas nos módulos, desde que apresentem aproveitamento global que demonstre a viabilidade da recuperação, a ser considerado pelo Conselho de Classe.

07. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

Deverão compor o quadro de instalações necessárias para a realização do curso:

- Laboratório de Informática; (Especificação em anexo)
- Salas de Aula;
- Sala de Estudos; e,
- Biblioteca.

A Unidade Escolar disporá de uma Biblioteca, contendo espaços para estudo individual e em grupo. A Biblioteca operará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propiciará a reserva de exemplares conforme a política de empréstimos, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo estará dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos.

08. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Unidade Escolar dispõe de um quadro de servidores composto de professores das disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias) e professores especialistas nas disciplinas técnicas profissionalizantes de informática além da equipe técnica-administrativa que dá suporte ao trabalho pedagógico, social, administrativo e de manutenção das instalações. (Quadro em anexo)

09. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso de Ensino Médio Integrado em Informática e da realização do correspondente estágio profissional, será conferido ao egresso o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Informática**

Anexo I . PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL

EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)

I. **Dominar linguagens (DL):** dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

II. **Compreender fenômenos (CF):** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. **Enfrentar situações-problema (SP):** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. **Construir argumentação (CA):** relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. **Elaborar propostas (EP):** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

H1 - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.

H2 - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.

H3 - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.

H4 - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

Competência de área 2 - Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.

H5 – Associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema.

H6 - Utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.

H7 – Relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social.

H8 - Reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística.

Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

H9 - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.

H10 - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.

H11 - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.

Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.

H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.

H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.

H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução.

H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.

Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.

H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados.

H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.

Competência de área 9 - Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-o aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

H28 - Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.

H29 - Identificar pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação.

H30 - Relacionar as tecnologias de comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

**ESCOLA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP**
ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Curso Técnico de Nível Médio em
Informática

Plano de Curso

Fortaleza - CE
2014



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Governador

Cid Ferreira Gomes

Vice Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Secretária da Educação

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretário Adjunto

Maurício Holanda Maia

Secretário Executivo

Antônio Idilvan de Lima Alencar

Assessora Institucional do Gabinete da Seduc

Cristiane Carvalho Holanda

Coordenadora da Educação Profissional - SEDUC

Andréa Araújo Rocha

SUMÁRIO

01. Justificativa e Objetivos do Curso	07
02. Requisitos e Formas de Acesso	13
03. Perfil Profissional de Conclusão	14
04. Organização Curricular	15
05. Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação por Competências	28
06. Critérios de Avaliação de Aprendizagem	29
07. Instalações, Equipamentos e Biblioteca	30
08. Pessoal Docente e Técnico Administrativo	31
09. Certificados e Diplomas	31
10. Anexos	32
10.1. Disciplinas da Formação Geral	32
10.2. Disciplinas da Formação Profissional	143

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

1.1. Justificativa

Pesquisa feita pelo instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o radar Social 2005, apresenta uma análise dos indicadores sociais do Brasil, um panorama abrangente no tocante ao acesso da população à saúde, à educação, ao trabalho, à renda, à moradia e à segurança, com dados nacionais e estaduais. O estudo traz uma radiografia com vários pontos preocupantes. O Brasil ainda detém uma das maiores concentrações de renda do mundo, apresenta desigualdade social em elevação, aumento da informalidade e do desemprego. Fica, então, cada vez mais evidente a necessidade de políticas que primem pela continuidade e visão de longo prazo, pelo constante aperfeiçoamento das ações através do fortalecimento da participação e controle social, e pela ampliação dos investimentos direcionados aos municípios do interior, contribuindo para a redução das disparidades regionais.

Nesse contexto, o Ceará ainda apresenta altas taxas de desemprego e incômodas desigualdades econômicas e sociais. Para exemplificar no Ceará, o nível de pobreza e desigualdade se reflete no fato de que os 10% mais ricos possuem 52% da renda total e os 50% mais pobres, apenas 12,5%. A Região Metropolitana de Fortaleza detém 41% da população do Estado e cresce a taxas de 3,3% ao ano. Enquanto isso, há regiões em que tal crescimento não alcança os 0.4%. Isso significa que segmentos da população urbana da capital e de algumas poucas cidades do interior apresentam padrões de vida mais satisfatórios, as periferias urbanas e o meio rural do semi-árido enfrentam graves problemas de inclusão social, com incidências no extremo da pobreza absoluta.

Repete-se no estado o mesmo quadro de desemprego do país, agravado pelo fato de ter baixos indicadores no setor educacional, em comparação com a média do ensino brasileiro, e o meio rural ser vítima de um ambiente natural que combina irregularidade climática com baixa capacidade agrícola em todo semi-árido, que representa 80% do território cearense.

Esta situação é, na prática e em tese, mais grave que na média da situação brasileira e somente poderá ser corrigida se houver um esforço gigantesco para dotar a grande massa de jovens que chega ao mercado de trabalho (uma parte que busca sua primeira oportunidade de trabalho) com habilidades para manejar o mais universal dos instrumentos de trabalho da sociedade moderna, o computador, com todas as variantes permitidas e possíveis no contexto informacional e no seu horizonte no mundo do trabalho.

Por outro lado surgem indicativos do crescimento brasileiro na área de informática são os dados sobre o mercado de computadores em 2005, divulgados pela consultoria IDC Brasil. Segundo a consultoria foram vendidos cerca de 5,5 milhões de PCs no país em 2005, 36,2% a mais do que o observado no ano de 2003. É um crescimento superior às taxas observadas em anos anteriores. Em 2004, por exemplo, as vendas subiram 32% ante 2003. Em 2002, por exemplo, o percentual foi próximo a zero. De acordo com estimativa da consultoria, o faturamento com a venda de computadores pessoais somou US\$ 12, 8 bilhões em 2005, o que representou 29% do faturamento da indústria de tecnologia. Em 2004, o percentual foi de 26%. Este crescimento reflete no aumento da demanda por serviços e, conseqüentemente, de profissionais especializados.

Em matéria publicada no Correio da Bahia, em maio de 2004, o representante da Assessoria-SP, Célio Antunes, afirma que, apesar de a oferta ser grande, o setor de informática está aberto apenas a profissionais que tenham conhecimentos amplos. “O mercado está procurando profissionais com conhecimentos híbridos e universalizados”, afirma.

O levantamento realizado pelo Centro de Integração Escola Empresa – CIEE, em fevereiro de 2006, apresenta a demanda do mercado por profissionais com conhecimentos amplos. Segundo o levantamento as necessidades apresentadas pelas empresas na área de informática vão desde a montagem, configuração e manutenção até o desenvolvimento, administração e suporte de redes e softwares. Segue, abaixo, o perfil profissional requisitado pelo mercado em 2005, segundo o CIEE.

Com base nesse cenário apresenta-se uma proposta de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, concentrada em negócio e renda, habilitando jovens estudantes, do ensino médio, na utilização de ferramentas de informática, hoje, consideradas imprescindíveis na busca ou manutenção do emprego. O mesmo é verdade para as crianças do ensino fundamental que precisam de instrumentos capazes de dar mais qualidade à educação, requisito essencial para os grandes projetos de inclusão social dos governos brasileiros federal, estadual e municipal.

Associada à questão geral das habilidades, que serve indiscriminadamente a todas as pessoas de todos os níveis educacionais e necessários ao trabalho não agrícola e do agro-negócio de qualquer natureza, o projeto em pauta abre a oportunidade de profissionalização e competências nas diferentes modalidades do emprego em Tecnologia da Informação e Comunicação – software e hardware e se completa com o estímulo ao empreendedorismo e à geração do negócio em computação, tendo como referencial os seguintes elementos:

1. Formar profissionais de nível médio para atuar em todas as circunstâncias nas quais se desenvolvam atividades laborais identificadas no mundo do trabalho relacionadas à criação, produção e instalação de tecnologias de comunicação e informação, tanto na produção de bens como de serviços.
2. Articular e interagir a educação para o trabalho, à ciência e à tecnologia e conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.
3. Propiciar situações de ensino e aprendizagem para aquisição de competências laborais, em consonância com o mundo do trabalho e a realidade regional, de forma a poder elencar, articular e mobilizar os valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.
4. Conscientizar o profissional Técnico em Informática da necessidade de aprimorar constantemente seus conhecimentos e habilidades, através de formação contínua.
5. Contribuir para a ampliação e agilização do atendimento às necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade regional.
6. Possibilitar a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos profissionalmente, no setor de informática, para fins de prosseguimento e conclusão de estudos.

Nos últimos anos, graças aos esforços de fortalecimento da infraestrutura física e de serviços do Estado do Ceará, houve avanços em diferentes segmentos da economia. O investimento em ações ligadas à geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, pouco identificado como infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, encontra-se mais reconhecido e valorizado. Outro fator pertinente é a proximidade do Ceará a outros continentes tem criado excelentes oportunidades de negócios com grandes centros consumidores.

Destaca-se ainda o crescimento das exportações dos produtos cearenses para o continente africano, particularmente para Cabo Verde e África Portuguesa, cria uma nova oportunidade de negócios para as empresas cearenses, principalmente para aquelas que atuam em Tecnologia da Informação e Comunicação, que começam a vender seus serviços e produtos de *software* e *hardware* par aquela região.

No cenário do século XXI o desafio das economias emergentes como a nossa é de gerar produtos com agregado tecnológico, com preços competitivos, capazes de competir no mercado global e, assim, gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida. Isso só é possível com educação voltada para o trabalho e definitivamente com a inclusão no mundo digital da Internet.

Como investimento específico do Estado se destaca as “Infovias do Desenvolvimento”, caracterizadas por uma rede de fibras óticas interiorizadas e que interligam os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT e as Faculdades do CENTEC - FATECs em um total de 43 unidades educacionais, além de uma infra-estrutura que envolve: laboratórios de informática, bibliotecas, salas de aula e 21 salas de videoconferência em pontos distintos do território cearense.

A implementação do uso do software de natureza aberta ou livre (*open source*) em todos os segmentos da indústria, comércio e principalmente governo, alavancado por iniciativas do governo Federal, Estadual e municipal no nível administrativo e educacional repercutem favoravelmente na criação deste Curso de Técnico de Informática Integrado ao ensino Médio.

Portanto, a criação de produtos e serviços de qualidade na área de Tecnologia da Informação e Comunicação passa a ser um meio eficaz para gerar emprego, renda e negócios para o Estado do Ceará.

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará ciente da importância do seu papel no cenário de transformações que é hoje o mundo de trabalho decidiu com base nas demandas implantar o integrado conforme Decreto nº 5.154/04, reformulando seus currículos, re-interpretando o seu relacionamento com o segmento produtivo e buscando novos modelos curriculares.

Esses currículos, atendendo o sistema de ensino, serão organizados por competências e habilidades, procurando atender às demandas da sociedade, visando a uma boa formação de cidadão e profissional.

Com as novas diretrizes curriculares da educação profissional o foco de ensino está centrado no aprender a aprender. A ênfase dos conteúdos transfere-se para as competências que são construídas pelo sujeito que aprende. Essas competências envolvem os conhecimentos: o saber, que são as informações articuladas cognitivamente; as habilidades, ou seja, o saber fazer; e os valores, as atitudes, que são o saber ser e o saber conviver. Incluem, a capacidade para tomar decisões e ações tendo em vista os princípios políticos, éticos e estéticos da educação e o atendimento à dinâmica das transformações da sociedade.

Alicerçando e fundamentando este projeto propõe-se a ofertar habilitação técnica integrada ao ensino médio. Mas não se restringe apenas à oferta de habilidades, porque se amplia para a geração de competências, profissionalização e para o negócio. O projeto diversifica a formação e inclui estímulos à geração de novos produtos computacionais e à geração de empresas.

Desta forma, A SEDUC propõe ampliar suas atividades na formação do profissional de Informática, oferecendo um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio que abranja conhecimentos da área de informática, em consonância com as diversas competências indicadas pelo mercado e pelas comunidades externa e interna.

1.2. Objetivos

São objetivos do Ensino Médio, conforme Artigo 35 da Lei 9394/96:

- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- Oferecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados à teoria com prática, no ensino de cada disciplina.

No que se refere à educação profissional o objetivo geral da proposta é de preparar profissionais técnicos de nível médio, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico para aplicar métodos de comercialização de bens e serviços.

1.3. Objetivo do Curso

Habilitar profissionais para desempenhar atividades técnicas, possibilitando ao educando o uso e a gestão da tecnologia da informação, computadores e sistemas operacionais, formando

profissionais éticos, com autonomia intelectual e pensamento crítico preparando-o e orientando-o para a sua integração à vida prática e ao mundo do trabalho e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

Objetivos específicos da formação de Técnicos em Informática:

- Oportunizar condições para a construção de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico de Informática;
- Oferecer subsídios para o manuseio adequado dos equipamentos requeridos pela sua área de trabalho;
- Garantir a manutenção em equipamentos por meio de cursos e treinamentos específicos de *Hardware*;
- Promover o desenvolvimento de atitudes positivas para a mudança, tendo em vista os permanentes desafios que impõem o mundo produtivo, as flutuantes condições dos mercados e as inovações tecnológicas;
- Propiciar a aquisição de habilidades de interpretação, de análise, de iniciativa e de comunicação;
- Promover o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e trabalhar em equipe;
- Gerar condições para desenvolvimento de cursos e produtos de *Software*;
- Apoiar a formação de estudantes no interior do Estado com potencial acadêmico, tornando-os mais competitivos e mais aptos a cumprir as exigências do ensino superior de qualidade;
- Contribuir para a formação de parcerias entre empresários e empreendedores;
- Apoiar iniciativas empresariais locais, orientando os cursos e projetos de P&D para solucionar os problemas locais e para estimular o negócio TI.

2. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

A cada início de ano são disponibilizadas vagas nas turmas de 1º ano nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP e as mesmas são preenchidas observando-se alguns critérios. Esses critérios são dispostos numa Portaria de Matrícula que traz as normas gerais para a matrícula de alunos nas escolas públicas estaduais, e em seu anexo, as normas para ingresso nas EEEPs. Essa Portaria é publicada no Diário Oficial do Estado ao final de cada ano, como forma de regular o processo de matrícula dos alunos.

Existem alguns critérios básicos para o acesso dos alunos à EEEP:

- O aluno precisa ter concluído o 9º ano do Ensino Fundamental;
- Ter disponibilidade de segunda a sexta-feira para o cumprimento da jornada integral, das 7h às 17h;
- Ter idade mínima de 14 anos completos até a data referência do Censo Escolar;
- Ter idade mínima de 14 anos e seis meses até data referência do Censo Escolar, para os cursos do Eixo Ambiente e Saúde;
- Estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do curso técnico de sua opção;
- Apresentar a documentação exigida pela escola;
- Ser classificado, dentro do limite de vagas, de acordo com a média geral das disciplinas cursadas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

As vagas remanescentes são preenchidas, até 30 dias após o início do ano letivo, para os cursos em que há disciplina técnica já no primeiro semestre. E até a data referência do Censo Escolar (última quarta-feira de maio), para os cursos em que não há disciplinas técnicas no primeiro semestre.

3. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Informática é o profissional qualificado a desenvolver softwares em múltiplas linguagens de programação, bem como é capaz de configurar e manusear pelo menos de maneira básica sistemas operacionais, softwares e ferramentas auxiliares ao desenvolvimento e à administração da informação. Compete também a este profissional saber interpretar gráficos e ferramentas técnicas inerentes ao seu exercício, transformando em codificação de softwares. Compreender o funcionamento de computadores e mecanismos de comunicação é necessidade desejável para que possa solucionar problemas circunstanciais de inoperância dos sistemas.

Assim, o profissional técnico em Informática está apto a desenvolver sistemas através de análise e programação; montar, instalar e configurar todos os componentes de software, hardware e redes de pequeno e médio porte.

As competências e habilidades fundamentais deste técnico são:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber;
- Desenvolver ações empreendedoras em Tecnologia da Informação com caráter inovador criativo e dinâmico;
- Configurar e operar softwares básicos e afins às atividades de desenvolvimento de softwares;
- Ambientar-se com procedimentos técnicos e administrativos das empresas de Desenvolvimento de Software ou empresas necessitadas de seus serviços;
- Ter atitude ética no trabalho e no convívio social;

- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e,
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decretos nº 5.154/2004 e, nº 5.840/2006, nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2000, nº 01/2004 e nº 01/2005, bem como nas diretrizes definidas no projeto pedagógico da Escola.

A organização do curso está estruturada na matriz curricular constituída por uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos de:

- Formação Geral, educação básica que integra disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), observando as especificidades de um currículo integrado com a educação profissional;
- Formação profissional que integra disciplinas específicas da área de Informática; e
- Parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos.

4.1. Matriz Curricular

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática integrado ao Ensino Médio está

organizado em regime seriado semestral, com uma carga-horária de disciplinas de 3.860 horas, acrescida de 260 horas de Estágio Curricular, e mais 1.280 horas de parte diversificada, totalizando uma carga-horária de 5.400 horas.

Como complementação da carga horária total do curso (5.400h), serão desenvolvidas atividades complementares, tais como:

- Atividades relacionadas à prática profissional, onde se incluem visitas às empresas, participação em palestras, simpósios, seminários, discussão de temas ligados à área profissional, dentre outros;
- Atividades correspondentes à parte diversificada do currículo, tais como: Horário de Estudo, Projeto de Vida, Empreendedorismo, Formação para a Cidadania, Projetos Interdisciplinares e Mundo do Trabalho.

A Tabela 1 descreve a Matriz Curricular para o curso.

Tabela 1. Matriz Curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática

COMPONENTES CURRICULARES/ANO		1º ANO		2º ANO				3º ANO				TOTAL		
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM			2º SEM	
		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T		S	T
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
	Artes	1	20	1	20									40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	5	100	4	80	3	60	3	60	3	60	3	60	420
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL		25	500	24	480	21	420	21	420	20	400	20	400
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	5	100											100
	Lógica de Programação			5	100									100
	Arquitetura e Manutenção de Computadores			5	100									100
	HTML / CSS			3	60									60
	Sistemas Operacionais					4	80							80
	P.O.O / JAVA					5	100							100
	Java Script / PHP					5	100							100
	Redes de Computadores							5	100					100
	Banco de Dados							5	100					100
	PHP / MySQL							5	100					100
	Laboratório Hardware									5	100			100
	Laboratório de Software									5	100			100
	Laboratório WEB									5	100			100
	Estágio Curricular											13	260	260
SUBTOTAL		5	100	13	260	14	280	15	300	15	300	13	260	1.500
TOTAL		30	600	37	740	35	700	36	720	35	700	33	660	4.120

4.2. Práticas Pedagógicas Previstas

As práticas educativas previstas no currículo estarão orientadas pelos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos e legais que subsidiam a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados definidos pelo MEC e pelo Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Uma grande referência para a implantação da Escola Estadual de Educação Profissional tem sido a experiência do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental - PROCENTRO de Pernambuco. Desta experiência a Secretaria de Educação, tem se apropriado especialmente de sua filosofia de gestão denominada TESE - Tecnologia Empresarial Sócio Educacional – que está servindo de base para a definição dos princípios básicos do trabalho nas escolas. Seus principais pressupostos para a prática pedagógica são os seguintes:

Protagonismo juvenil: O conceito de protagonismo no âmbito desta proposta compreende a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola. Portanto, o jovem como partícipe em todas as ações da escola e construtor do seu projeto de vida. Neste sentido, a equipe da Escola Estadual de Educação Profissional (núcleo gestor, professores e demais servidores) deve criar condições para que o jovem possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver); e pessoal (aprender a ser).

Formação continuada: a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu autodesenvolvimento.

Atitude empresarial: isto significa, essencialmente, o foco no alcance dos objetivos e resultados pactuados. A Escola Estadual de Educação Profissional deve ser eficiente nos processos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e eficaz nos resultados.

Corresponsabilidade: educadores, pais, alunos, SEDUC e outros parceiros comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a eficiência nos processos e a eficácia nos resultados.

A relação teoria prática na estrutura curricular do curso conduz a um fazer pedagógico no qual atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes em todos os períodos letivos.

Replicabilidade: A replicabilidade diz respeito à possibilidade de aplicação de uma dada solução em outras situações concretas, e à possibilidade de se adaptar a alternativa técnica a outras situações. A replicabilidade diz respeito, portanto, à aplicação da Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional - TESE em outras escolas.

A referida tecnologia social visa dar suporte para que a escola modifique seus processos em prol da qualidade da prática educativa, priorizando essa vertente como um dos elementos estratégicos da gestão escolar socialmente responsável.

4.3. Indicadores Metodológicos

Neste Plano de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da educação básica com a educação profissional, assegurando uma formação integral dos estudantes.

Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas do estudante da escola pública, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios, orientando-os na (re) construção dos conhecimentos escolares.

Faz-se necessário também reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno. Nesse sentido é recomendada a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, tais como:

- Problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Propiciar condições para que o aluno possa ser um agente ativo nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Adotar atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas; e,
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos,

sem perder de vista a (re) construção do saber escolar.

- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- Elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização, a trans e a interdisciplinaridade;
- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- Sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa;
- Ministras aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A adoção dos procedimentos acima citados para a realização do curso favorecerá a intermediação do docente no processo de aprendizagem, privilegiando situações ativas participativas, visando à socialização do saber, à construção e reconstrução coletiva de conhecimentos, ao desenvolvimento de níveis de competências mais complexas como a capacidade de síntese, de análise, de avaliar e resolver problemas, bem como ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes.

Dar-se-á ênfase à resolução de problemas, envolvendo situações diversificadas e similares às encontradas no contexto real de trabalho, o que possibilitará ainda o exercício da transversalidade pela abordagem integradora, contextualizada e interdisciplinar das questões a serem trabalhadas. Além desta estratégia, outras também serão contempladas como evidência das práticas, pelos alunos, para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas: palestras, seminários, fóruns de debates, pesquisas de campo, estudo de caso, dramatizações, estágios, atividades laboratoriais, dinâmicas de grupo, oficinas, estudos por projeto.

Relativo a estudo por projetos, implicará em o grupo explorar um conjunto de conteúdos

importantes para o domínio de competências/habilidades de todos os módulos. Os projetos destes estudos serão negociados com os alunos e, na ocasião, serão levantadas as reais necessidades da prática, as competências/habilidades a serem trabalhadas e como isto poderá ser articulado com os conhecimentos obtidos. Para realização deste procedimento, três fases não-estancas serão configuradas: problematização (problemas contextualizados aos temas em estudo), desenvolvimento (criação de situações de trabalho dentro e fora do espaço da Escola) e síntese (superação de convicções iniciais e construção de outras mais complexas, servindo de conhecimento para novas situações de aprendizagem).

A operacionalização sistemática do curso se dará em ambientes convencionais de sala de aula, em laboratórios da Instituição, em empresas e em outras organizações sociais que se fizerem necessárias à realização do curso.

4.4. Estágio Curricular

O Estágio Curricular é uma disciplina dos Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, amparado pela Lei Federal 11.788, de 26 de setembro de 2008, devendo ser cumprido pelo aluno. Realizar-se-á nos dois últimos semestres do curso, podendo ser antecipado sempre que a relação com os arranjos produtivos inerentes ao curso assim o exigir.

A carga horária total do estágio do Curso Técnico de Nível Médio em **Informática** será de 260 horas, antecedida de momentos de aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares para proporcionar maior aprofundamento em sua formação profissional.

Tais atividades configuram-se como espaço de vivência profissional inicial mais abrangente, relacionada à área de formação dos alunos, seja na condição de participantes ou de realizadores, numa perspectiva de ambientação prática à profissão.

As atividades complementares relacionadas à prática profissional serão supervisionadas pelo professor da área a que se refere a temática em questão e ocorrerão desde o 1º ano do curso técnico, sendo, devidamente registradas em diário de classe.

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará garante a orientação do estagiário, através da contratação de orientadores, com formação na área a ser desenvolvido o estágio, em conformidade com o Art. 3º na hipótese do § 1º da Lei 11.788/08: “o estágio como ato educativo

escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo do professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.”

O estágio curricular não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Quanto à carga horária - O limite da carga horária é de 6 horas diárias (30 horas semanais).

Quanto à concessão de bolsas - O estágio curricular não dá direito à concessão de bolsa, ficando a critério da SEDUC dispor a respeito de concessão de apoio financeiro ao estagiário, seja na forma de bolsa, na contratação de seguro contra acidentes pessoais ou ainda na concessão de auxílio-transporte, quando firmado em instrumento jurídico que respalde o investimento com apoio a estagiário.

Quanto à coordenação, assessoria e suporte às escolas estaduais de educação profissional - As ações de assessoria, suporte e apoio ao estágio dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional é coordenado pela equipe da Célula de Estágios - CEEST, da Coordenadoria da Educação Profissional - COEDP. A Célula fortalece os eixos de captação de vagas de estágio, mobilização dos setores produtivos, formalização jurídica dos termos de compromisso de estágio – TCE, aspectos administrativo-financeiros (EPs, seguro contra acidentes pessoais, auxílio-transporte) e integração das práticas ao mundo do trabalho.

O monitoramento do plano de estágio de cada escola e de cada curso é realizado por meio de um Sistema Informatizado de Captação de Estágios - SICE. O sistema permite, além do monitoramento de captação de vagas, o acompanhamento e avaliação dos processos de

formalização jurídica, financeira e pedagógica dos estágios.

A CEEEST realiza formação inicial em gestão de estágio junto às escolas cujos alunos cumprirão estágio supervisionado curricular. Para além da formação em gestão, oferta-se assessoramento pedagógico e suporte aos orientadores/professores, coordenadores e gestores sobre os processos de estágios, estabelecendo assim, sistemática gestão do Plano de Estágio de cada curso e de cada escola.

Quanto à integração curricular e acompanhamento - O estágio estará integrado aos componentes curriculares do curso e sua carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma, tendo o MANUAL DO ITINERÁRIO FORMATIVO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO como instrumento avaliativo das competências técnicas e práticas desenvolvidas durante o estágio, com caráter de obtenção de aprovação ou reprovação. O estagiário deverá aperfeiçoar, no campo de estágio, os domínios de aprendizagem essenciais ao exercício da profissão na categoria de técnico.

O Plano do Estágio Curricular dos cursos técnicos de nível médio integrado à educação profissional da rede estadual de ensino seguirá diretrizes específicas quanto à carga horária e metodologia de práticas constantes no Projeto Pedagógico de cada curso. O referido Plano integra a proposta pedagógica do curso e será anexado ao termo de compromisso de estágio – TCE.

Para um acompanhamento mais legítimo das práticas de estágio, cada escola conta os Orientadores de estágio. Esses profissionais são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e deverá exigir dos educandos a presença na mediação e a apresentação mensal, dos instrumentais de auto avaliação. Deverá zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento das condições firmadas no mesmo.

O plano de atividades do estágio deverá manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno durante o curso, da seguinte forma:

- Visita a feiras e eventos;
- Visitas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas

computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

Plano de realização do estágio curricular

O Plano de Atividades de Estágio contemplará o desenvolvimento das competências técnicas, abaixo elencadas, essenciais à atuação profissional:

- Desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação;
- Utilizar ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados;
- Realizar testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados;
- Executar manutenção de programas de computadores

Essas atividades visam consolidar as competências profissionais previstas neste Plano de Curso, proporcionando aos alunos condições de:

- Aplicar, em situação real, os conhecimentos adquiridos;
- Superar lacunas de aprendizagem, percebendo suas próprias deficiências para o aprimoramento profissional;
- Desenvolver uma atitude de trabalho sistematizado;
- Familiarizar-se com os procedimentos usuais, próprios do setor;
- Estimular a capacidade de observação, de análise e de síntese no contato direto com as tarefas próprias ao desempenho de sua futura ocupação;
- Incorporar uma postura focada em resultados através do desenvolvimento de soluções para situações problemas concretas observadas nas instituições que serão campo de estágio.

A avaliação do estagiário envolverá apuração de frequência e avaliação das competências técnicas, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio. Será aprovado o aluno que alcançar aproveitamento no mínimo, SATISFATÓRIO, gerando uma nota final a partir dos itens estabelecidos nos instrumentos da Avaliação Prática e Avaliação das Atitudes consolidados no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio.

Para efeito de aprovação no estágio, a frequência exigida é a totalidade da carga horária prevista no Projeto Pedagógico do curso, ou seja, 100%, de modo a garantir o que a legislação considera como mínimo de experiência em campo.

Ficará reprovado o aluno que não cumprir integralmente o estágio previsto, considerando a apuração de frequência e o aproveitamento.

Quando o estagiário não obtiver a totalidade das competências mínimas definidas pelo projeto pedagógico do curso e expressas no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio, o aluno não obterá aprovação no curso, devendo pois, retornar ao 3º ano a fim de fortalecer a formação teórica que embasará o desempenho prático, numa nova etapa de estágio.

No período que antecede o estágio, e durante o mesmo, os alunos serão orientados a cumprir as normas e procedimentos administrativos da concedente de estágio. Como instrumento de legalização do estágio curricular, é necessário:

- Estabelecimento de Termo de Compromisso de Estágio
- Instrumental de acompanhamento do estágio
- Estabelecimento de Termo de Realização de estágio

Responsabilidades da concedente de estágio:

De acordo com o capítulo III da Lei 11.788/08, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10

(dez) estagiários simultaneamente;

IV – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VI – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Responsabilidades da instituição de ensino/SEDUC:

De acordo com o capítulo II da Lei 11.788/08 a instituição de ensino deverá:

- Coordenar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório;
- Preparar o(a) estagiário(a), em instância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa;
- Orientar e supervisionar a execução das práticas desenvolvidas no plano de atividades pelo estagiário, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio.
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Garantir a participação da Concedente em processo seletivo dos estagiários, quando solicitado;
- Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades do professor-orientador de estágio;
- Acompanhar a execução do Termo de Compromisso de Estágio, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições estabelecidas.
- Comunicar à Concedente, através do orientador de estágio, início e término do ano letivo e as datas de realização das avaliações escolares;
- Informar de imediato à Concedente qualquer alteração na situação escolar do aluno, tais como: trancamento de matrícula, abandono, transferência de Unidade de Ensino e outras;
- Responsabilizar-se pelo encaminhamento das frequências.
- Fornecer os equipamentos de proteção individual ao estagiário/EPI sempre que a natureza do estágio exigir.

Responsabilidades do Estagiário:

- Cumprir, com empenho, a programação de estágio e realizar as atividades de aplicação

que lhe forem prescritas;

- Assumir o compromisso de bom desempenho escolar e frequência a partir de sua permanência no estágio;
- Informar de imediato à unidade de ensino, qualquer impedimento que possa provocar a interrupção temporária ou definitiva do estágio;
- Observar as condições fixadas para o estágio, especialmente quanto ao plano de atividades, à jornada e ao horário ajustados;
- Atender às normas de trabalho vigentes no âmbito da Concedente, desde que esteja de acordo com a Lei 11.788 de 25/09/08 e o Decreto 29.704 de 08/04/09.
- Aceitar a supervisão e a orientação técnico-administrativa dos prepostos da Concedente, designados para tais funções;
- Conduzir-se de maneira compatível com as responsabilidades do estágio, empenhando-se para seu melhor rendimento.
- Aceitar a vaga de estágio captada, salvo em casos de oferta em ambientes ou atividades vetadas. Caso o aluno se recuse a cumprir o estágio no local estabelecido, sem justificativa cabível, ficará responsável pela captação de sua própria vaga;
- Assinar, no local de estágio, a folha de frequência individual e solicitar diariamente o visto do supervisor de estágio.

Do local do estágio - O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições da concedente, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica.

Do recesso - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado **preferencialmente** durante suas férias escolares.

§1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

5. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIAS

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática, o aproveitamento de estudos e a certificação de competências adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão conforme descrito a seguir:

Aproveitamento de Competências - As competências anteriores adquiridas pelos alunos poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente.

Os conhecimentos e experiências que poderão ser aproveitados no curso são aqueles adquiridos:

- No Ensino Médio;
- Em cursos de qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluído em outros cursos de educação profissional técnica de nível médio, mediante avaliação do aluno, se esses conhecimentos tiverem sido adquiridos há mais de 05 (cinco) anos;
- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, mediante avaliação do aluno;
- No trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;
- Os reconhecidos em processos de certificação profissional

Os conhecimentos e experiências desenvolvidos no Ensino Médio que poderão ser aproveitados são aqueles que constituem competências gerais para o conjunto da área, bem como os relacionados às competências requeridas em módulos intermediários de qualificação profissional, integrantes do itinerário da habilitação profissional. As competências adquiridas em qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em cursos de escolas devidamente autorizados, ou processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional de conclusão pretendido.

As competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais poderão ser aproveitados mediante avaliação das competências do aluno. O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do

desenvolvimento (dos módulos ou do curso), em tempo hábil para deferimento pela direção da Unidade e a devida análise por parte de quem caberá a avaliação de competências e a indicação de eventuais complementações.

Os que procedem à avaliação para aproveitamento de competências apresentarão relatório que será arquivado no prontuário individual do aluno, juntamente com os documentos que instituirão esse processo.

O aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso são tratados pelo Regulamento dos Cursos das Unidades Escolares que ofertam os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da rede estadual de educação do Estado do Ceará.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Neste plano do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;

- Adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- Discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- Observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando os aos saberes sistematizado do curso, consolidando o perfil do trabalhador cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas. Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pelo Regulamento dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Unidade Escolar.

7. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

Deverão compor o quadro de instalações necessárias para a realização do curso:

- Salas de Aula;
- Sala de Estudos;
- Laboratório de Informática;
- Laboratório de Hardware;
- Biblioteca.

A Unidade Escolar disporá de uma Biblioteca, contendo espaços para estudo individual e em grupo. A Biblioteca operará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propiciará a reserva de exemplares conforme a política de empréstimos, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo estará dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos.

8. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A Unidade Escolar dispõe de um quadro de servidores composto de professores das disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias) e professores especialistas nas disciplinas técnicas profissionalizantes de Informática, além da equipe técnico-administrativa que dá suporte ao trabalho pedagógico, social, administrativo e de manutenção das instalações.

9. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso Técnico de Nível Médio em Informática, e da realização da correspondente prática profissional, será conferido ao egresso o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Informática**.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

**ESCOLA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP**
ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Curso Técnico de Nível Médio em
Informática

Plano de Curso

Fortaleza - CE
2018



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

GOVERNADOR
Camilo Santana

VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
Antônio Idilvan de Lima Alencar

SECRETÁRIA ADJUNTA DA EDUCAÇÃO
Márcia Oliveira Cavalcante Campos

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA EDUCAÇÃO
Rita de Cássia Tavares Colares

ASSESSORA INSTITUCIONAL
Danielle Taumaturgo

COORDENADORA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Jussara de Luna Batista

PLANO DE CURSO

CNPJ	07.954.514/0001-25
Razão Social/ Instituição Mantenedora	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
Nome de Fantasia	Seduc/CE
Esfera Administrativa	Estadual
Endereço (Rua, Nº)	Coordenadoria da Educação Profissional Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N - 2º andar (Bloco C) – Cambeba
Cidade/UF/CEP	Fortaleza/CE – CEP: 60.839-900
Telefone/Fax	(85) 3488.6027 Fax: (85) 3218.2910

Habilitação Técnica de Nível Médio	
Eixo tecnológico	Informação e Comunicação
Curso	Curso Técnico de Nível Médio em Informática
Carga Horária	5.400 horas

SUMÁRIO

01. Justificativa e Objetivos do Curso	08
02. Requisitos e Formas de Acesso	14
03. Perfil Profissional de Conclusão	15
04. Organização Curricular	16
05. Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação por Competências	29
06. Critérios de Avaliação de Aprendizagem	30
07. Instalações, Equipamentos e Biblioteca	31
08. Pessoal Docente e Técnico Administrativo	32
09. Certificados e Diplomas	32
10. Anexos	33
10.1. Disciplinas da Formação Geral	33
10.2. Disciplinas da Formação Profissional	144

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

1.1. Justificativa

Pesquisa feita pelo instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o radar Social 2005, apresenta uma análise dos indicadores sociais do Brasil, um panorama abrangente no tocante ao acesso da população à saúde, à educação, ao trabalho, à renda, à moradia e à segurança, com dados nacionais e estaduais. O estudo traz uma radiografia com vários pontos preocupantes. O Brasil ainda detém uma das maiores concentrações de renda do mundo, apresenta desigualdade social em elevação, aumento da informalidade e do desemprego. Fica, então, cada vez mais evidente a necessidade de políticas que primem pela continuidade e visão de longo prazo, pelo constante aperfeiçoamento das ações através do fortalecimento da participação e controle social, e pela ampliação dos investimentos direcionados aos municípios do interior, contribuindo para a redução das disparidades regionais.

Nesse contexto, o Ceará ainda apresenta altas taxas de desemprego e incômodas desigualdades econômicas e sociais. Para exemplificar no Ceará, o nível de pobreza e desigualdade se reflete no fato de que os 10% mais ricos possuem 52% da renda total e os 50% mais pobres, apenas 12,5%. A Região Metropolitana de Fortaleza detém 41% da população do Estado e cresce a taxas de 3,3% ao ano. Enquanto isso, há regiões em que tal crescimento não alcança os 0.4%. Isso significa que segmentos da população urbana da capital e de algumas poucas cidades do interior apresentam padrões de vida mais satisfatórios, as periferias urbanas e o meio rural do semi-árido enfrentam graves problemas de inclusão social, com incidências no extremo da pobreza absoluta.

Repete-se no estado o mesmo quadro de desemprego do país, agravado pelo fato de ter baixos indicadores no setor educacional, em comparação com a média do ensino brasileiro, e o meio rural ser vítima de um ambiente natural que combina irregularidade climática com baixa capacidade agrícola em todo semi-árido, que representa 80% do território cearense.

Esta situação é, na prática e em tese, mais grave que na média da situação brasileira e somente poderá ser corrigida se houver um esforço gigantesco para dotar a grande massa de jovens que chega ao mercado de trabalho (uma parte que busca sua primeira oportunidade de trabalho) com habilidades para manejar o mais universal dos instrumentos de trabalho da sociedade moderna, o computador, com todas as variantes permitidas e possíveis no contexto informacional e no seu horizonte no mundo do trabalho.

Por outro lado surgem indicativos do crescimento brasileiro na área de informática são os dados sobre o mercado de computadores em 2005, divulgados pela consultoria IDC Brasil. Segundo a consultoria foram vendidos cerca de 5,5 milhões de PCs no país em 2005, 36,2% a mais do que o observado no ano de 2003. É um crescimento superior às taxas observadas em anos anteriores. Em 2004, por exemplo, as vendas subiram 32% ante 2003. Em 2002, por exemplo, o percentual foi próximo a zero. De acordo com estimativa da consultoria, o faturamento com a venda de computadores pessoais somou US\$ 12, 8 bilhões em 2005, o que representou 29% do faturamento da indústria de tecnologia. Em 2004, o percentual foi de 26%. Este crescimento reflete no aumento da demanda por serviços e, conseqüentemente, de profissionais especializados.

Em matéria publicada no Correio da Bahia, em maio de 2004, o representante da Assessoria-SP, Célio Antunes, afirma que, apesar de a oferta ser grande, o setor de informática está aberto apenas a profissionais que tenham conhecimentos amplos. “O mercado está procurando profissionais com conhecimentos híbridos e universalizados”, afirma.

O levantamento realizado pelo Centro de Integração Escola Empresa – CIEE, em fevereiro de 2006, apresenta a demanda do mercado por profissionais com conhecimentos amplos. Segundo o levantamento as necessidades apresentadas pelas empresas na área de informática vão desde a montagem, configuração e manutenção até o desenvolvimento, administração e suporte de redes e softwares. Segue, abaixo, o perfil profissional requisitado pelo mercado em 2005, segundo o CIEE.

Com base nesse cenário apresenta-se uma proposta de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, concentrada em negócio e renda, habilitando jovens estudantes, do ensino médio, na utilização de ferramentas de informática, hoje, consideradas imprescindíveis na busca ou manutenção do emprego. O mesmo é verdade para as crianças do ensino fundamental que precisam de instrumentos capazes de dar mais qualidade à educação, requisito essencial para os grandes projetos de inclusão social dos governos brasileiros federal, estadual e municipal.

Associada à questão geral das habilidades, que serve indiscriminadamente a todas as pessoas de todos os níveis educacionais e necessários ao trabalho não agrícola e do agro-negócio de qualquer natureza, o projeto em pauta abre a oportunidade de profissionalização e competências nas diferentes modalidades do emprego em Tecnologia da Informação e Comunicação – software e hardware e se completa com o estímulo ao empreendedorismo e à geração do negócio em computação, tendo como referencial os seguintes elementos:

1. Formar profissionais de nível médio para atuar em todas as circunstâncias nas quais se desenvolvam atividades laborais identificadas no mundo do trabalho relacionadas à criação, produção e instalação de tecnologias de comunicação e informação, tanto na produção de bens como de serviços.
2. Articular e interagir a educação para o trabalho, à ciência e à tecnologia e conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.
3. Propiciar situações de ensino e aprendizagem para aquisição de competências laborais, em consonância com o mundo do trabalho e a realidade regional, de forma a poder elencar, articular e mobilizar os valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.
4. Conscientizar o profissional Técnico em Informática da necessidade de aprimorar constantemente seus conhecimentos e habilidades, através de formação contínua.
5. Contribuir para a ampliação e agilização do atendimento às necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade regional.
6. Possibilitar a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos profissionalmente, no setor de informática, para fins de prosseguimento e conclusão de estudos.

Nos últimos anos, graças aos esforços de fortalecimento da infraestrutura física e de serviços do Estado do Ceará, houve avanços em diferentes segmentos da economia. O investimento em ações ligadas à geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, pouco identificado como infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, encontra-se mais reconhecido e valorizado. Outro fator pertinente é a proximidade do Ceará a outros continentes tem criado excelentes oportunidades de negócios com grandes centros consumidores.

Destaca-se ainda o crescimento das exportações dos produtos cearenses para o continente africano, particularmente para Cabo Verde e África Portuguesa, cria uma nova oportunidade de negócios para as empresas cearenses, principalmente para aquelas que atuam em Tecnologia da Informação e Comunicação, que começam a vender seus serviços e produtos de *software* e *hardware* par aquela região. No cenário do século XXI o desafio das economias emergentes

como a nossa é de gerar produtos com agregado tecnológico, com preços competitivos, capazes de competir no mercado global e, assim, gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida. Isso só é possível com educação voltada para o trabalho e definitivamente com a inclusão no mundo digital da Internet.

Como investimento específico do Estado se destaca as “Infovias do Desenvolvimento”, caracterizadas por uma rede de fibras óticas interiorizadas e que interligam os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT e as Faculdades do CENTEC - FATECs em um total de 43 unidades educacionais, além de uma infra-estrutura que envolve: laboratórios de informática, bibliotecas, salas de aula e 21 salas de videoconferência em pontos distintos do território cearense.

A implementação do uso do software de natureza aberta ou livre (*open source*) em todos os segmentos da indústria, comércio e principalmente governo, alavancado por iniciativas do governo Federal, Estadual e municipal no nível administrativo e educacional repercutem favoravelmente na criação deste Curso de Técnico de Informática Integrado ao ensino Médio.

Portanto, a criação de produtos e serviços de qualidade na área de Tecnologia da Informação e Comunicação passa a ser um meio eficaz para gerar emprego, renda e negócios para o Estado do Ceará.

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará ciente da importância do seu papel no cenário de transformações que é hoje o mundo de trabalho decidiu com base nas demandas implantar o integrado conforme Decreto nº 5.154/04, reformulando seus currículos, re-interpretando o seu relacionamento com o segmento produtivo e buscando novos modelos curriculares.

Esses currículos, atendendo o sistema de ensino, serão organizados por competências e habilidades, procurando atender às demandas da sociedade, visando a uma boa formação de cidadão e profissional.

Com as novas diretrizes curriculares da educação profissional o foco de ensino está centrado no aprender a aprender. A ênfase dos conteúdos transfere-se para as competências que são construídas pelo sujeito que aprende. Essas competências envolvem os conhecimentos: o saber, que são as informações articuladas cognitivamente; as habilidades, ou seja, o saber fazer; e os valores, as atitudes, que são o saber ser e o saber conviver. Incluem, a capacidade para tomar decisões e ações tendo em vista os princípios políticos, éticos e estéticos da educação e o atendimento à dinâmica das transformações da sociedade.

Alicerçando e fundamentando este projeto propõe-se a ofertar habilitação técnica integrada

ao ensino médio. Mas não se restringe apenas à oferta de habilidades, porque se amplia para a geração de competências, profissionalização e para o negócio. O projeto diversifica a formação e inclui estímulos à geração de novos produtos computacionais e à geração de empresas.

Desta forma, A SEDUC propõe ampliar suas atividades na formação do profissional de Informática, oferecendo um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio que abranja conhecimentos da área de informática, em consonância com as diversas competências indicadas pelo mercado e pelas comunidades externa e interna.

Neste ano de 2018 e tendo em vista o tempo de vigência da última atualização do Curso Técnico em Informática, onde na foram propostas disciplinas para o ano de 2012, e a experiência dos conteúdos ministrados, foi possível constatar a necessidade de adequação do curso. Assim, visando aprimorar a qualidade ainda mais do curso, conforme uma análise da demanda de estágio e de mercado, foi proposta uma nova matriz curricular para o ano de 2018, com uma nova ordem de conteúdos, inserção de disciplinas, bem como o ajuste de carga horária para outras, além da atualização dos conteúdos, pesquisados a partir da análise de outros cursos vigentes no Brasil.

1.2. Objetivos

São objetivos do Ensino Médio, conforme Artigo 35 da Lei 9394/96:

- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- Oferecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados à teoria com prática, no ensino de cada disciplina.

No que se refere à educação profissional o objetivo geral da proposta é de preparar profissionais técnicos de nível médio, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica

para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico para aplicar métodos de comercialização de bens e serviços.

1.3. Objetivo do Curso

Habilitar profissionais para desempenhar atividades técnicas, possibilitando ao educando o uso e a gestão da tecnologia da informação, computadores e sistemas operacionais, formando profissionais éticos, com autonomia intelectual e pensamento crítico preparando-o e orientando-o para a sua integração à vida prática e ao mundo do trabalho e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

Objetivos específicos da formação de Técnicos em Informática:

- Oportunizar condições para a construção de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico de Informática;
- Oferecer subsídios para o manuseio adequado dos equipamentos requeridos pela sua área de trabalho;
- Garantir a manutenção em equipamentos por meio de cursos e treinamentos específicos de *Hardware*;
- Promover o desenvolvimento de atitudes positivas para a mudança, tendo em vista os permanentes desafios que impõem o mundo produtivo, as flutuantes condições dos mercados e as inovações tecnológicas;
- Propiciar a aquisição de habilidades de interpretação, de análise, de iniciativa e de comunicação;
- Promover o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e trabalhar em equipe;
- Gerar condições para desenvolvimento de cursos e produtos de *Software*;
- Apoiar a formação de estudantes no interior do Estado com potencial acadêmico, tornando-os mais competitivos e mais aptos a cumprir as exigências do ensino superior de qualidade;
- Contribuir para a formação de parcerias entre empresários e empreendedores;
- Apoiar iniciativas empresariais locais, orientando os cursos e projetos de P&D para solucionar os problemas locais e para estimular o negócio TI.

2. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

A cada início de ano são disponibilizadas vagas nas turmas de 1º ano nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP e as mesmas são preenchidas observando-se alguns critérios. Esses critérios são dispostos numa Portaria de Matrícula que traz as normas gerais para a matrícula de alunos nas escolas públicas estaduais, e em seu anexo, as normas para ingresso nas EEEPs. Essa Portaria é publicada no Diário Oficial do Estado ao final de cada ano, como forma de regular o processo de matrícula dos alunos.

Existem alguns critérios básicos para o acesso dos alunos à EEEP:

- O aluno precisa ter concluído o 9º ano do Ensino Fundamental;
- Ter disponibilidade de segunda a sexta-feira para o cumprimento da jornada integral, das 7h às 17h;
- Ter idade mínima de 14 anos completos até a data referência do Censo Escolar;
- Ter idade mínima de 14 anos e seis meses até data referência do Censo Escolar, para os cursos do Eixo Ambiente e Saúde;
- Estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do curso técnico de sua opção;
- Apresentar a documentação exigida pela escola;
- Ser classificado, dentro do limite de vagas, de acordo com a média geral das disciplinas cursadas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

As vagas remanescentes são preenchidas, até 30 dias após o início do ano letivo, para os cursos em que há disciplina técnica já no primeiro semestre. E até a data referência do Censo Escolar (última quarta-feira de maio), para os cursos em que não há disciplinas técnicas no primeiro semestre.

3. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Informática é o profissional qualificado a desenvolver softwares em múltiplas linguagens de programação, bem como é capaz de configurar e manusear pelo menos de maneira básica sistemas operacionais, softwares e ferramentas auxiliares ao desenvolvimento e à administração da informação. Compete também a este profissional saber interpretar gráficos e ferramentas técnicas inerentes ao seu exercício, transformando em codificação de softwares. Compreender o funcionamento de computadores e mecanismos de comunicação é necessidade desejável para que possa solucionar problemas circunstanciais de inoperância dos sistemas.

Assim, o profissional técnico em Informática está apto a desenvolver sistemas através de análise e programação; montar, instalar e configurar todos os componentes de software, hardware e redes de pequeno e médio porte.

As competências e habilidades fundamentais deste técnico são:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber;
- Desenvolver ações empreendedoras em Tecnologia da Informação com caráter inovador criativo e dinâmico;
- Configurar e operar softwares básicos e afins às atividades de desenvolvimento de softwares;
- Ambientar-se com procedimentos técnicos e administrativos das empresas de Desenvolvimento de Software ou empresas necessitadas de seus serviços;
- Ter atitude ética no trabalho e no convívio social;

- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e,
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decretos nº 5.154/2004 e, nº 5.840/2006, nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2000, nº 01/2004 e nº 01/2005, bem como nas diretrizes definidas no projeto pedagógico da Escola.

A organização do curso está estruturada na matriz curricular constituída por uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos de:

- Formação Geral, educação básica que integra disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), observando as especificidades de um currículo integrado com a educação profissional;
- Formação profissional que integra disciplinas específicas da área de Informática; e
- Parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos.

4.1. Matriz Curricular

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática integrado ao Ensino Médio está

organizado em regime seriado semestral, com uma carga-horária de disciplinas de 3.860 horas, acrescida de 300 horas de Estágio Curricular, e mais 1.240 horas de parte diversificada, totalizando uma carga-horária de 5.400 horas.

Como complementação da carga horária total do curso (5.400h), serão desenvolvidas atividades complementares, tais como:

- Atividades relacionadas à prática profissional, onde se incluem visitas às empresas, participação em palestras, simpósios, seminários, discussão de temas ligados à área profissional, dentre outros;
- Atividades correspondentes à parte diversificada do currículo, tais como: Horário de Estudo, Projeto de Vida, Oficina de Redação, Empreendedorismo, Formação para a Cidadania, Inglês Técnico, Projetos Interdisciplinares, Mundo do Trabalho e Preparação e Avaliação da Prática de Estágio.

A Tabela 1 descreve a Matriz Curricular para o curso.

Tabela 1. Matriz Curricular do Curso Técnico de Nível Médio em **Informática**

COMPONENTES CURRICULARES/ANO		ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP												TOTAL
		1º ANO				2º ANO				3º ANO				
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
	Artes	1	20	1	20									40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	5	100	4	80	3	60	3	60	3	60	3	60	420
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL	25	500	24	480	21	420	21	420	20	400	20	400	2.620
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	5	100											100
	Lógica de Programação			5	100									100
	Arquitetura e Manutenção de Computadores			4	80									80
	HTML / CSS			3	60									60
	Gestão do Tempo			1	20									20
	Sistemas Operacionais					3	60							60
	P.O.O / JAVA					5	100							100
	Programação Web (Java Script / PHP/MySQL)					5	100							100
	Noções de Robótica					2	40							40
	Redes de Computadores							4	80					80
	Design							3	60					60
	Gerenciador de Conteúdo / Banco de Dados							4	80					80
	Programação Web II (PHP / MySQL)							3	60					60
	Laboratório Hardware									4	80			80
	Laboratório Software									5	100			100
	Laboratório WEB									5	100			100
	Profissão e Formação									1	20			20
Estágio Curricular											15	300	300	
SUBTOTAL	5	100	13	260	15	300	14	280	15	300	15	300	1.540	
PARTE DIVERSIFICADA	Horário de Estudo I	2	40	1	20	2	40	2	40	2	40	2	40	220
	Horário de Estudo II	2	40			1	20			1	20	1	20	100
	Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
	Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
	Empreendedorismo	2	40	2	40									80
	Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Inglês Técnico							3	60					60
	Projetos Interdisciplinares I	2	40			1	20	1	20	2	40	1	20	140
	Projetos Interdisciplinares II	1	20			1	20			2	40			80
	Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
	Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100
SUBTOTAL	15	300	8	160	9	180	10	200	10	200	10	200	1.240	
TOTA	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400	

4.2. Práticas Pedagógicas Previstas

As práticas educativas previstas no currículo estarão orientadas pelos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos e legais que subsidiam a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados definidos pelo MEC e pelo Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Uma grande referência para a implantação da Escola Estadual de Educação Profissional tem sido a experiência do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental - PROCENTRO de Pernambuco. Desta experiência a Secretaria de Educação, tem se apropriado especialmente de sua filosofia de gestão denominada TESE - Tecnologia Empresarial Sócio Educacional – que está servindo de base para a definição dos princípios básicos do trabalho nas escolas. Seus principais pressupostos para a prática pedagógica são os seguintes:

Protagonismo juvenil: O conceito de protagonismo no âmbito desta proposta compreende a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola. Portanto, o jovem como participe em todas as ações da escola e construtor do seu projeto de vida. Neste sentido, a equipe da Escola Estadual de Educação Profissional (núcleo gestor, professores e demais servidores) deve criar condições para que o jovem possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver); e pessoal (aprender a ser).

Formação continuada: a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu autodesenvolvimento.

Atitude empresarial: isto significa, essencialmente, o foco no alcance dos objetivos e resultados pactuados. A Escola Estadual de Educação Profissional deve ser eficiente nos processos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e eficaz nos resultados.

Corresponsabilidade: educadores, pais, alunos, SEDUC e outros parceiros comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a eficiência nos processos e a eficácia nos resultados.

A relação teoria prática na estrutura curricular do curso conduz a um fazer pedagógico no qual atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes em todos os períodos letivos.

Replicabilidade: A replicabilidade diz respeito à possibilidade de aplicação de uma dada solução em outras situações concretas, e à possibilidade de se adaptar a alternativa técnica a outras situações. A replicabilidade diz respeito, portanto, à aplicação da Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional - TESE em outras escolas.

A referida tecnologia social visa dar suporte para que a escola modifique seus processos em prol da qualidade da prática educativa, priorizando essa vertente como um dos elementos estratégicos da gestão escolar socialmente responsável.

4.3. Indicadores Metodológicos

Neste Plano de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da educação básica com a educação profissional, assegurando uma formação integral dos estudantes.

Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas do estudante da escola pública, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios, orientando-os na (re) construção dos conhecimentos escolares.

Faz-se necessário também reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno. Nesse sentido é recomendada a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, tais como:

- Problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Propiciar condições para que o aluno possa ser um agente ativo nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Adotar atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas; e,
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos,

sem perder de vista a (re) construção do saber escolar.

- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- Elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização, a trans e a interdisciplinaridade;
- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- Sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa;
- Ministras aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A adoção dos procedimentos acima citados para a realização do curso favorecerá a intermediação do docente no processo de aprendizagem, privilegiando situações ativas participativas, visando à socialização do saber, à construção e reconstrução coletiva de conhecimentos, ao desenvolvimento de níveis de competências mais complexas como a capacidade de síntese, de análise, de avaliar e resolver problemas, bem como ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes.

Dar-se-á ênfase à resolução de problemas, envolvendo situações diversificadas e similares às encontradas no contexto real de trabalho, o que possibilitará ainda o exercício da transversalidade pela abordagem integradora, contextualizada e interdisciplinar das questões a serem trabalhadas. Além desta estratégia, outras também serão contempladas como evidência das práticas, pelos alunos, para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas: palestras, seminários, fóruns de debates, pesquisas de campo, estudo de caso, dramatizações, estágios, atividades laboratoriais, dinâmicas de grupo, oficinas, estudos por projeto.

Relativo a estudo por projetos, implicará em o grupo explorar um conjunto de conteúdos

importantes para o domínio de competências/habilidades de todos os módulos. Os projetos destes estudos serão negociados com os alunos e, na ocasião, serão levantadas as reais necessidades da prática, as competências/habilidades a serem trabalhadas e como isto poderá ser articulado com os conhecimentos obtidos. Para realização deste procedimento, três fases não-estranhas serão configuradas: problematização (problemas contextualizados aos temas em estudo), desenvolvimento (criação de situações de trabalho dentro e fora do espaço da Escola) e síntese (superação de convicções iniciais e construção de outras mais complexas, servindo de conhecimento para novas situações de aprendizagem).

A operacionalização sistemática do curso se dará em ambientes convencionais de sala de aula, em laboratórios da Instituição, em empresas e em outras organizações sociais que se fizerem necessárias à realização do curso.

4.4. Estágio Curricular

O Estágio Curricular é uma disciplina dos Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, amparado pela Lei Federal 11.788, de 26 de setembro de 2008, devendo ser cumprido pelo aluno. Realizar-se-á nos dois últimos semestre do curso, podendo ser antecipado sempre que a relação com os arranjos produtivos inerentes ao curso assim o exigir.

A carga horária total do estágio do Curso Técnico de Nível Médio em **Informática** será de 300 horas, antecedida de momentos de aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares para proporcionar maior aprofundamento em sua formação profissional.

Tais atividades configuram-se como espaço de vivência profissional inicial mais abrangente, relacionada à área de formação dos alunos, seja na condição de participantes ou de realizadores, numa perspectiva de ambientação prática à profissão.

As atividades complementares relacionadas à prática profissional serão supervisionadas pelo professor da área a que se refere a temática em questão e ocorrerão desde o 1º ano do curso técnico, sendo, devidamente registradas em diário de classe.

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará garante a orientação do estagiário, através da contratação de orientadores, com formação na área a ser desenvolvido o estágio, em conformidade com o Art. 3º na hipótese do § 1º da Lei 11.788/08: “o estágio como ato educativo

escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo do professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.”

O estágio curricular não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Quanto à carga horária - O limite da carga horária é de 6 horas diárias (30 horas semanais).

Quanto à concessão de bolsas - O estágio curricular não dá direito à concessão de bolsa, ficando a critério da SEDUC dispor a respeito de concessão de apoio financeiro ao estagiário, seja na forma de bolsa, na contratação de seguro contra acidentes pessoais ou ainda na concessão de auxílio-transporte, quando firmado em instrumento jurídico que respalde o investimento com apoio a estagiário.

Quanto à coordenação, assessoria e suporte às escolas estaduais de educação profissional - As ações de assessoria, suporte e apoio ao estágio dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional é coordenado pela equipe da Célula de Estágios - CEEST, da Coordenadoria da Educação Profissional - COEDP. A Célula fortalece os eixos de captação de vagas de estágio, mobilização dos setores produtivos, formalização jurídica dos termos de compromisso de estágio – TCE, aspectos administrativo-financeiros (EPs, seguro contra acidentes pessoais, auxílio-transporte) e integração das práticas ao mundo do trabalho.

O monitoramento do plano de estágio de cada escola e de cada curso é realizado por meio de um Sistema Informatizado de Captação de Estágios - SICE. O sistema permite, além do monitoramento de captação de vagas, o acompanhamento e avaliação dos processos de

formalização jurídica, financeira e pedagógica dos estágios.

A CEEST realiza formação inicial em gestão de estágio junto às escolas cujos alunos cumprirão estágio supervisionado curricular. Para além da formação em gestão, oferta-se assessoramento pedagógico e suporte aos orientadores/professores, coordenadores e gestores sobre os processos de estágios, estabelecendo assim, sistemática gestão do Plano de Estágio de cada curso e de cada escola.

Quanto à integração curricular e acompanhamento - O estágio estará integrado aos componentes curriculares do curso e sua carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma, tendo o MANUAL DO ITINERÁRIO FORMATIVO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO como instrumento avaliativo das competências técnicas e práticas desenvolvidas durante o estágio, com caráter de obtenção de aprovação ou reprovação. O estagiário deverá aperfeiçoar, no campo de estágio, os domínios de aprendizagem essenciais ao exercício da profissão na categoria de técnico.

O Plano do Estágio Curricular dos cursos técnicos de nível médio integrado à educação profissional da rede estadual de ensino seguirá diretrizes específicas quanto à carga horária e metodologia de práticas constantes no Projeto Pedagógico de cada curso. O referido Plano integra a proposta pedagógica do curso e será anexado ao termo de compromisso de estágio – TCE.

Para um acompanhamento mais legítimo das práticas de estágio, cada escola conta os Orientadores de estágio. Esses profissionais são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e deverá exigir dos educandos a presença na mediação e a apresentação mensal, dos instrumentais de auto avaliação. Deverá zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento das condições firmadas no mesmo.

O plano de atividades do estágio deverá manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno durante o curso, da seguinte forma:

- Visita a feiras e eventos;
- Visitas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas

computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

Plano de realização do estágio curricular

O Plano de Atividades de Estágio contemplará o desenvolvimento das competências técnicas, abaixo elencadas, essenciais à atuação profissional:

- Desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação;
- Utilizar ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados;
- Realizar testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados;
- Executar manutenção de programas de computadores

Essas atividades visam consolidar as competências profissionais previstas neste Plano de Curso, proporcionando aos alunos condições de:

- Aplicar, em situação real, os conhecimentos adquiridos;
- Superar lacunas de aprendizagem, percebendo suas próprias deficiências para o aprimoramento profissional;
- Desenvolver uma atitude de trabalho sistematizado;
- Familiarizar-se com os procedimentos usuais, próprios do setor;
- Estimular a capacidade de observação, de análise e de síntese no contato direto com as tarefas próprias ao desempenho de sua futura ocupação;
- Incorporar uma postura focada em resultados através do desenvolvimento de soluções para situações problemas concretas observadas nas instituições que serão campo de estágio.

A avaliação do estagiário envolverá apuração de frequência e avaliação das competências técnicas, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio. Será aprovado o aluno que alcançar aproveitamento no mínimo, SATISFATÓRIO, gerando uma nota final a partir dos itens estabelecidos nos instrumentos da Avaliação Prática e Avaliação das Atitudes consolidados no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio.

Para efeito de aprovação no estágio, a frequência exigida é a totalidade da carga horária prevista no Projeto Pedagógico do curso, ou seja, 100%, de modo a garantir o que a legislação considera como mínimo de experiência em campo.

Ficará reprovado o aluno que não cumprir integralmente o estágio previsto, considerando a apuração de frequência e o aproveitamento.

Quando o estagiário não obtiver a totalidade das competências mínimas definidas pelo projeto pedagógico do curso e expressas no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio, o aluno não obterá aprovação no curso, devendo pois, retornar ao 3º ano a fim de fortalecer a formação teórica que embasará o desempenho prático, numa nova etapa de estágio.

No período que antecede o estágio, e durante o mesmo, os alunos serão orientados a cumprir as normas e procedimentos administrativos da concedente de estágio. Como instrumento de legalização do estágio curricular, é necessário:

- Estabelecimento de Termo de Compromisso de Estágio
- Instrumental de acompanhamento do estágio
- Estabelecimento de Termo de Realização de estágio

Responsabilidades da concedente de estágio:

De acordo com o capítulo III da Lei 11.788/08, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10

(dez) estagiários simultaneamente;

IV – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VI – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Responsabilidades da instituição de ensino/SEDUC:

De acordo com o capítulo II da Lei 11.788/08 a instituição de ensino deverá:

- Coordenar o processo pedagógico do Estágio Curricular Obrigatório;
- Preparar o(a) estagiário(a), em instância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa;
- Orientar e supervisionar a execução das práticas desenvolvidas no plano de atividades pelo estagiário, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio.
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Garantir a participação da Concedente em processo seletivo dos estagiários, quando solicitado;
- Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades do professor-orientador de estágio;
- Acompanhar a execução do Termo de Compromisso de Estágio, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições estabelecidas.
- Comunicar à Concedente, através do orientador de estágio, início e término do ano letivo e as datas de realização das avaliações escolares;
- Informar de imediato à Concedente qualquer alteração na situação escolar do aluno, tais como: trancamento de matrícula, abandono, transferência de Unidade de Ensino e outras;
- Responsabilizar-se pelo encaminhamento das frequências.
- Fornecer os equipamentos de proteção individual ao estagiário/EPI sempre que a natureza do estágio exigir.

Responsabilidades do Estagiário:

- Cumprir, com empenho, a programação de estágio e realizar as atividades de aplicação

que lhe forem prescritas;

- Assumir o compromisso de bom desempenho escolar e frequência a partir de sua permanência no estágio;
- Informar de imediato à unidade de ensino, qualquer impedimento que possa provocar a interrupção temporária ou definitiva do estágio;
- Observar as condições fixadas para o estágio, especialmente quanto ao plano de atividades, à jornada e ao horário ajustados;
- Atender às normas de trabalho vigentes no âmbito da Concedente, desde que esteja de acordo com a Lei 11.788 de 25/09/08 e o Decreto 29.704 de 08/04/09.
- Aceitar a supervisão e a orientação técnico-administrativa dos prepostos da Concedente, designados para tais funções;
- Conduzir-se de maneira compatível com as responsabilidades do estágio, empenhando-se para seu melhor rendimento.
- Aceitar a vaga de estágio captada, salvo em casos de oferta em ambientes ou atividades vetadas. Caso o aluno se recuse a cumprir o estágio no local estabelecido, sem justificativa cabível, ficará responsável pela captação de sua própria vaga;
- Assinar, no local de estágio, a folha de frequência individual e solicitar diariamente o visto do supervisor de estágio.

Do local do estágio - O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições da concedente, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica.

Do recesso - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado **preferencialmente** durante suas férias escolares.

§1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

5. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIAS

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática, o aproveitamento de estudos e a certificação de competências adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão conforme descrito a seguir:

Aproveitamento de Competências - As competências anteriores adquiridas pelos alunos poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente.

Os conhecimentos e experiências que poderão ser aproveitados no curso são aqueles adquiridos:

- No Ensino Médio;
- Em cursos de qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluído em outros cursos de educação profissional técnica de nível médio, mediante avaliação do aluno, se esses conhecimentos tiverem sido adquiridos há mais de 05 (cinco) anos;
- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, mediante avaliação do aluno;
- No trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;
- Os reconhecidos em processos de certificação profissional

Os conhecimentos e experiências desenvolvidos no Ensino Médio que poderão ser aproveitados são aqueles que constituem competências gerais para o conjunto da área, bem como os relacionados às competências requeridas em módulos intermediários de qualificação profissional, integrantes do itinerário da habilitação profissional. As competências adquiridas em qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em cursos de escolas devidamente autorizados, ou processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional de conclusão pretendido.

As competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais poderão ser aproveitados mediante avaliação das competências do aluno. O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do desenvolvimento

(dos módulos ou do curso), em tempo hábil para deferimento pela direção da Unidade e a devida análise por parte de quem caberá a avaliação de competências e a indicação de eventuais complementações.

Os que procedem à avaliação para aproveitamento de competências apresentarão relatório que será arquivado no prontuário individual do aluno, juntamente com os documentos que instituirão esse processo.

O aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso são tratados pelo Regulamento dos Cursos das Unidades Escolares que ofertam os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da rede estadual de educação do Estado do Ceará.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Neste plano do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;

- Adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- Discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- Observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando os aos saberes sistematizado do curso, consolidando o perfil do trabalhador cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas. Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pelo Regulamento dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Unidade Escolar.

7. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

Deverão compor o quadro de instalações necessárias para a realização do curso:

- Salas de Aula;
- Sala de Estudos;
- Laboratório de Informática;
- Laboratório de Hardware;
- Biblioteca.

A Unidade Escolar disporá de uma Biblioteca, contendo espaços para estudo individual e em grupo. A Biblioteca operará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propiciará a reserva de exemplares conforme a política de empréstimos, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo estará dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos.

8. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A Unidade Escolar dispõe de um quadro de servidores composto de professores das disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias) e professores especialistas nas disciplinas técnicas profissionalizantes de Informática, além da equipe técnico-administrativa que dá suporte ao trabalho pedagógico, social, administrativo e de manutenção das instalações.

9. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso Técnico de Nível Médio em Informática, e da realização da correspondente prática profissional, será conferido ao egresso o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Informática**.

EEEP MANUEL ABDIAS EVANGELISTA

PROJETO Jovem de Futuro (CE)	INEP 23564407	Em execução
CIRCUITO DE GESTÃO JF (CE) - Circuito Escolas	DATA DE INÍCIO 01/08/2017	DATA DE TÉRMINO 30/09/2024
	PERÍODO DO PLANO 2017	RECURSO UTILIZADO R\$0,00

COMPONENTE

Proficiência Língua Portuguesa

CAUSA RELACIONADA Defasagem na formação elementar no Ensino Fundamental II em habilidades de interpretação textual, refletindo no mau resultado da disciplina de Língua Portuguesa.	CATEGORIA Pedagógico	DATA DE INÍCIO DA AÇÃO 08/01/2017 00:00:00
NOME DA AÇÃO Realizar Projeto Leitura no Multimeios	RESPONSÁVEL IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO Realizar Projeto Leitura no Multimeios, para alunos da 3ª série, nos horários de estudo, objetivando desenvolver competências e habilidades necessárias para o amadurecimento leitor.	PÚBLICO ALVO Alunos da 3ª série dos quatro cursos	

PRODUTO

06 oficinas com carga horária semanal de 2h/a, com alunos no nível de proficiência muito crítico e crítico, com no mínimo de 90% de frequência.

RESULTADO ESPERADO

Elevar a proficiência em 50% dos alunos do nível muito-crítico e crítico para o crítico e intermediário, respectivamente, incidindo nos resultados do 3º e 4º períodos.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Divulgação do projeto e conversa com os alunos participantes.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	01/08/2017	03/08/2017
Reunião de planejamento, elaboração de material e repasse de informações	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	03/08/2017	04/08/2017
Aula I - Tópico I: Procedimentos de Leitura (D1 a D7)	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	07/08/2017	11/08/2017
Aula II - T II: Implicações do suporte do gênero e/ou do enunciado na compreensão textual D9 a D11	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	21/08/2017	25/08/2017
Aula III - Tópico III: Relações entre textos (D 12 e D13).	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	04/09/2017	08/09/2017
Aula IV - Tópico IV: Coerência e Coesão no processamento do texto (D14 a D 18)	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	11/09/2017	15/09/2017
V - Tópico V: Relações entre os recursos expressivos e efeitos de sentido (D19 a D22)	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	18/09/2017	22/09/2017
Reunião de acompanhamento e alinhamento das ações.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	26/09/2017	26/09/2017
Aula VI - Tópico VI: Variação Linguística (D23)	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	02/10/2017	06/10/2017
Avaliação do projeto através de Simulado.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	11/10/2017	11/10/2017

Reunião de acompanhamento e alinhamento das ações.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	16/10/2017	16/10/2017
--	------------------------------	------------	------------

COMPONENTE**Proficiência Matemática****CAUSA RELACIONADA**

Formação elementar no Ensino Fundamental II em realizar operações básicas, refletindo no mau resultado em Matemática na série corrente

CATEGORIA

Pedagógico

DATA DE INÍCIO DA AÇÃO

08/01/2017 00:00:00

NOME DA AÇÃO

Oficina Interagindo com a Matemática

RESPONSÁVEL

ANA KATIA SOARES MIRANDA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Realizar oficina Interagindo com a Matemática para alunos de 3º anos, objetivando aprimorar os cálculos matemáticos.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 3º anos dos quatro cursos.

PRODUTO

04 oficinas com carga horária semanal de 3h/a, direcionado a alunos com proficiência crítica e muito crítica em Matemática, com no mínimo 75% de frequência.

RESULTADO ESPERADO

Elevar a proficiência em 25% dos alunos do nível muito-crítico e crítico para o crítico e intermediário, respectivamente, incidindo nos resultados do 3º e 4º períodos.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Reunião de planejamento e alinhamento das ações com os professores de Matemática.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	01/08/2017	01/08/2017
Elaboração de material. Conversa de conscientização com os alunos para a oficina.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	02/08/2017	04/08/2017
Aula I -Interagindo com números e funções (D1,D19, D20, D24, D28,D40 E D42);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	07/08/2017	18/08/2017
Aula II -Convivendo com a geometria (D49, D50, D51, D52, D53, D54, D55D, D56, D57, D58);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	21/08/2017	01/09/2017
Aula III -Vivenciando as medidas (D 64, D65, D 67, D71, D72);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	04/09/2017	15/09/2017
Aula IV -Tratamento da informação (D 76 a D 78);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	18/09/2017	29/09/2017
Realizar encontros de feedback professor/coordenação.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	04/10/2017	04/10/2017
Avaliação da oficina através de simulado.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	11/10/2017	11/10/2017
Reunião de alinhamento das ações.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	13/10/2017	13/10/2017

COMPONENTE**Taxa Aprovação 2ª Série****CAUSA RELACIONADA**

Desmotivação por parte dos alunos das turmas de 2º ano em aprender os conteúdos ministrados em sala de aula.

CATEGORIA

Pedagógico

DATA DE INÍCIO DA AÇÃO

08/01/2017 00:00:00

NOME DA AÇÃO

Projeto MOTIVAMAE

RESPONSÁVEL

MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO**PÚBLICO ALVO**

Data da exportação: 10/25/2024 09:55:56

Página 2 de 3

Realizar o projeto MOTIVAMAE, com um conjunto de ações, a fim de elevar a auto-estima dos alunos de 2º ano e o seu senso de compromisso com os estudos e o futuro, motivando-os a aprender. Alunos das turmas de 2º anos com médias abaixo de

PRODUTO

Projeto MOTIVAMAE com um conjunto de ações motivacionais com carga horária de 2h/a mensais, objetivando elevar a auto-estima de 100% dos alunos com média inferior a 6.

RESULTADO ESPERADO

Elevar 75% dos alunos desmotivados, com médias inferior a 6, para a média igual ou superior a 6 no 3º e 4º bimestre.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Conscientização dos alunos e equipe para a importância do projeto MOTIVAMAE.	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	01/08/2017	04/08/2017
"Aula da Gestão" - 2º ano Técnico em Administração, Eletrotécnica, Informática e Logís	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	08/08/2017	08/08/2017
Palestra com profissionais da área da saúde (Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais)	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	21/08/2017	25/08/2017
"Aula da Gestão" - 2º ano Técnico em Administração, Eletrotécnica, Informática e Logíst	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	05/09/2017	05/09/2017
Roda de conversa com os pais e responsáveis.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	11/09/2017	15/09/2017
Oficina I - O mercado de trabalho no Curso Técnico de Agropecuária; Eletro, Informática e Logística	ANA KATIA SOARES MIRANDA	02/10/2017	11/10/2017
"Aula da Gestão" - 2º ano Técnico em Administração, Eletrotécnica, Informática e Logísti	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	03/10/2017	03/10/2017

EEEP MANUEL ABDIAS EVANGELISTA

PROJETO Jovem de Futuro (CE)	INEP 23564407	Em execução
CIRCUITO DE GESTÃO JF (CE) - Circuito Escolas	DATA DE INÍCIO 07/02/2018	DATA DE TÉRMINO 30/09/2024
	PERÍODO DO PLANO 2018	RECURSO UTILIZADO R\$0,00

COMPONENTE**Proficiência Língua Portuguesa**

CAUSA RELACIONADA Defasagem na formação da Educação Básica em habilidades de leitura, escrita, interpretação textual e análise linguística.	CATEGORIA Pedagógico	DATA DE INÍCIO DA AÇÃO 02/07/2018 00:00:00
NOME DA AÇÃO Oficinas de Leitura, escrita, interpretação textual e análise linguística	RESPONSÁVEL IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO Realizar Oficinas de Leitura, escrita, interpretação textual e análise linguística para alunos da 3ª série, nos HE e Projeto Interdisciplinar, objetivando desenvolver competências e habilidades necessárias para a melhoria da proficiência em Língua Portuguesa.	PÚBLICO ALVO Alunos dos 3º anos	

PRODUTO

22 Oficinas com carga horária de no mínimo 2h/a semanais, atendendo aos alunos dentro do seu padrão de desempenho, com no mínimo de 90% de frequência.

RESULTADO ESPERADO

Elevar a proficiência em 50% dos alunos do nível muito-crítico e crítico para o crítico e intermediário, respectivamente, conforme diagnóstico realizado pela escola, incidindo nos resultados de aprovação do 2º, 3º e 4º bimestre.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Aplicação da Avaliação Diagnóstica Escolar	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	07/02/2018	07/02/2018
Reunião de planejamento, elaboração de material e repasse de informações com a professora Regente de Multimeios e professores de Língua Portuguesa.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	08/02/2018	09/02/2018
Divulgação do projeto e conversa com os alunos participantes, com base nos resultados da Avaliação Diagnóstica Escolar	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	15/02/2018	20/02/2018
Oficina I - Tópico I: Procedimentos de Leitura (D1 e D2);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	21/02/2018	28/02/2018
Oficina II - Tópico I: Procedimentos de Leitura (D3 e D4);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	07/03/2018	07/03/2018
Oficina III- Tópico I: Procedimentos de Leitura (D5 e D6);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	21/03/2018	28/03/2018
Oficina IV - Tópico I: Procedimentos de Leitura (D7 e D8);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	04/04/2018	11/04/2018

Oficina V - Tópico II: Implicações do suporte do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto (D9 e D10);	Cristina Mendes Moreira	18/04/2018	25/04/2018
Oficina VI - Tópico II: Implicações do suporte do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto (D11);	Cristina Mendes Moreira	02/05/2018	02/05/2018
Oficina VII - Tópico III: Relações entre textos (D 12 e D13);	Cristina Mendes Moreira	09/05/2018	16/05/2018
Oficina VIII - Tópico IV: Coerência e Coesão no processamento do texto (D14 e D15);	Cristina Mendes Moreira	23/05/2018	30/05/2018
Oficina IX - Tópico IV: Coerência e Coesão no processamento do texto (D64 a D 17);	Cristina Mendes Moreira	06/06/2018	13/06/2018
Oficina X - Tópico IV: Coerência e Coesão no processamento do texto (D64 a D 17);	Cristina Mendes Moreira	20/06/2018	27/06/2018
Reunião de acompanhamento e alinhamento das ações.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	26/06/2018	26/06/2018
Oficina XI - Tópico V: Relações entre os recursos expressivos e efeitos de sentido (D19 e D20);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	01/08/2018	08/08/2018
Oficina XII - Tópico V: Relações entre os recursos expressivos e efeitos de sentido (D21 e D22);	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	22/08/2018	29/08/2018
Oficina XIII - Tópico VI: Variação Linguística (D23).	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	05/09/2018	05/09/2018
Oficina XIV - Revisão I Tópicos para o SPAECE	ANA KARINNE OLIVEIRA DE PAULA	12/09/2018	19/09/2018
Oficina XV - Revisão II Tópicos para o SPAECE	Cristina Mendes Moreira	26/09/2018	10/10/2018
Oficina XVI - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D02 e D05;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	17/10/2018	17/10/2018
Oficina XVII - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D08 e D12;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	24/10/2018	24/10/2018
Oficina XVIII - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D13 e D14;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	31/10/2018	31/10/2018
Oficina XIX - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D15 e D16;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	07/11/2018	07/11/2018
Oficina XX - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D17;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	14/11/2018	14/11/2018
Oficina XXI - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D18;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	21/11/2018	21/11/2018
Oficina XXII - Revisão de descritores para ENEM e Vestibulares: D23;	Gleiciane Silva Oliveira Rodrigues	28/11/2018	28/11/2018
Avaliação do projeto através de Simulado.	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	07/12/2018	07/12/2018
Reunião de acompanhamento e alinhamento das ações	IRIS MARTINS DE SOUZA CASTRO	11/12/2018	11/12/2018

COMPONENTE**Proficiência Matemática**

CAUSA RELACIONADA
Defasagem na formação da Educação Básica em habilidades de raciocínio lógico matemático e de cálculos, refletindo no baixo rendimento da disciplina de matemática

CATEGORIA
Pedagógico

DATA DE INÍCIO DA AÇÃO
02/07/2018 00:00:00

NOME DA AÇÃO
Oficinas de Raciocínio Lógico-matemático e Cálculos

RESPONSÁVEL
ANA KATIA SOARES MIRANDA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Realizar Oficinas de Raciocínio Lógico-matemático e Cálculos nas 3ª série, nos HE e Projeto Interdisciplinar, objetivando desenvolver competências e habilidades necessárias para a melhoria da proficiência em Matemática.

PÚBLICO ALVO
Alunos dos 3ª anos

PRODUTO
12 Oficinas com carga horária semanal de 2h/a, direcionadas a alunos com proficiência crítica e muito crítica em Matemática, com no mínimo 75% de frequência.

RESULTADO ESPERADO
Elevar a proficiência em 25% dos alunos do nível muito-crítico e crítico para o crítico e intermediário, respectivamente, incidindo nos resultados do 3º e 4º períodos.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Aplicação da Avaliação Diagnóstica Escolar	ANA KATIA SOARES MIRANDA	07/02/2018	07/02/2018
Reunião de planejamento, elaboração de material e repasse de informações com os professores de Matemática.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	08/02/2018	09/02/2018
Divulgação do projeto e conversa com os alunos participantes das oficinas com base nos resultados da Avaliação Diagnóstica Escolar	ANA KATIA SOARES MIRANDA	13/02/2018	20/02/2018
Oficina I -Interagindo com números e funções (D16,D19);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	23/02/2018	02/03/2018
Oficina II -Interagindo com números e funções (D20, D24);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	09/03/2018	16/03/2018
Oficina III -Interagindo com números e funções (D28, D40);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	23/03/2018	13/04/2018
Oficina IV -Interagindo com números e funções (D42);	FRANCISCO HAROLDO FEITOZA DA FONSECA	20/04/2018	20/04/2018
Oficina V -Convivendo com a geometria (D49, D50, D51);	LAYSE HAYALLA DE SOUSA	27/04/2018	11/05/2018
Oficina VI -Convivendo com a geometria (D52, D53);	LAYSE HAYALLA DE SOUSA	18/05/2018	25/05/2018
Oficina VII -Convivendo com a geometria (D54, D55D, D56);	LAYSE HAYALLA DE SOUSA	08/06/2018	22/06/2018
Realizar encontros de feedback professor/coordenação.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	27/06/2018	27/06/2018
Oficina VIII -Convivendo com a geometria (D57, D58);	LAYSE HAYALLA DE SOUSA	10/08/2018	17/08/2018
Oficina IX -Vivenciando as medidas (D64, D65);	Daiane da Silva Mourão	24/08/2018	31/08/2018
Oficina X -Vivenciando as medidas (D67, D71, D72);	Daiane da Silva Mourão	14/09/2018	21/09/2018
Oficina XI -Tratamento da informação (D 76 a D 78);	Daiane da Silva Mourão	05/10/2018	19/10/2018

Oficina XII - Aulas de revisão para ENEM dos descritores (D16, D28, D42, D49, D50, D53, D57, D64, D65, D67, D71, D72, D 76, D78.)	Daiane da Silva Mourão	26/10/2018	09/11/2018
Avaliação da oficina através de simulado.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	07/12/2018	07/12/2018
Reunião de avaliação do resultado.	ANA KATIA SOARES MIRANDA	12/12/2018	12/12/2018

COMPONENTE**Taxa Aprovação 2ª Série****CAUSA RELACIONADA**

Falta de estímulo, por parte dos alunos das turmas de 2º ano, com a aprendizagem dos conteúdos ministrados em sala de aula.

CATEGORIA

Pedagógico

DATA DE INÍCIO DA AÇÃO

06/06/2018 00:00:00

NOME DA AÇÃO

Oficina de Materiais Manipuláveis no Ensino Médio em Matemática

RESPONSÁVEL

ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Realizar oficinas de materiais manipuláveis em matemática, com o objetivo de instrumentalizar melhor o professor na sua prática pedagógica, ajudando-o no desenvolvimento de suas atividades,.

PÚBLICO ALVO

Professor de Matemática da EEEP MAE

PRODUTO

03 oficinas sobre o uso de materiais manipuláveis em matemática e suas tecnologias com carga horária de 2 h/a semanais.

RESULTADO ESPERADO

Estimular o professor a fazer uso da tecnologia na matemática, de jogos e do laboratório. Ajudando-o assim, na construção de aulas mais dinâmicas e atrativas.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
Oficina - Tecnologias em Educação Matemática	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	06/06/2018	06/06/2018
Oficina - O uso dos Jogos em Educação Matemática	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	13/06/2018	13/06/2018
Oficina - O Laboratório de Ensino de Matemática	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	20/06/2018	20/06/2018

CAUSA RELACIONADA

Falta de estímulo, por parte dos alunos das turmas de 2º ano, com a aprendizagem dos conteúdos ministrados em sala de aula.

CATEGORIA

Pedagógico

DATA DE INÍCIO DA AÇÃO

05/07/2018 00:00:00

NOME DA AÇÃO

Projeto MOTIVAMAE

RESPONSÁVEL

MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Realizar o projeto MOTIVAMAE, com um conjunto de ações, a fim de elevar a autoestima dos alunos de 2º ano e o seu senso de compromisso com os estudos e o futuro, motivando-os a aprender

PÚBLICO ALVO

Alunos dos 2º anos, com média abaixo de 6. Professores da escola.

PRODUTO

Projeto MOTIVAMAE com um conjunto de ações motivacionais, com carga horária de 4h/a mensais, distribuída em dois momentos, objetivando elevar a autoestima de educandos e educadores. Sendo os educandos, da 2ª série com média inferior a 6.

RESULTADO ESPERADO

Elevar 75% dos alunos desmotivados, com médias inferior a 6, para a média igual ou superior a 6 no 3º e 4º bimestre.

Tarefa	Responsável	Data Início	Data Término
--------	-------------	-------------	--------------

Conscientização dos alunos e equipe para a importância do projeto MOTIVAMAE.	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	07/05/2018	11/05/2018
Filme Motivacional - Um Sonho Possível - com alunos	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	16/05/2018	16/05/2018
Oficina - Relações interpessoais I - com professores	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	22/05/2018	22/05/2018
Aula Motivacional - Perspectivas para o Futuro - Universidade e Mercado de Trabalho - com os alunos do 2º ano.	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	15/06/2018	15/06/2018
Oficina - Momento motivacional I - com professores	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	19/06/2018	19/06/2018
Filme Motivacional - Apenas uma chance - com alunos	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	08/08/2018	08/08/2018
Oficina - Relações interpessoais II - com professores	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	21/08/2018	21/08/2018
Aula Motivacional - para alunos do 2º ano, com a participação de ex-alunos, inseridos na Universidade e no Mercado de Trabalho.	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	12/09/2018	12/09/2018
Oficina - Momento motivacional II - com professores	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	25/09/2018	25/09/2018
Filme Motivacional - Poder Além da Vida - com alunos.	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	10/10/2018	10/10/2018
Oficina - Relações interpessoais III - com professores.	MARIA JOSEMEIRE EVANGELISTA LIMA	23/10/2018	23/10/2018
Momento com a Família (pais e alunos) - com psicólogos e/ou terapeuta ocupacional.	ALUISIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO	14/11/2018	14/11/2018

